

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Cláudia Torres Lopes

CANDIDATURAS COLETIVAS NO BRASIL: encontros e desencontros entre
movimentos sociais e partidos políticos nas eleições legislativas de 2022

Belo Horizonte
2024

Cláudia Torres Lopes

CANDIDATURAS COLETIVAS NO BRASIL: encontros e desencontros entre
movimentos sociais e partidos políticos nas eleições legislativas de 2022

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre
em Ciência Política.

Linha de pesquisa: Participação, Movimentos Sociais e
Inovações Democráticas

Orientador: Prof. Dr. Cristiano dos Santos Rodrigues
Coorientadora: Profa. Dra. Bárbara Lopes Campos

Belo Horizonte
2024

320 Lopes, Cláudia Torres.
L864c Candidaturas coletivas no Brasil [manuscrito] : encontros e
2024 desencontros entre movimentos sociais e partidos políticos nas
 eleições legislativas de 2022 / Cláudia Torres Lopes. - 2024.
 139 f.
 Orientador: Cristiano dos Santos Rodrigues.
 Coorientadora: Bárbara Lopes Campos.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
 Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
 Inclui bibliografia.

 1. Ciência política – Teses. 2. Candidaturas - Teses.
 3. Movimentos sociais - Teses. 4. Partidos políticos - Teses.
 5. Eleições 2022 - Teses. I. Rodrigues, Cristiano dos Santos.
 II. Campos, Bárbara Lopes. III. Universidade Federal de Minas
 Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 11ª/2024 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA CLÁUDIA TORRES LOPES

Realizou-se, no dia 03 de junho de 2024, às 10:00 horas, por videoconferência, a defesa da dissertação, intitulada "CANDIDATURAS COLETIVAS NO BRASIL: encontros e desencontros entre movimentos sociais e partidos políticos nas eleições legislativas de 2022", elaborada e apresentada por CLÁUDIA TORRES LOPES - número de registro 2022657688, graduada no curso de ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Cristiano dos Santos Rodrigues - Orientador (DCP/UFMG), Profa. Bárbara Lopes Campos - Coorientadora (PUC Minas), Prof. Ricardo Fabrino Mendonça (DCP/UFMG), Profa. Debora Cristina Rezende de Almeida (IPOL). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 03 de junho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano dos Santos Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 03/06/2024, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bárbara Lopes Campos, Usuário Externo**, em 03/06/2024, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Debora Cristina Rezende de Almeida, Usuário Externo**, em 04/06/2024, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Fabrino Mendonca, Professor do Magistério Superior**, em 04/06/2024, às 22:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **3246858** e o código CRC **F6524242**.

Referência: Processo nº 23072.227033/2024-32

SEI nº 3246858

Criado por [ams](#), versão 4 por [ams](#) em 16/05/2024 20:13:56.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa é essencialmente um fazer coletivo e sigo convicta de que essa coletividade deve ser reconhecida explicitamente. O que temos aqui não é uma exceção, mas sim o fruto de várias mãos, conversas, reuniões, risadas, lágrimas, abraços e desabafos. Expresso meus agradecimentos a algumas das muitas pessoas que contribuíram para tornar esta etapa da minha trajetória acadêmica uma realidade. Agradeço a algumas, pois entendo que o esquecimento é algo inerente ao ato de agradecer.

Ao meu orientador, professor Cristiano Rodrigues, pelo apoio, e, em especial pelo olhar atento, criterioso e crítico, acompanhado, quase sempre, de uma boa dose de humor. Agradeço também pela parceria e oportunidades para explorarmos outros horizontes de pesquisa. A confiança em mim depositada me incentivou a seguir adiante.

À minha coorientadora, professora Bárbara Campos sempre muito gentil e prestativa. Seu vasto conhecimento sobre essas experimentações no legislativo, refletido em comentários sempre pertinentes, muito me instigaram e motivaram.

À professora Eleonora Cunha, pessoa incrível e por quem tive o prazer de ser orientada em formação anterior que foi o pontapé para o mestrado. Agradeço por me encorajar a encarar esse desafio.

Agradeço aos membros da minha Banca Examinadora, pelo pronto aceite do convite e pela oportunidade de dialogar com o meu trabalho. São pessoas por quem nutro profunda admiração. À professora Débora Almeida, com sua brilhante produção acadêmica que já me acompanha e inspira há algum tempo. Ao professor Ricardo Fabrino, agradeço a escuta e acolhimento logo quando da minha chegada ao PPGCP e pelas experiências e diálogos junto ao Margem.

Às professoras e aos professores do Departamento de Ciência Política da UFMG, em especial aqueles que tive a honrosa experiência de caminhar junto cursando disciplinas. Um agradecimento especial à professora Natália Sátyro pela cuidadosa condução da disciplina Seminário de Dissertação e as valiosas trocas e aprendizados sobre metodologia.

Às(aos) profissionais do DCP, em especial Alessandro pelo trabalho cuidadoso e sempre diligente.

Agradeço à Frente Nacional de Mandatas e Mandatos Coletivos, por abrir portas, oportunizar trocas e expandir meus campos de visão. Aqui, um muito obrigada à Brenda Andujas pela leitura e sugestões, além da parceria para aprofundarmos os debates sobre as candidaturas e mandatos coletivos inclusive, para além do campo acadêmico.

Às pessoas que tive a honrosa oportunidade de entrevistar e aquelas que mediaram e oportunizaram esses diálogos. Obrigada pela gentileza e disponibilidade.

Agradeço também às colegas da Fundação João Pinheiro, sempre com ouvidos disponíveis e atentos às minhas lamúrias e devaneios. À professora Flávia Brasil, pelas reflexões compartilhadas e apoio que contribuíram para o amadurecimento do trabalho. Ao Egedi, pelas incríveis e inspiradoras oportunidades de pesquisa-ação.

Às minhas amigas e amigos, representadas(os) nominalmente pela Bruna. Agradeço muito pelos momentos de respiro, descontração e alegrias.

À minha família, em especial aos meus pais, Irene e Cláudio que sempre e a seus modos, me incentivaram a perseguir meus sonhos.

Ao meu companheiro desta e de tantas outras vi(n)das, Iago. Agradeço a paciência, apoio e amor. Você me faz acreditar que eu consigo tudo e algo mais.

"segura as pontas
que você dá conta, mulher

você não cogitou ir tão longe
e mesmo assim conseguiu

é arrebatador
traçar o próprio roteiro"
(Ryane Leão)

RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar as candidaturas coletivas no contexto das eleições legislativas de 2022, com foco na interação entre movimentos sociais e partidos políticos. Tendo como lócus de análise a arena eleitoral, lugar institucional tipicamente vinculado aos partidos e disputado por movimentos, buscamos realizar uma análise relacional para vislumbrar a expressão das interdependências e mútua constituição envolvidas. Argumentando que as candidaturas coletivas imprimem uma inventividade em termos dessa interação e repercutem complexas configurações, traçamos como hipóteses três padrões associados aos encontros e desencontros entre movimentos e partidos: i) cooperativo: a relação entre ambos tende a ser mais fluida ou mesmo, colaborativa; ii) pragmático: permite que os movimentos promovam seus projetos no sistema político e que os partidos acessem seu capital político; e iii) histórico: a longevidade e a solidez de vínculos, favorecem a recepção e manutenção das candidaturas coletivas dentro de uma organização partidária. Para sustentar esse argumento e operacionalizar as hipóteses, adotamos uma abordagem multimétodos. Mapeamos e analisamos o perfil das candidaturas coletivas com base em dados primários disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, a partir de um conjunto de variáveis sociodemográficas e partidárias. Para avançar com a identificação dos temas e bandeiras defendidos, bem como dos movimentos sociais ou outras organizações e modalidades associativas, recorremos à análise de conteúdo quantitativa de imagens publicadas no Instagram. Em acréscimo, desenvolvemos o estudo de casos de quatro candidaturas coletivas a cargo legislativo estadual lançadas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) através de entrevistas em profundidade com nove pessoas cocandidatas. Apoiando a concepção de que essas modalidades de candidatura buscam ampliar a representatividade de corpos e pautas na política institucional por meio de adaptações criativas e contingentes junto a movimentos sociais e partidos políticos, delimitamos três conclusões principais. A primeira é sobre o perfil das candidaturas coletivas. Observamos a diversificação dos quadros das candidaturas parlamentares e a democratização da representação política, principalmente no que se refere à entrada de mulheres negras na arena eleitoral. Reconhecemos dentre as pessoas cocandidatas um conjunto de vínculos associativos sobrepostos, compreendendo diferentes esferas de ação e incidência política, as quais, por vezes, estão interconectadas, tomando forma de uma rede. Notamos ainda o maior envolvimento dessas modalidades de candidatura com assuntos voltados para questões sociais, como saúde, meio ambiente, educação e cultura. A segunda conclusão é que há longa cooperação entre as pessoas cocandidatas e o Estado, em suas diversas instituições, relação que inclusive foi norteadora das dinâmicas e estratégias experienciadas no interior do partido. Por fim, a terceira conclusão é que existem várias possibilidades existentes na interação entre movimentos sociais e partidos políticos, tomando a forma de um *continuum* de alinhamento e influência entre ambos que podem se mover continuamente nesse espectro, conforme as circunstâncias políticas e institucionais se modificam. Esses achados introduzem novos recursos explicativos que enriquecem tradicionais modelos teóricos sobre as relações entre movimentos sociais e partidos, e, principalmente, ilumina pontos vulneráveis ou pouco desenvolvidos pela recente literatura sobre candidaturas coletivas que podem ser úteis para inspirar outras análises.

Palavras-chave: candidaturas coletivas; movimentos sociais; partidos políticos; eleições 2022; interação.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze collective candidacies in the context of the 2022 legislative elections, focusing on the interaction between social movements and political parties. Using the electoral arena as the locus of analysis, an institutional space typically linked to parties and contested by movements, we seek to conduct a relational analysis to envision the expression of the interdependencies and mutual constitution involved. Arguing that collective candidacies bring inventiveness to this interaction and reflect complex configurations, we hypothesize three patterns associated with the meetings and mismatches between movements and parties: i) cooperative: the relationship between both tends to be more fluid or even collaborative; ii) pragmatic: allows movements to promote their projects within the political system and parties to access their political capital; and iii) historical: the longevity and solidity of bonds favor the reception and maintenance of collective candidacies within a party organization. To support this argument and operationalize the hypotheses, we adopted a multimethod approach. We mapped and analyzed the profile of collective candidacies based on primary data provided by the Superior Electoral Court, using a set of sociodemographic and party variables. To advance in identifying the themes and causes advocated, as well as the social movements or other organizations and associative modalities, we resorted to quantitative content analysis of images published on Instagram. Additionally, we conducted case studies of four collective candidacies for state legislative office launched by the Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) through in-depth interviews with nine co-candidates. Supporting the concept that these types of candidacies aim to broaden the representation of bodies and agendas in institutional politics through creative and contingent adaptations alongside social movements and political parties, we outlined three main conclusions. The first concerns the profile of collective candidacies. We observed the diversification of the parliamentary candidacy framework and the democratization of political representation, particularly regarding the entry of black women into the electoral arena. Among the co-candidates, we recognized a set of overlapping associative bonds, encompassing different spheres of action and political influence, which are sometimes interconnected, forming a network. We also noted the increased involvement of these types of candidacies with social issues, such as health, environment, education, and culture. The second conclusion is that there is a long-standing cooperation between the co-candidates and the state in its various institutions, a relationship that has even guided the dynamics and strategies experienced within the party. Finally, the third conclusion is that there are several possibilities in the interaction between social movements and political parties, taking the form of a continuum of alignment and influence between them that can move continuously within this spectrum as political and institutional circumstances change. These findings introduce new explanatory resources that enrich traditional theoretical models on the relationships between social movements and parties and, mainly, highlight vulnerable or underdeveloped points in the recent literature on collective candidacies that may be useful to inspire further analyses.

Keywords: collective candidacies; social movements; political parties; 2022 elections; interaction.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Proposições normativas relacionadas às candidaturas coletivas em tramitação	33
Quadro 2 - Síntese do background conceitual	34
Quadro 3 – Pilares da construção metodológica da pesquisa	39
Quadro 4 – Síntese do livro de códigos	44
Quadro 5 - Síntese das entrevistas	49
Quadro 6 - Categorias e subcategorias para análise qualitativa	50
Quadro 7 - Partidos com maior número de candidaturas coletivas por cargo disputado	68
Quadro 8 - Atributos das candidaturas coletivas segundo os relatos das pessoas entrevistadas	97
Tabela 1 – Distribuição das candidaturas coletivas nas regiões do Brasil em 2022 em comparação com o percentual do eleitorado, votação e candidaturas por região.....	54
Tabela 2 - Referência às legendas nas imagens das candidaturas coletivas por partido	71

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- - Exemplo de categorização do conteúdo das entrevistas.....	51
Figura 2 – Composição de imagens divulgadas por candidaturas coletivas com referência negativa a partido político	72
Figura 3 - Composição de imagens divulgadas por candidaturas coletivas com referência conceitual e à legalidade ou regulamentação	74
Figura 4 - Composição de imagens divulgadas por candidaturas coletivas com referência às urnas e mecanismos de operação.....	75
Figura 5 - Composição de imagens divulgadas por candidaturas coletivas com referência	76
Figura 6 - Composição de imagens divulgadas por candidaturas coletivas com referência a ganhos de escala do voto	77
Figura 7 - Nuvem de palavras resultante dos dados das entrevistas.....	87
Figura 8 - Identidade partidária no relato das pessoas entrevistadas.....	93
Figura 9 - Níveis de influência das tendências nas candidaturas coletivas	118
Mapa 1- Distribuição de candidaturas coletivas por região.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de candidaturas coletivas por unidade federativa e desempenho eleitoral	56
Gráfico 2 - Distribuição por gênero e cor/raça da pessoa porta-voz das candidaturas coletivas	58
Gráfico 3 - Pirâmide etária das candidaturas coletivas.....	59
Gráfico 4 - Grau de instrução da pessoa porta-voz da candidatura coletiva	61
Gráfico 5 - Candidaturas coletivas por partido político	62
Gráfico 6 – Distribuição de candidaturas coletivas por posição no espectro ideológico	66
Gráfico 7 - Candidaturas coletivas por cargo disputado.....	67
Gráfico 8 - Cargos disputados pelas candidaturas coletivas por região	69
Gráfico 9 - Comparação entre as características predominantes do perfil das candidaturas coletivas e candidaturas legislativas tradicionais	69
Gráfico 10 – Número de pessoas cocandidatas por candidatura coletiva.....	70
Gráfico 11 - Vínculos associativos das pessoas cocandidatas.....	78
Gráfico 12- Grupos e temas defendidos por candidaturas coletivas	81
Gráfico 13 - Políticas públicas e eixos de atuação governamental apoiadas pelas candidaturas coletivas.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DC	Democracia Cristã
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MMN	Movimento de Mulheres Negras
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NOVO	Partido Novo
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PL	Partido Liberal
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PP	Partido Progressistas
PT	Partido dos Trabalhadores
PSD	Partido Social Democrático
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TMR	Teoria de Mobilização de Recursos
TPP	Teoria do Processo Político
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
UNIÃO	União Brasil

SUMÁRIO

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS	16
1.1 Sobre a pesquisa	16
1.2 Estrutura da dissertação	21
2 HORIZONTES TEÓRICOS	23
2.1 Movimentos sociais em interação com partidos políticos	23
2.3 Movimentando as instituições: as candidaturas coletivas no Brasil.....	30
3 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA.....	38
3.1 Um retrato das candidaturas coletivas nas eleições de 2022	39
3.2 Vestígios da interação entre movimentos sociais e partidos políticos: capturas a partir de postagens no Instagram	41
3.3 Estudo de casos.....	46
4 AS CANDIDATURAS COLETIVAS NAS ELEIÇÕES DE 2022	52
4.1 A tessitura das experiências	52
4.2 Explorando casos e possibilidades	86
4.2.1 <i>Trajetória política: antecedentes e motivações</i>	87
4.2.2 <i>Candidaturas coletivas entre encontros e desencontros: dinâmicas e estratégias dos movimentos sociais e o PSOL</i>	96
4.2.3 <i>Equilíbrios cambiantes nas interações entre movimentos sociais, o PSOL e as candidaturas coletivas</i>	111
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICE A – GUIA DE ENTREVISTA	135
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	137
APÊNDICE C – DETALHAMENTO OPERACIONAL DAS ENTREVISTAS	139

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Este estudo emerge de uma reflexão sobre a crise da representação política, um fenômeno amplamente debatido e evidenciado em diversas democracias contemporâneas. À luz desse cenário, a literatura sinaliza revisões, ou quiçá transformações, sobre o que é a representação política. Reposicionando a discussão, acentuam-se as fragilidades ou, quando menos, certa indisposição quanto às instituições representativas tradicionais e institucionalizadas, como os partidos políticos (Saward, 2019). Tal questão irrompe, reivindicando especial atenção com a dupla retirada dos eleitores e dos partidos políticos do terreno central usual da democracia representativa. Assim, visualizamos o declínio da participação eleitoral, da militância partidária, por vezes acompanhado da ampliação do antipartidarismo e de uma insatisfação generalizada com as instituições políticas (Mair, 2009; 2013). Despontam discursos de ausência ou má representação por parte das organizações partidárias, revelando seu enfraquecimento enquanto como veículo tradicional de representação política, ao passo em que movimentos sociais avançam para dentro da arena eleitoral, buscando aproximar demandas sociais e tornar os partidos mais reflexivos (Bringel, 2015; della Porta, 2017).

No contexto brasileiro, o ciclo de protestos ocorrido a partir de junho de 2013 se destaca como marco histórico e político, evidenciando o descontentamento popular e reivindicando uma participação mais ativa na esfera política (Mendonça; Domingues, 2019). Em um misto de demandas por maior participação e por uma representação política renovada ou reconfigurada (Almeida, 2024a), as experiências de candidaturas e mandatos coletivos ganham proeminência na cena política do país. Assim, se apresentam como alternativas ou respostas inovadoras, frente aos vícios dos partidos tradicionais, como desenho hierarquizado, verticalizado e que impõe barreiras ao acesso de grupos minorizados, perpetuando, tão logo, estruturas de dominação e poder (Campos, 2021; Campos; Matos, 2023). Com essa breve exposição preambular que situa o tema de fundo e introduz nosso objeto de estudo, passamos a caracterização da pesquisa.

1.1 Sobre a pesquisa

As candidaturas coletivas são experimentos recentes na política brasileira, ganhando relevo nas eleições de 2016 (Raps, 2019; Secchi; Leal, 2020). Desde então, emergiram contribuições derivadas de diversas áreas do conhecimento que problematizam e avançam, seja em novos enquadramentos teóricos e analíticos ou em técnicas metodológicas. Outro traço característico é a natureza dessas pesquisas, com predominância de estudos exploratórios e

descritivos por meio de estudos de caso(s), possivelmente decorrente pelo experimentalismo difuso e desformatado dessas experiências (Andujas; Lopes, no prelo).

Com isso em mente, passamos a caracterização desta pesquisa, que possui uma natureza essencialmente exploratória, sobretudo porque faceamos uma literatura incipiente e reduzida, que perpassa questões ainda muito abertas que instigam aprofundamentos. Nos valendo disso, esta pesquisa se presta a descrever e compreender as interações entre movimentos sociais e partidos políticos, a partir das candidaturas coletivas. De antemão, não assumimos que seja unânime a existência de vínculos prévios a movimentos sociais pelas pessoas que integram as candidaturas coletivas. Em contrapartida, sobressaltamos esse vínculo com base em achados empíricos anteriores (Almeida; Lüchmann, 2022; Almeida; Andujas, 2023; Almeida, 2024b), sem desconsiderar a existência outros vínculos associativos sobrepostos.¹ Nesse sentido, cabe também destacar a análise relacional pretendida, partindo do pressuposto analítico de que “os fenômenos e processos sociais são conformados pelas ações simultâneas e recíprocas” (Tatagiba *et al.*, 2022, p.26). Com a análise da interação, vislumbramos a expressão das interdependências e mútua constituição entre partidos e movimentos², tendo como lócus de análise a arena eleitoral, como lugar institucional tipicamente vinculado aos partidos políticos e disputado – ou ocupado – por movimentos sociais. Consoante elaboram estudiosos dos movimentos sociais (della Porta; Diani, 2006; Tatagiba *et al.*, 2022) a análise relacional contribui para a sistematização dos distintos ativismos que borram as fronteiras entre Estado e sociedade, o que nos parece conjugar com o produto empírico de múltiplas filiações e redes de incidência política (Mische, 1997), percebido nas candidaturas coletivas.

Assim, esta pesquisa objetiva analisar as candidaturas coletivas ao poder legislativo no contexto das eleições legislativas de 2022, com foco na interação entre movimentos sociais e partidos políticos. Para tanto, buscamos perpassar os seguintes pontos:

¹ Acompanhando outras análises (Almeida; Lüchmann, 2022; Almeida; Andujas, 2023; Almeida, 2024b), ao longo do texto há referências a movimentos sociais ou mesmo movimentos de forma genérica, o que não implica em desconsiderar a existência de outras formas associativas e de ativismo vinculadas às candidaturas e aos mandatos coletivos. Observando o pleito municipal de 2020, Almeida e Lüchmann (2022) identificaram porta-vozes de candidaturas coletivas que possuíam vínculos associativos distintos e sobrepostos, incluindo a participação em conselhos de políticas, partidos, associativismo comunitário e organizações não governamentais. A partir desses dados, as autoras conjecturam ser possível situar tais candidaturas a partir dos movimentos sociais, haja vista a significativa predominância do pertencimento a eles por parte daqueles que se candidataram sob a modalidade coletiva.

² Isso tampouco implica em desconsiderar que movimentos sociais e partidos políticos detêm formas de constituição, organização e funcionamento bastante distintas e que, por consequência, dispõem de prerrogativas, poderes e sujeições também distintos.

- a) Analisar o perfil das pessoas porta-vozes das candidaturas coletivas, a partir de componentes sociodemográficos e partidários, bem como os temas e bandeiras defendidos;
- b) Identificar os movimentos sociais, bem como outras organizações e modalidades associativas presentes entre as pessoas cocandidatas;
- c) Analisar as motivações, dinâmicas e estratégias dos movimentos sociais e do partido político envolvidos na construção das alianças para viabilização das candidaturas coletivas e seus desdobramentos para os movimentos e partido.

Não nos guiamos pelo teste de hipóteses e, logo, pela busca de confirmar ou refutar grandes tendências ou teorias, pois partimos da necessidade de adensar o conhecimento sobre um fenômeno recente. Contudo, não desconsideramos o fato de que a pesquisa é teoricamente informada, em especial pela literatura que se atenta às interações entre movimentos sociais e partidos políticos. Logo, compreendendo que a teoria lança sinais para a pesquisa empírica, avançamos com algumas hipóteses.

Em princípio, retomamos a bastante reproduzida distinção que é conferida aos movimentos sociais que os inserem além das fronteiras da política institucional e que, por vezes, acabam por situá-los como potenciais rivais do sistema tradicional de representação política. Acrescido a isso, há a noção de que os repertórios de ação dos movimentos sociais são majoritariamente contenciosos, assumindo uma postura mais hostil em relação ao Estado e suas instituições. Essas questões são tensionadas pela literatura (Goldstone, 2003; van Biezen; Saward, 2008; McAdam; Tarrow, 2010; Abers; von Büllow, 2011; della Porta *et al.*, 2017; Tarrow, 2021a) a partir do argumento central de que, na verdade, as fronteiras que separam movimentos sociais e partidos políticos, são difusas e permeáveis, o que engendra variadas possibilidades de interação, seja de comunicação, de colaboração, de negociação e de participação (Carlos, 2015; Oliveira, 2016; Carlos, 2017; Zarembeg; Almeida, 2021; Rodrigues; Pereira, 2022; Almeida; Andujas, 2023). Nessa perspectiva, entendendo que as candidaturas coletivas imprimem uma inventividade em termos dessa interação, traçamos uma primeira hipótese:

- i) A interação entre movimentos e partido, situada a partir das candidaturas coletivas, tende a ser mais fluida - ou mesmo, cooperativa, nos parecendo acertado visualizar essas candidaturas como figuras intermediadoras entre ambos;

Dessa forma, reconhecemos as candidaturas coletivas enquanto uma das variadas formas para acesso e a disputa dos movimentos sociais à representação eleitoral no Brasil (Almeida; Lüchmann, 2022; Almeida, 2023; Almeida; Andujas, 2023; Almeida, 2024b).

Conscientes dos impasses conceituais envoltos ao termo movimento social³ e, logo, que ele não se limita à sua organização formal, envolvendo também ideias, identidades e uma variedade de atores sociais individuais e organizacionais (della Porta; Diani, 2006; Gohn; Maldonato-Mariscal, 2023), neste trabalho concentramos na análise da organização do movimento como sua unidade empírica de estudo, tal como feito por outros analistas (Silva; Oliveira, 2011; Carlos, 2017).

Assumindo que as candidaturas coletivas repercutem complexas configurações entre partidos e movimentos – bem como outras organizações civis de cunho associativo –, argumentamos que esses vínculos geram e são fontes de ativismo em prol de movimentos sociais. Nesse ponto é pertinente esclarecer que acompanhamos a definição Abers (2022, p.31) para o termo ativismo, como ação coletiva orientada por causas contenciosas, como “ideias que defendem ou contestam instituições que organizam relações de poder”. Em harmonia, Pereira (2020, p.309-310) define “ativismo institucional” como “a ação de indivíduos na defesa de causas de movimentos sociais no interior das instituições políticas, apresentando vínculos prévios com organizações de movimentos sociais ou não”. Destacamos a fluidez e a transitoriedade desse vínculo, que, para Marques e Marx (2020), podem ser compostos e decompostos rapidamente frente a outras organizações, já que costumam se orientar por um projeto político contextual e constantemente articulado. Repousar tais definições conceituais *a priori* é importante, mas não perdemos de vista marcos teóricos recentes que incorporam novas formas híbridas de ação coletiva ao debate (Tarrow, 2021b, p.148) e que nos instigam a repensar não só conceitos, como dinâmicas envolvidas nessa relação (Abers; Almeida; Bülow, 2022).

Tal qual observado em outras formas de interação, argumentamos que para as candidaturas coletivas há um uso pragmático por ambos os polos situados nessa relação. Assim, de um lado, os movimentos sociais buscam adentrar a institucionalidade a fim de alavancar seus projetos e exercer influência nas agendas políticas, mas sem comprometer totalmente a prática da ação coletiva vinculada aos movimentos. E de outro lado, os partidos buscam angariar o capital político dos movimentos, acolhendo, ainda que parcialmente, suas performances construídas para atender reivindicações representativas específicas (Saward, 2019). Desse argumento decorre a segunda hipótese:

³ Apesar da falta de consenso sobre o termo, a literatura sugere uma convergência na definição de movimento social como uma forma de “ação coletiva sustentada, na qual atores com identidades compartilhadas enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes” (Abers; von Bülow, 2011, p.53), coexistindo com instituições que colocam certos grupos em desvantagem estrutural e oferecendo a possibilidade de esses grupos promoverem transformações (Abers, 2022, p.26).

ii) As alianças estabelecidas entre movimentos sociais e partidos políticos buscam benefícios mútuos, permitindo que os movimentos sociais adentrem o sistema político e busquem promover seus projetos, ao mesmo tempo em que possibilita o acesso do capital político dos movimentos pelos partidos.

Não podemos desconsiderar a existência de oscilações no relacionamento entre as candidaturas coletivas e as legendas partidárias, estas, por vezes, percebidas enquanto como meros “pedágios” (Campos, 2021, p.103). Desse modo, percebemos que se trata de uma relação dúbia. Isso porque se pauta tanto na afirmação, uma vez que essas instituições representativas são os veículos formais da representação eleitoral⁴ e da objeção, em função do desenho hierarquizado, verticalizado e que impõe barreiras ao acesso de grupos minorizados, perpetuando, estruturas de dominação e poder (Campos, 2021; Machado *et al.*, 2021; Andujas, 2022; Campos; Matos, 2023; Almeida, 2024b). Por outro lado, com a observada tendência de expansão dessas experiências nos últimos ciclos eleitorais (Raps, 2019; Secchi; Leal, 2020; Almeida; Andujas, 2023) há que se considerar também a crescente recepção dos partidos políticos a essas experiências, seja em termos do quantitativo de legendas que já lançaram candidaturas coletivas, seja em termos da dispersão ideológica visualizada. Ademais, não se pode ignorar o fato de que a postura assumida pelos partidos em relação às questões do movimento social muitas vezes determina a abordagem, estratégias e mesmo o destino dos movimentos sociais (Goldstone, 2003; Piccio, 2016). Nesse sentido, tecemos a terceira hipótese:

iii) A interação prévia entre movimentos sociais e o partido, isto é, o histórico e a solidez de vínculos, favorece a recepção e manutenção das candidaturas coletivas dentro de uma organização partidária.

Diante disso, por meio da análise da interação entre partidos e movimentos a partir das candidaturas coletivas, vislumbramos que este estudo contribuirá pelo menos em três sentidos: a) aproximação de campos de estudo que, amiúde, avançam de forma separada - movimentos sociais e partidos políticos, à luz de um fenômeno recente na política brasileira; b) enfoque teórico e analítico distinto de parte considerável dos trabalhos que analisam e problematizam as candidaturas coletivas; e c) sedimentação de conhecimentos para uma agenda de pesquisas

⁴ Cabe lembrar que, no Brasil, a filiação partidária é requisito para candidaturas a cargos eletivos, que os partidos detêm o monopólio no lançamento dessas candidaturas e, ainda, que prevalece o entendimento jurisprudencial de que o mandato pertence ao partido e não à pessoa eleita.

com modesta produção acadêmica e com contribuições emergentes de diversos campos de produção de saberes⁵.

Além disso, considerando a ausência de regulamentação sobre as candidaturas coletivas no ordenamento jurídico, acreditamos que ao contribuir para a ampliação de estudos e, sobretudo, a diversificação dos enfoques analíticos, será possível contribuir com as propostas de regulamentação já existentes, bem como ampliar as possibilidades com novas proposições. Isso se mostra especialmente relevante, na medida em que tensões internas se avolumam inclusive, envolvendo o relacionamento com as legendas partidárias, seja na fase das candidaturas (Andujas, 2022a, 2022b; Almeida; Andujas, 2023; Almeida, 2024b) ou no desenrolar dos mandatos (Inácio, 2019; Campos, 2021; Machado *et al.*, 2021; Mesquita, 2022; Mendonça; Gelape; Cruz, 2023; Campos; Matos, 2023), evidenciando, assim, a fragilidade desses arranjos, que, no limite, podem acabar desmantelados ou implodidos. Ainda, acreditamos que este estudo pode contribuir por tangenciar recentes mudanças institucionais no sistema partidário e eleitoral⁶ que guardam estreita relação com atrizes e atores que vinham se mobilizando para acessar a política institucional através dessa modalidade de candidatura, com vistas a torná-la mais competitiva, como mulheres e pessoas negras (Machado *et al.*, 2021; Rodrigues; Campos; Abreu, 2020; Rodrigues, Freitas, 2021; Almeida, 2024b).

1.2 Estrutura da dissertação

Organizamos a dissertação em quatro capítulos, para além deste capítulo introdutório. No capítulo 2, *Horizontes teóricos*, apresentamos a fundamentação teórica em que se alicerça esta pesquisa e que dará suporte ao desenvolvimento dos argumentos propostos, recuperando resultados de outros estudos, ampliando discussões e buscando traçar diálogos com a literatura. O capítulo está dividido em duas seções, dispostas em uma estrutura lógica de pirâmide invertida, começando com questões amplas e afunilando para alcançar o objeto da pesquisa. Nosso intuito é guiar a pessoa leitora, começando na primeira seção com uma análise da interação entre movimentos sociais e partidos políticos internacionalmente, para na sequência adentrar em estudos que abordam essa relação com foco em experiências conduzidas no Brasil

⁵ Andujas e Lopes (no prelo) num esforço preliminar, identificam contribuições do direito, sociologia, ciência política, administração pública, psicologia social, políticas públicas, artes, administração, linguística, economia, comunicação e arquitetura e urbanismo.

⁶ Referimo-nos a duas legislações específicas que passaram a surtir efeitos a partir das eleições nacionais de 2022, a saber: a EC nº 111/2021 que determina que os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros sejam contados em dobro para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento; e a EC nº 117/2022 que obriga os partidos a destinarem no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos públicos para campanha eleitorais afetas às candidaturas femininas.

Na segunda seção, a análise circunscreve o objeto desta pesquisa, a saber, as candidaturas coletivas para cargos legislativos no Brasil. Para tanto, retomamos questões históricas e teóricas, além de evidenciar aspectos conceituais. Dada a multiplicidade de conceitos e as disputas por significados, seja na literatura ou na prática cotidiana, essa estratégia torna-se profícua para a delimitação conceitual que empregamos.

No capítulo 3, *A construção metodológica* entra em cena. Composto por três seções, nesse capítulo apresentamos o desenho da pesquisa e detalhamos os passos percorridos, com foco em apresentar *o que* foi feito, *como* e *por quê*. A primeira seção descreve as 215 candidaturas coletivas para cargos do legislativo mapeadas na eleição de 2022. A segunda seção examina o conteúdo imagético provenientes das candidaturas coletivas identificadas, por meio da análise de conteúdo de imagens publicadas no Instagram. Como forma de prosseguir com a interação entre movimentos e partidos, na terceira seção exploramos o estudo de casos de quatro candidaturas coletivas a cargo legislativo estadual lançadas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a partir de entrevistas em profundidade com nove pessoas cocandidatas.

O capítulo 4, *As candidaturas coletivas nas eleições de 2022*, congrega os achados empíricos da pesquisa. Na primeira seção, condensamos o perfil das candidaturas coletivas, com base em um amplo conjunto de variáveis sociodemográficas e partidárias. Acrescido a isso, avançamos com a observação dos vínculos associativos presentes entre as pessoas cocandidatas, bem como dos temas e bandeiras defendidos pelas candidaturas coletivas mapeadas. A segunda seção explora os casos examinados em profundidade, comparando-os a partir de categorizações amplas elaboradas tanto dedutivamente, isto é, à luz da literatura dedicada à observação da interação entre movimentos sociais e partidos políticos, quanto indutivamente, a partir dos dados oriundos das entrevistas.

Por fim, no capítulo 5, fazemos um apanhado geral da pesquisa, concedendo especial atenção à contraposição dos objetivos e hipóteses, aos argumentos teóricos e aos produtos empíricos. Além disso, sinalizamos nossas principais contribuições para as teorias mobilizadas e aventamos agendas de pesquisa futuras.

2 HORIZONTES TEÓRICOS

Tal como sugere seu título, neste capítulo delimitamos os aportes teóricos para subsidiar o desenvolvimento deste trabalho. Na primeira seção, apresentamos a literatura que trata da interação entre movimentos sociais e partidos políticos em âmbito internacional. Buscamos apreender como a abordagem dessa relação evoluiu historicamente, além de refletir sobre as formas ou padrões envolvidos nessas alianças. Exploramos também essa relação com especial atenção ao contexto nacional, à luz das particularidades do sistema político brasileiro, sobretudo o sistema eleitoral e o sistema partidário. Nesse ponto, delimitamos conceitos e categorias analíticas que empregamos e que constituíram base para adentrarmos no campo teórico que orbita as candidaturas coletivas no legislativo brasileiro, as quais serão mobilizadas na sequência. Enquanto objeto deste trabalho, dedicamos especial atenção à essas experiências, traçando um breve panorama histórico para contextualização e trazendo à superfície alguns trabalhos que exploraram, mesmo que de forma secundária, essa relação com partidos e movimentos sociais. Por meio desse diálogo com a literatura mais específica, buscamos ampliar discussões e revelar lacunas que serão abordadas neste trabalho, bem como introduzir delimitações conceituais fundamentais para avançarmos com os produtos empíricos, apresentados adiante.

2.1 Movimentos sociais em interação com partidos políticos

As interações entre movimentos sociais e partidos políticos são recorrentemente apontadas pela literatura como uma agenda de pesquisa importante, apesar de frequentemente negligenciada. As indiferenças recíprocas entre esses campos repercutiram por muito tempo na compreensão de que operavam, na verdade, enquanto estruturas monolíticas. Assim, por um lado, os estudos sobre os partidos numa perspectiva autocentrada, focando internamente nas instituições, preocupavam-se pouco com as conexões com a sociedade. Por outro lado, os estudos de movimento social enquadravam os partidos principalmente como um fenômeno social cujos aspectos políticos precisavam ser localizados fora das fronteiras das instituições políticas. Assim, a política contenciosa tornou-se de fato muito centrada nos movimentos, descartando a relação recíproca existente entre política eleitoral e de protesto (McAdam; Tarrow, 2011; della Porta *et al.*, 2017; Tarrow, 2021a).

Sobre essa questão, já as tradicionais Teorias dos Movimentos Sociais enunciam dicotomias, ao atribuir a essa relação entre sociedade civil com o Estado um caráter conflituoso e demarcado pelo enfrentamento. Segundo a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), o Estado é percebido como um agente que busca cooptar ou neutralizar as atividades de

movimentos sociais, por meio de políticas de inclusão e concessões (McCarthy; Zald, 1977). Já a Teoria do Processo Político (TPP) apesar de não abandonar por inteiro a perspectiva do conflito nas dinâmicas que envolvem movimentos e Estado, concede maior amplitude a esse relacionamento, considerando que ambos buscam promover seus interesses e objetivos políticos. Nesse sentido, assume que dada uma estrutura de oportunidades políticas, os movimentos, mesmo dotados de poucos recursos, podem influenciar o sistema político, a partir de uma ampla variedade de táticas não necessariamente conflituosas, como a ocupação de cargos na burocracia estatal ou a pressão para influenciar políticas governamentais (McAdam; Tarrow; Tilly, 2004; McAdam; Tarrow; Tilly, 2009). Distinguindo-se das anteriores, para a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) a ênfase está na autonomia em relação ao Estado e às estruturas institucionais existentes. Numa abordagem culturalista, os movimentos são se prestam apenas a desafiar ou confrontar o Estado. Em vez disso, eles buscam transformar as estruturas sociais, culturais e políticas de forma mais ampla, questionando normas e valores dominantes e disputando símbolos, significados e identidades (Melucci, 1989).

Noutro ângulo, o grande marco dos estudos partidários que aborda a relação dos movimentos dentro dos partidos é a discussão sobre os partidos de massas e partidos-movimentos (Duverger, 1951; Kitschelt, 1989 *apud* della Porta *et al.*, 2017). Aqueles, surgem numa tentativa de deslocamento dos modelos partidários em direção à sociedade, para representar os interesses coletivos dos até então excluídos, como a classe trabalhadora. Já os partidos-movimentos “são coalizões de ativistas políticos que emanam dos movimentos sociais e tentam aplicar a organização e a prática estratégica dos movimentos sociais na arena da competição partidária” (Kitschelt, 2006, p. 280, tradução nossa)⁷. Sob variados formatos, esses partidos-movimento buscam integrar o eleitorado do movimento em suas estruturas, bem como representar as reivindicações dos movimentos, canalizando suas preocupações nessas instituições. Grosso modo, essas agremiações “tentam uma via dupla, combinando atividades dentro da arena de competição democrática formal com mobilização extrainstitucional” (Kitschelt, 2006, p. 281)⁸. Recentemente, os partidos-movimento vêm retornando à cena mundial, em especial, a partir de experiências europeias impulsionados pela crise econômica neoliberal, como foi o caso do Podemos na Espanha, o SYRIZA na Grécia e o Movimento 5 Stelle na Itália (Bringel, 2015; della Porta *et al.*, 2017; Anria, 2019; Rodrigues, 2021).

⁷ “*Movement parties are coalitions of political activists who emanate from social movements and try to apply the organizational and strategic practices of social movements in the arena of party competition*”.

⁸ “*(...) movement parties attempt a dual track by combining activities within the arenas of formal democratic competition with extra-institutional mobilization.*”

Num esforço teórico mais recente que propõe o diálogo entre esses paradigmas, alguns analistas vêm se debruçando sobre essa relação, destacando a importância de considerar a influência mútua e a interdependência entre movimentos e partidos (Goldstone, 2003; van Biezen; Saward, 2008; McAdam; Tarrow, 2010; McAdam; Tarrow, 2011; Piccio, 2016; della Porta *et al.*, 2017; Hutter; Kriesi; Lorenzini, 2019; Tarrow, 2021a; Tarrow, 2021b). Ponto de partida para isso foi a compreensão de que se trata de formas organizativas distintas e que, por consequência, dispõem de prerrogativas, poderes e sujeições também distintos. Apesar de alguma permanência de categorias analíticas de natureza binária na literatura - *insiders* e *outsiders*, *members* e *challengers*, estatal e não estatal; institucional e extrainstitucional -, a complementariedade e a fluidez das fronteiras entre ambos se revela de modo multifacetado.

Em nível da organização interna dos partidos, a agência dos movimentos sociais pode operar por meio da influência ou a formação de legendas, passando também pela influência em agendas, programas, estratégias e táticas dos partidos. Sintetizando isso, della Porta e colaboradores (2017) apontam a possibilidade de que movimentos *disputem* com os partidos, os movimentos *se infiltrem* em partidos ou que os movimentos *se tornem* partidos. Prossegue a autora, argumentando que

Os movimentos sociais muitas vezes abordaram desafios programáticos aos partidos, propondo novas questões; desafios organizacionais, promovendo um modelo participativo; desafios eleitorais, levantando o apoio para alguns temas emergentes na opinião pública (Rohrschneider 1993), e até conseguindo mudar os programas e a organização dos partidos (Della Porta 2007) (della Porta *et al.*, 2017, p.3, tradução nossa).⁹

Indo além e considerando as especificidades dessa interação durante o período eleitoral, momento reconhecido como um importante catalisador das demandas dos movimentos sociais, McAdam e Tarrow (2010, pp. 533-534) sugerem outros tipos de envolvimento, tais como: o engajamento dos movimentos na mobilização eleitoral proativa, quando o movimento visualiza em uma dada eleição uma ameaça ou oportunidade para a promoção dos interesses do grupo, tornando-se mais ativo ou atuante; a mobilização eleitoral reativa, que ocorre quando os movimentos mobilizam protestos crescentes após um pleito; e os movimentos que polarizam os partidos políticos internamente, muitas vezes causando dissidências que culminam na

⁹ *Social movements have often addressed programmatic challenges to parties, by proposing new issues; organizational challenges, by promoting a participatory model; electoral challenges, by raising support for some emerging topics in public opinion (Rohrschneider 1993), and even succeeded in changing parties' programmes and organization (della Porta 2007).*

criação de novos partidos. Entretanto, o impacto de um movimento em sua relação com o sistema partidário não se limita a um momento ou eleição em particular (Tarrow, 2021a).

Em suma, o que se percebe é que as pressões exercidas pelos movimentos resultam em diferentes padrões organizacionais nos partidos, tanto na dinâmica intrapartidária, quanto na dinâmica eleitoral, variando de acordo com o arranjo institucional do sistema político e das contingências contextuais. O sucesso dos movimentos é moldado tanto pela capacidade de combinar táticas internas e externas a eles quanto pelas condições dos próprios partidos (Goldstone, 2003; Tarrow, 2021a). Dessa forma, os movimentos podem apresentar relações próximas aos partidos sem se incorporarem a eles, mantendo sua autonomia e preservando suas estratégias, o que Tarrow (2021b) categoriza como a hibridização de ações coletivas. Também sugerindo que os limites entre partidos e movimentos sociais estão cada vez mais diluídos nas democracias ocidentais, o autor identifica três formas de hibridização: i) o hibridismo horizontal em que movimento e partido cooperam entre si em prol de interesses comuns; ii) o hibridismo vertical, quando uma organização de movimento financia um partido e vice-versa; e iii) o hibridismo misto, em que são combinadas as formas anteriores, ou seja, quando há tanto cooperação ideológica, quanto financiamento (Tarrow, 2021b, p. 149).

Assim, a postura dos partidos em relação às questões e demandas dos movimentos sociais muitas vezes determina a abordagem e o destino desses últimos, enquanto o apoio ou a falta dele por parte dos movimentos sociais às agremiações partidárias pode influenciar o sucesso eleitoral destas últimas (Goldstone, 2003). Embora a predominância das análises se concentre nas tentativas dos movimentos sociais de influenciar o Estado, também é comum o Estado e, por conseguinte, os partidos políticos, agirem para influenciar os movimentos. Logo, é importante considerar que se trata de uma relação ambivalente, pois assim como os movimentos podem usar estrategicamente os partidos, o oposto também é possível.

Aprofundando essas questões, vários analistas travaram pesquisas empíricas em nível internacional. Grosso modo, o acúmulo das observações se dá em momentos específicos, como a abertura democrática na América Latina (van Cott, 2005; Albala, 2018), em campanhas eleitorais (Blee; Currier, 2006; Fischer, 2012; Gold; Peña, 2018) ou em conjunturas de inflexão e efervescência política frequentemente acompanhadas por protestos (Bringel, 2015; Tarrow, 2021a). Outros estudos exploram a influência de movimentos sociais na formação (Anria, 2019) e atuação de partidos (Heaney; Rojas, 2015; Meza; Tatagiba, 2016; Pirro; Gattinara, 2018), inclusive de forma intencional ou não (Piccio, 2016).

Num esforço crítico e de síntese da literatura internacional que explora as relações entre movimentos sociais e partidos políticos, Hutter, Kriesi e Lorenzini (2019) identificam quatro

correntes de estudos. Para os autores, ainda que enfatizem a natureza dinâmica das interações, se diferem “em termos de como conceituam as interações e o período de tempo estudado” (Hutter; Kriesi; Lorenzini, 2019, p.324). A primeira corrente explora a noção de partidos como potenciais aliados dos movimentos, ressaltando a influência do contexto político e institucional nessa dinâmica. Ela enfatiza que os movimentos sociais podem ampliar suas demandas específicas para o público em geral, fortalecendo os partidos aliados e influenciando a agenda política. Essa interação é moldada pelo sistema eleitoral e pela capacidade dos movimentos de atrair atenção para suas demandas. A segunda analisa as novas divisões sociais e seu impacto na relação entre movimentos sociais e partidos políticos, examinando tanto clivagens estabelecidas quanto o surgimento de novas divisões. Ela investiga as mudanças de longo prazo nas dinâmicas de confronto político em diferentes contextos, buscando entender quem está sendo mobilizado para a política e como isso ocorre. A terceira corrente pesquisa sobre o poder de definição de agenda dos movimentos sociais e das atividades de protesto, explorando como esses eventos influenciam a atenção política sobre determinados temas. Por fim, a quarta corrente salienta os mecanismos que conectam eleições, partidos e movimentos sociais, explorando como esses elementos moldam dinâmicas de movimento e resultados eleitorais.

No Brasil, a literatura tem dedicado considerável atenção à relação dos movimentos sociais com o sistema político em geral, especialmente após a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal em 2003. Algumas analistas observaram a interação com o Executivo, visualizando influências em políticas públicas, a participação em instituições participativas, bem como a ocupação de cargos na burocracia pública (Tatagiba, 2010; Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Abers; Oliveira, 2015). Outras analisaram as pressões junto ao legislativo e as repercussões em termos da atividade legiferante e fiscalizadora (Abers; Keck, 2013; Sanchez, 2017; Carone, 2018; Pereira, 2020; Zarembeg; Almeida, 2021).

Já as análises sobre a interação entre partidos políticos e movimentos sociais no Brasil são escassas e recentes. Identificamos a concentração de pesquisas voltadas ao espectro ideológico e partidário da esquerda, com destaque para o PT e os movimentos ambientalista, movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (LGBTI+) e negro. Entretanto, elas abordam diversas perspectivas e influências dessa relação, observando a formação (Oliveira, 2016) e a constituição de partidos (Meneguello; Amaral, 2008; Rios, 2014), a organização intrapartidária (Rezende; Sarmiento, Tavares, 2020; Pereira, C., 2022), a formulação de políticas públicas (Pereira, M., 2023; Rodrigues; Pereira, 2022), as estratégias competição eleitoral (Almeida, Lüchmann, 2022; Almeida, 2024b), as trajetórias de institucionalização de demandas junto ao governo e oposições legislativas (Rodrigues; Pereira,

2022) e, ainda, se dedicam a explorar experiências de novos (Rodrigues, 2021) ou novíssimos movimentos sociais (Inácio, 2019) situados no país. Apesar dos enfoques teóricos e analíticos diferentes, reconhecemos a interação entre os estudos, em especial quanto às estratégias e dinâmicas empregadas pelos movimentos em conexão com os partidos. Esses trabalhos fornecem interessantes dimensões e variáveis sobre a interação entre movimentos e partidos, e que contribuem para o desenvolvimento de *insights* sobre as candidaturas coletivas.

Se amparando no conceito de encaixes institucionais (Lavelle *et al.*, 2018), Matheus Pereira (2022) observa o efeito das trajetórias da interação e intersecção, especificamente atento à influência do movimento LGBTI+ e o PT, na formulação de políticas públicas. Assim, situa os processos de institucionalização de movimentos sociais, por meio da incorporação de demandas, categorias, atores e práticas, tanto na arena eleitoral quanto partidária. Sistematizando dimensões analíticas, autor propõe que: os movimentos podem influenciar a elaboração de programas e diretrizes dos partidos, conduzindo ao compartilhamento de projetos políticos e impactar plataformas eleitorais de candidatos – encaixes partidários programáticos; podem provocar modificações na organização interna dos partidos, como pela criação de órgãos temáticos e buscando acesso à instâncias decisórias – encaixes institucionais; podem deslocar ativistas ligados aos movimentos para ocupação da máquina pública, dentre cargos eletivos ou não – encaixes eleitorais posicionais; e ainda, os partidos podem incorporar em sua face pública, discursos e narrativas que externalizam demandas e interesses dos movimentos – encaixe discursivo.

Em estreita interlocução, Rodrigues e Pereira (2022) investigam as diferenças nos efeitos políticos produzidos pelos movimentos negro e LGBTI+ durante as gestões petistas. Para além das políticas públicas, os autores observam a influência da oposição legislativa, isto é, dos partidos e dos parlamentares contrários às demandas desses movimentos. A rejeição de proposições normativas, a apresentação de emendas e substitutivos desfavoráveis, a obstrução em votações, entre outras formas de ação que geram obstáculos e desafios para a efetivação das agendas dos movimentos, do partido e do governo, foram destacadas.

Também as candidaturas coletivas e os mandatos coletivos foram objetos de análise. Almeida e Lüchmann (2022) destacaram a complexidade da interação entre movimentos sociais e partidos políticos no contexto dessas experiências legislativas e as diferentes dinâmicas que surgem desse processo. Segundo as autoras, há um caráter ambíguo da relação com os partidos que se revela na coexistência entre os discursos antirepresentativos e autonomistas e a disputa de espaços e arenas intrapartidárias para acesso às decisões e recursos. Além disso, apontam que as candidaturas coletivas buscam aplicar as lógicas e práticas organizacionais dos

movimentos na competição partidária, semelhante às discussões sobre as origens dos partidos-movimentos. Também alertam sobre riscos, como choques entre identidades e estratégias partidárias, principalmente no desenrolar dos mandatos. Destacam ainda a manipulação das regras eleitorais para conduzir a ampliação da entrada de ativistas nas agremiações, promovendo um (re)encontro de movimentos com a institucionalidade pela via eleitoral” (Almeida; Lüchmann, 2022, p. 154).

Em trabalho posterior, Almeida (2024b) aborda as candidaturas coletivas como uma nova forma de interação entre partidos políticos e movimentos sociais argumentando que essas estratégias eleitorais externalizam uma reconfiguração do ativismo no país. A sobreposição de vínculos associativos observadas nessas modalidades de candidatura é notabilizada pela autora, já que boa parte dessas candidaturas são compostas por uma rede de atrizes e atores que acumulam trajetórias de ativismo e pertencimento a diferentes organizações civis. Outro ponto, diz respeito as principais causas defendidas que guardam estreita relação com demandas de grupos minorizados e subrepresentados na política institucional, como mulheres, pessoas LGBTI+ e pessoas negras, que historicamente mobilizam e disputam suas pautas em movimentos sociais. Ademais, Almeida (2024b) ressalta a importância da estrutura organizacional e dos recursos dos movimentos e dos partidos para o êxito dessas candidaturas, já que podem aumentar a capacidade de mobilização, apoio e visibilidade nas campanhas eleitorais.

Acreditamos que essa literatura nos auxilia a refletir sobre a interação entre movimentos e partidos nas experiências de candidaturas coletivas no Brasil. Apesar de não proporem, em princípio ou ainda, a criação de novos partidos, a tentativa de incidência mútua se faz notar, em sintonia com abordagens recentes que focalizam o hibridismo nessa relação (Tarrow, 2021b) ou mesmo manifestando algum sincronismo com o que se define como partidos-movimento (Kitschelt, 2006). Ainda, a tentativa de trabalhar dentro e fora das instituições, inclusive, simultaneamente, combinada com as inventividades em termos da representação e participação (Almeida, 2024a), em especial, denotam essa relação. A partir de regras não bem formatadas e se apropriando de brechas institucionais, buscam deslocar e desestabilizar criativamente formas enraizadas no sistema político (Almeida e Lüchmann, 2022; Mendonça; Gelape; Cruz, 2023). Com isso em mente e no intuito de deslindar o fenômeno das candidaturas coletivas no Brasil prosseguimos.

2.3 Movimentando as instituições: as candidaturas coletivas no Brasil

O início dos anos 2010 foi palco de uma série de manifestações e protestos multitudinários que varreram o globo. Por mais distintos que foram, há a convergência na desestabilização política desencadeada (Mendonça; Domingues, 2021). A Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* e o 15-M na Espanha para citarmos alguns dentre os mais recorrentemente apontados pela literatura (della Porta, 2015; Bringel, 2015; Gohn, 2016) apresentaram novas expressões da dinâmica dos protestos, como o potencial de mobilização por redes sociais, a indistinção ou ausência de lideranças orgânicas e organizações mobilizadoras, além da multiplicidade de reivindicações e pautas envolvidas (Gohn, 2016; Domingues, 2019). Nesse interim também despontaram algumas experiências europeias de partidos-movimento, conectando insatisfações com a crise econômica, externalizadas por meio de críticas ao neoliberalismo e à austeridade econômica, à rejeição, ou quando menos, a desconfiança em relação às instituições políticas (Mair, 2009; 2013). Essas experiências se notabilizaram pela incorporação de distintas estratégias de organização e mobilização política buscando adotar práticas mais participativas e horizontais em sua atuação política (della Porta, 2015; Bringel, 2015).

No Brasil, as Jornadas de junho de 2013 marcaram um ponto de inflexão na história política do país. Esse período foi caracterizado por um ciclo de intensos protestos reproduzidos em manifestações de rua, ocupações e atividades nas redes sociais, que orbitavam escândalos de corrupção no governo, a insatisfação com a prestação de bens e serviços públicos e, especialmente, o descrédito em relação às instituições representativas tradicionais, personificadas pelos partidos políticos (Domingues, 2019; Perez, 2019; Mendonça; Domingues, 2021). A multiplicidade e fragmentação de demandas foi acrescida à efervescência em termos de formas e práticas com impulsos autonomistas adotadas pela sociedade civil, marcadas pela ação direta, horizontalismo, prefiguração e do “faça você mesmo” (Mendonça; Bustamante, 2020, p.1). Somando a uma ampla gama de indivíduos, com destaque para a presença de jovens, e grupos organizados (Domingues, 2019; Perez, 2019), também atores mais costumeiros como os movimentos sociais mais tradicionais (feminista, estudantil, negro etc.), sindicatos e pequenos partidos de esquerda (PSOL, PSTU, PCO) também chegaram aos espaços públicos, com algum atraso e mais timidamente (Alonso, 2017).

Diante dessa movimentação caótica (Mendonça; Bustamante, 2020) e da reconfiguração do ativismo social experienciado a partir de então (Faria, 2020), muitos grupos e segmentos sociais reconheceram o momento como oportunidade para renovar a política institucional

(Gatto; Russo; Thomé, 2021) .¹⁰ Romperam organizações suprapartidárias comprometidas com o recrutamento, apoio e a formação de lideranças, perpassando tanto a direita quanto a esquerda do espectro político, como o Agora, a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), o RenovaBR, o Livres, o e Movimento Brasil Livre (MBL) (Segurado; Chicarino; Chaia, 2019; Domingues, 2019; Oliveira; Macedo, 2020; Costa; 2022)¹¹. Também ganharam proeminência os chamados “coletivos”, termo guarda-chuva¹² que abriga um conjunto de formas organizativas multiformes, como as Muitas e a Bancada Ativista (Perez; Silva Filho, 2018; Faria, 2020). Segundo Gohn (2016) e Perez e Silva Filho (2018), os coletivos são formas de ação coletiva que buscam se firmar pela identidade coletiva, se inspiram em princípios autonomistas, se organizam de forma não-hierárquica e rejeitam lideranças formais e centralizadas. Assim, os vínculos nesses espaços seriam mais próximos do “ativismo” do que da “militância”, esta operacionalizada em instâncias mais hierarquizadas como partidos políticos, sindicatos, e inclusive organizações de movimentos sociais (Faria, 2020, p.34-35). Somado a isso e analisando o conceito de “coletivos” a partir da associação com clivagens sociais (questões de gênero, raça, classe, sexualidade etc.), Faria (2020) enfatiza as reivindicações de ocupação de espaços por grupos marginalizados e pelo reconhecimento de suas identidades também caracterizam essas instâncias.

Desencadeados pelo ciclo de protestos de 2013¹³ e impulsionados pela retórica da renovação, por discursos antissistema, pela ocupação política ou pela representatividade de grupos subrepresentados na política institucional, fato é que esses novos atores se voltaram às disputas eletivas no Legislativo – mesmo que não em um primeiro momento ou como pauta principal (Macedo, 2018; Perez, 2019; Oliveira; Macedo, 2020; Gatto; Russo; Thomé, 2021). Nessa conjuntura de experimentações políticas marcadas por novos encontros entre

¹⁰ Diante da diversidade e das divergências quanto a percepção dessas organizações num cenário particularmente complexo, Gatto, Russo e Thomé (2021, p.45) optaram por denominá-las de forma genérica como “iniciativas de apoio a candidatos/as”. Apesar de não acompanharmos os analistas em face do escopo deste trabalho e da percepção de que a expressão é demasiadamente homogeneizadora, registramos tal feito para reforçar a complexidade subjacente a essas distinções.

¹¹ Para detalhes dessas e outras “iniciativas de apoio a candidatos/as”, ver Costa (2022, p. 206-208) e para apoio às candidaturas coletivas, em específico ver Costa J.(2023).

¹² Sobre a miscelânea de definições e interpretações, Perez e Silva Filho (2017, p.271) argumentam que o termo pode ter interpretações distintas em diferentes contextos, de modo que a mensuração dos coletivos não é quantitativa, mas baseada em parâmetros subjetivos, afastando-se de tentativas de “aritmização” do debate.

¹³ Em face dos objetivos e limitações de escopo desta dissertação não apresentamos o retrospecto aprofundado do pós junho de 2013 e seus desdobramentos. Nada obstante, a literatura apresenta importantes marcos (Domingues, 2019), inclusive, associados à profusão das experiências de candidaturas e mandatos coletivos no Brasil. Campos (2021, p.17-18) traça minuciosa análise temporal, destacando, dentre outros acontecimentos: em 2014, a reeleição de Dilma Rousseff; em 2015, as movimentações antipetistas; em 2016, o *impeachment* da presidenta; em, 2017 a realização do primeiro encontro do Ocupa Política; em 2018, a o assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, e a eleição de Bolsonaro.

movimentos sociais, coletivos e organizações civis com o sistema político, principalmente associadas ao campo progressista (Segurado; Chaia, Chicarino, 2019; Campos, 2021; Almeida; Lüchmann, 2022), as candidaturas coletivas se alastraram.¹⁴

Em 2016, despontaram célebres experiências de candidaturas e mandatos coletivos. Foi o caso do mandato coletivo de João Yuji em Alto Paraíso de Goiás, lançado pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), como a primeira experiência a incluir o grupo de cinco pessoas que concorreram conjuntamente e foram eleitas para uma vaga no legislativo municipal. No mesmo ano, também a Gabinetona foi eleita na capital mineira, sob um diferente formato de campanha compartilhada entre várias pessoas candidatas vinculadas as Muitas, uma movimentação de coletivos, movimentos sociais e ativistas. As vereadoras eleitas pelo PSOL, Áurea Carolina e Cida Falabella, passaram a integrar seus gabinetes parlamentares atuando de forma conjunta, além de convidarem a terceira candidata mais votada da legenda, Bella Gonçalves, a integrar o mandato, construindo uma coverança. Em 2018, Andreia de Jesus foi eleita deputada estadual e Áurea Carolina deixa a vereança para assumir o cargo de deputada federal, dando espaço à entrada de Bella Gonçalves como vereadora em Belo Horizonte, consolidando, assim, a atuação da Gabinetona nos três níveis de governo.

Também em 2018, é eleita a Mandata Ativista reunindo um grupo de nove pessoas pertencentes à Bancada Ativista, movimentação suprapartidária que surge na cidade de São Paulo em 2016 comprometida com a eleição de ativistas para cargos legislativos. Essa experiência reuniu ativistas de diversas pautas e vínculos partidários, agregando, inclusive, pessoas não filiadas a nenhuma legenda inicialmente. Ainda em 2018, as Juntas também foram eleitas em Pernambuco. Com um grupo de quatro cocandidatas filiadas ao PSOL compartilhando um único número na urna, de forma distinta dos demais casos mencionados essa experiência surge de dentro da própria legenda e não de um coletivo autônomo.

Indo além da análise dessas experiências paradigmáticas e diante do incremento de candidaturas coletivas no cenário eleitoral brasileiro, a literatura passa a se dedicar também a panoramas, de forma mais abrangente e sistemática (Raps, 2019; Secchi; Leal, 2020, Inesc, 2020; Almeida; Lüchmann, 2022; Inesc, 2022; Almeida; Andujas, 2023). Ao longo dos anos, observamos uma variação significativa no número de candidaturas coletivas: em 2016, foram registradas 70; em 2018, esse número diminuiu para 28; porém, em 2020, houve um aumento expressivo para 313; e em 2022, embora tenha ocorrido uma redução em relação ao ano anterior,

¹⁴ Experiências de candidatura e mandato coletivos e compartilhados são verificadas há mais de 20 anos no Brasil, contudo foi possível notar a maior expansão a partir das eleições municipais de 2016 e das eleições gerais de 2018. Para maiores detalhes, ver as análises descritivas disponíveis em Raps (2019) e Secchi e Leal (2020).

o montante ainda foi significativo, com 215 candidaturas coletivas identificadas. Esses dados sugerem uma tendência de crescimento e maior adesão dessas modalidades de candidaturas coletivas nos últimos pleitos.

Seja nas análises aprofundadas dessas experiências, como pincelamos anteriormente, ou nas observações gerais, elemento que desponta é a variedade de formatos organizativos e tão logo, conceitos existentes para as candidaturas coletivas, o que constitui inclusive um problema frente ao debate público (Machado *et al.*, 2021). Acreditamos que essa profusão, compartilhada entre empirismo e academia, guarda estreita relação com a ausência de regulamentação pelo Código Eleitoral. Sobre isso cumpre sinalizar a existência de proposições normativas de origem parlamentar que versam sobre a temática, conforme sistematiza o Quadro 1 adiante.

Quadro 1- Proposições normativas relacionadas às candidaturas coletivas em tramitação

Proposição	Ementa	Autoria/Partido-UF	Situação da tramitação ⁽¹⁾
PEC n° 379/2017	Inserir parágrafo ao art. 14 da Constituição Federal para possibilitar o mandato coletivo no âmbito do Poder Legislativo.	Renata Abreu/Pode-SP	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desde 21/11/2017
PL n° 4.475/2020	Altera a Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer regras para o registro e para a propaganda eleitoral de candidaturas promovidas coletivamente.	João Daniel/PT-CE	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desde 10/02/2021
PL n° 4.724/2020	Dispõe sobre o exercício coletivo do mandato eletivo no Poder Legislativo.	André Figueiredo/PDT-CE	Apensado ao PL n° 4.475/2020
PL n° 1.422/2021	Dispõe sobre o mandato coletivo.	Bacelar/Pode-BA	Apensado ao PL n° 4.475/2020
PL n° 1.593/2021	Altera as Leis N°s 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer a previsão de candidaturas coletivas nas eleições proporcionais, nos termos em que especifica.	Paulo Teixeira/PT-SP	Apensado ao PL n° 4.475/2020

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2017, 2020a, 2020b, 2021a, 2021b).

Nota: Há também uma PEC de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (sem partido/AM) que não conseguiu o número suficiente de assinaturas para ser protocolada no Senado Federal (Moraes, 2021).

⁽¹⁾ Consulta realizada em 01 de maio de 2024.

Ainda tangenciando discussões do Legislativo, destacamos debate recente que colocou em xeque as candidaturas coletivas no Brasil, com a aprovação pelo Plenário da Câmara dos Deputados da emenda à minirreforma eleitoral (PL n° 4.438/2023) que proíbe candidaturas

coletivas (Brasil, 2023a). Dentre as justificativas apresentadas pelo autor, deputado federal Bibó Nunes (PL-RS), há alegação de que essas modalidades de candidatura podem levar ao estelionato: “Como um candidato recebe votos de quem votou em outro? Essa é uma enganação” (Brasil, 2023b). Defensor do dispositivo acrescentado ao projeto, o deputado federal Marcel van Hattem (Novo-RS) há época afirmou que esse movimento da Câmara seria uma resposta às investidas legislativas do Judiciário que segundo o parlamentar teria regulamentado a candidatura coletiva no Brasil. Trata-se de referência à Resolução nº 23.675 publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2021 (Brasil, 2023c). A normativa permite que o nome registrado na candidatura faça menção à candidatura coletiva, desde que o candidato seja claramente identificado e possibilita que tanto na propaganda eleitoral quanto no nome exibido na urna, seja possível associar os candidatos ao coletivo ao qual pertencem (Brasil, 2021c). Reconhecemos essas situações como indícios de que essas experiências vêm ocupando agendas políticas no país há algum tempo, deslocando e movimentando incrementalmente mudanças institucionais (Magarian, 2023).

Frente a um consenso limitado sobre o que deve ser considerado uma candidatura coletiva – e termos congêneres, como candidaturas compartilhadas, mandatos coletivos e mandatos compartilhados, nos atendo àqueles mais recorrentes (Lopes, 2021) –, quiçá reconhecendo-os enquanto uma inovação democrática, coexistem vários conceitos, significados e entendimentos, a partir dos quais localizamos três domínios conceituais que assim denominamos: *pragmático-funcional*, *normativo* e *institucional* (Quadro 2).

Quadro 2 - Síntese do background conceitual

Candidaturas coletivas			
Domínio	Pragmático-funcional	Normativo	Institucional
Dimensão	Questões operacionais relacionadas ao funcionamento e dinâmica eleitorais	Questões sobre justiça, reconhecimento, representatividade e outros critérios de legitimidade democrática	Questões sobre mudanças institucionais, deslocamentos de práticas, estéticos e sentidos da representação
Bases teóricas ⁽¹⁾	Secchi; Cavalheiro (2017); Raps (2019); Silva; Secchi; Cavalheiro (2021); Secchi; Cavalheiro; Baumgarten (2023)	Faria (2018); Rodrigues; Campos; Abreu (2020); Campos (2021); Campos; Matos (2023)	Mendonça; Gelape; Cruz (2023); Magarian (2023)

Fonte: Elaboração própria.

⁽¹⁾ Referências bibliográficas não exaustivas, mas ilustrativas e selecionadas oportunamente pela autora.

Os conceitos são operacionalizados ora de forma restrita a algum desses domínios, ora de forma matizada. Nos desenvolvimentos conceituais do domínio pragmático-funcional, elemento que desponta é a preocupação em situar *como* as experiências operam no mundo real. Sendo assim, são identificados elementos que caracterizam as candidaturas coletivas, como: o tamanho do grupo, critérios de elegibilidade, o momento da formação do grupo e do registro da candidatura, critérios de permanência, acesso a cargos parlamentares; distribuição e escopo de tarefas, partilha de custos e benefícios, entre outros. No domínio normativo, os conceitos enfatizam *quem* se envolve nessas experiências e *por quê*. Assim, a mobilização e ocupação política por grupos marginalizados e subrepresentados na política institucional, sobretudo, mulheres, pessoas negras e a população LGBTI, são destacadas. Associados ao marco teórico da representação interseccional e explorando as inventividades e pressões pelo aprofundamento democrático e justiça social decorrentes dessas experiências, os conceitos refletem inclinações com base em valores, normas ou ideais específicos. Por fim, no domínio institucional os conceitos realçam *os meios* envolvidos, na perspectiva da mudança institucional, em especial do tipo incremental, e o potencial de deslocamento criativo e reinvenção de instituições, sem alterações profundas no sistema político.

Numa aposta pela fertilização cruzada entre os domínios conceituais que elencamos e acompanhando outras análises (Machado *et al.*, 2021; Almeida; Lüchmann, 2022; Almeida, 2024b) neste estudo apreendemos as candidaturas coletivas como modalidades eleitorais em que um grupo predefinido de pessoas se junta para concorrer a um cargo eletivo do Legislativo, recorrendo a estratégias de campanha também coletivas e compartilhando decisões no momento da candidatura, buscando ampliar a representatividade de corpos e pautas na política institucional, por meio de adaptações criativas e contingentes. Acreditamos esses esforços de conceitualização são fundamentais para ampliar as possibilidades de diálogo com um campo dinâmico e emergente que observa essas experiências no legislativo¹⁵. Soma-se a isso as mudanças observadas no perfil sociodemográfico, associativo, partidário, em especial, e no formato dessas modalidades de candidatura quando observadas longitudinalmente. Sobre isso, sublinhamos alguns trabalhos mais recentes.

Apesar de não ocupar posição central a convivência partidária é tangenciada em algumas pesquisas. Observando a Gabinetona, a Bancada Ativista e as Juntas, experiências de mandatos

¹⁵ Entre 2018 e 2024, foram identificados em média 60 estudos que se debruçaram sobre candidaturas e mandatos coletivos (Andujas; Lopes, no prelo; Iennaco; Rezende, no prelo). Não desconsideramos o fato de que estamos diante de um objeto de estudo compartilhado entre diferentes áreas de conhecimento e, logo, pode ser mobilizado por estudiosas para significar coisas distintas. No entanto, sustentamos que é necessário apostar em definições e/ou tipologias para ganhos de consistência analítica e suporte a pesquisas comparativas.

coletivos lançados pelo PSOL, Campos (2021) e Campos e Matos (2023, p.21), compartilham a percepção de que as candidaturas e mandatos coletivos seriam “iniciativas de ‘transbordamento dos partidos’”, como expressão da busca por novos e alternativos caminhos para viabilizar candidaturas renovadoras. Assim, argumentam acerca da necessidade de rompimento com as engrenagens internas dos partidos, buscando formas de “furar a fila” e promover candidaturas mais independentes e despessoalizadas. Críticas à institucionalidade político-partidária brasileira que reproduz e é conivente com as desigualdades sociais enfrentadas no país, as analistas enfatizam o potencial de democratização dessas experiências, promovendo desde a diversificação dos quadros de pessoas candidatas ao “hackeamento” e “pedagogização” política (Campos; Matos, 2023, p. 14).

Em estreito diálogo, Andujas (2022; 2023) investiga experiências de candidaturas coletivas para vereança, compostas por mulheres e lançadas pelo PSOL, PT e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), nas eleições de 2020. Mesmo considerando que o sistema proporcional de lista aberta praticado no país poderia ser mais promissor às candidaturas de mulheres, a autora destaca que as desigualdades de gênero reproduzidas nas instâncias partidárias e no sistema eleitoral contribuem para a maior concorrência intrapartidária e para o caráter individualista das campanhas. Essa realidade, argumenta, acaba por privilegiar pessoas com acúmulo de capital político-econômico, familiar e social, típico de uma elite política e distante do perfil identificado em candidaturas coletivas. Nestas, foi o perfil associativo o fator crucial, reunindo organizações políticas com atuação dentro e fora dos partidos, dentre movimentos sociais, coletivos, entidades sindicais e conselhos de políticas públicas, dentre os mais recorrentes. Isso parece coincidir outros achados empíricos relativos à modalidade coletiva de candidatura que revelam a centralidade e os múltiplos papéis de organizações civis, com destaque para os movimentos sociais, na formação das candidaturas (Marques, 2019; Inácio, 2019; Mesquita, 2022; Andujas, 2023a; Andujas, 2023b) na definição de agendas e projetos políticos (Almeida; Lüchmann, 2022; Almeida; Andujas, 2023; Almeida, 2024b) e no apoio à consecução das campanhas eleitorais (Brasil; Anelli; Bechlufft, 2021; Almeida; Andujas, 2023).

Fato é que o campo de estudos sobre candidaturas e mandatos coletivos vem se transformando. Num primeiro momento (2016-2021), notamos a predominância de esforços conceituais, registrando nesse rol, pesquisas que desenvolveram tipologias, modelos e fluxos operativos (Secchi; Cavalheiro, 2017; Cavalheiro, 2019; Silva, 2019; Raps, 2019). Somam-se a essas, uma série de estudos que anatomizavam experiências pioneiras e hoje, consagradas (Fonseca; Gonçalves, 2019; Marques, 2019; Segurado; Chicarino; Chaia, 2019; Inácio, 2019;

Fonseca, 2020; Trotta, 2020; Campos, 2021; Brasil; Anelli; Bechtluft, 2021). Já num segundo momento (2022-2024), possivelmente em razão da profusão e diversidade de experiências, também o escopo análise das pesquisas é ampliado. São incorporadas questões sobre a viabilidade e segurança jurídicas (Xerez, 2019; Rais; Magarian, 2021; Magarian, 2022; Magarian, 2023, Costa, M. 2023), desenvolvidos estudos comparados (Campos; Matos, 2023; Santos, 2023), assim como trabalhos que enquadravam as experiências sob lentes teóricas feministas (Silva, 2022; Andujas, 2022a; 2022b; 2023a; 2023b) e outros que se dedicam a explorar as dinâmicas envolvidas em âmbito municipal (Miranda, 2023; Brito; Siqueira, 2023).

Diante disso, reconhecemos que as instituições, aqui particularmente circunscritas pelo sistema eleitoral e partidário¹⁶, são movimentadas pelas candidaturas coletivas. A tentativa de trabalhar dentro e fora das instituições figurada nas relações com movimentos sociais, combinadas as pressões desestabilizantes que reverberam mudanças institucionais incrementais (Magarian, 2022; 2023; Mendonça; Gelape; Cruz, 2023) ou mesmo o acirramento dos debates públicos e a ocupação de agendas políticas, denotam essa relação. Isso nos parece aderente à noção de “hackeamento” aventada por Campos (2021, p. 76) para indicar essas experiências como “uma forma de incidir na estrutura dos partidos e das instituições políticas (...)”. Com essa compreensão, consideramos que a relação entre candidaturas coletivas, movimentos sociais e partidos políticos podem ocorrer tanto na chave de elementos simbólicos quanto estratégicos, passando agora, a explorar o percurso metodológico que elaboramos para apresentar algumas dessas possibilidades.

¹⁶ Consideramos também as casas legislativas como instituições alcançadas pelos deslocamentos e reinvenções tanto estéticos quanto práticos em nível de operação dos mandatos coletivos, uma vez eleitos. No entanto, como este trabalho focaliza etapa anterior à eleição, não mobilizamos as dinâmicas de ocupação dos parlamentos.

3 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

Neste capítulo apresentamos o conjunto de métodos, técnicas e atividades desenvolvidas a fim de reunir as evidências para satisfazer os objetivos ora tencionados, isto é, explicitamos o desenho da pesquisa¹⁷. A construção metodológica proposta preconizou a harmonização e integração de técnicas e estratégias distintas, de modo a favorecer o estímulo criativo do pensamento interpretativo, colaborando para que o campo das pesquisas em Ciência Política seja mais renovado, pluralista e democrático (Willis, 2007a).

Em linhas gerais, estamos diante de uma pesquisa de métodos mistos, já que a abordagem desta investigação envolve a coleta de dados quantitativos e qualitativos de forma integrada (Della Porta, 2014, p.17; Creswell; Creswell, 2021). Ao responder a diferentes aspectos de uma questão e proporcionar uma compreensão mais holística do problema de pesquisa, inclusive com maior capacidade de construção teórica, a literatura reivindica o potencial da abordagem multimétodos (Ayoub; Wallace; Zepeda-Millán, 2014; Creswell; Creswell, 2021). Logo, a aposta pela matização metodológica, se justifica pela particular natureza do nosso objeto de estudo, em especial pela reduzida literatura existente, a qual se concentra, em métodos específicos, como os estudos de caso, ou mesmo, na produção de estudos de revisão bibliográfica (Andujas; Lopes, no prelo).

O raciocínio por trás dessa construção foi concatenar questões macro, isto é, aspectos gerais e superficiais relacionados às candidaturas coletivas, às questões micro, as quais trazem maior densidade para o estudo, por meio de análises pormenorizadas e específicas, com foco na interação entre movimentos sociais e partidos políticos. Esse desenho de pesquisa contribui para aumentar a validade interna e a robustez dos resultados, já tendo sido empregado por outros pesquisadores interessados em questões complexas associadas aos movimentos sociais (Ayoub; Wallace; Zepeda-Millán, 2014). Assim, traduzimos a elaboração metodológica da pesquisa em três pilares que serão detalhados adiante, conforme sintetiza o Quadro 3.

¹⁷ Cabe destacar que a pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais sendo aprovada e autorizada em 16 de julho de 2023, sob o parecer nº 6.184.663.

Quadro 3 – Pilares da construção metodológica da pesquisa

	Retrato das candidaturas coletivas	Vestígios da interação entre partidos políticos e movimentos sociais	Estudo de casos de candidaturas coletivas
O que é	A descrição de um conjunto de características sociodemográficas, partidárias referentes às candidaturas coletivas e às campanhas eleitorais	A descrição de elementos visuais de imagens postadas por perfis de candidaturas coletivas	Análise específica e em profundidade acerca de 4 candidaturas coletivas ao cargo de deputada(o) estadual
Fonte de dados	Dados abertos do TSE	Instagram	4 casos empíricos
Como operacionalizar (procedimentos de coleta e análise de dados)	Pesquisa documental	Análise de conteúdo quantitativa	Entrevistas semiestruturadas em profundidade, análise qualitativa de conteúdo, pesquisa documental
O que se pretende (resultado)	Delimitar um panorama geral	Estabelecer tendências, observar padrões e avaliar diferenças	Inferências descritivas
Interpretação dos dados	Estatística descritiva	Estatística descritiva	Categorias e temas
Objetivos específicos	a)	a) e b)	b) e c)

Fonte: Elaboração própria.

3.1 Um retrato das candidaturas coletivas nas eleições de 2022

O primeiro pilar consiste em traçar o mapeamento e a análise das candidaturas coletivas no pleito de 2022 a partir de dados primários disponibilizados pelo TSE. Recorremos à estatística descritiva para apoiar a apresentação dos achados, tal como realizado em outros trabalhos para anos anteriores (Raps, 2019; Secchi; Leal, 2020; Inesc, 2020; Inesc, 2022; Almeida; Andujas, 2023). Nesse sentido, preconizando a transparência do percurso metodológico da pesquisa e em busca por favorecer a comparabilidade com outros estudos que se atenham ao propósito desse levantamento, informamos as etapas e procedimentos realizados.

De início, cabe retomar que consideramos como candidaturas coletivas aquelas que objetivam concretizar um mandato coletivo, a partir de ações conjuntas entre um grupo predefinido no que se refere à campanha eleitoral e ao estabelecimento de promessas de compartilhamento posteriores, em caso de eleição. Noutras palavras, as candidaturas coletivas foram definidas pela identificação da proposição prévia – ou seja, no momento da campanha eleitoral – do compartilhamento do cargo eletivo pretendido entre as pessoas cocandidatas, sem distinção entre a pessoa porta-voz e as demais integrantes do grupo.

Outro aspecto importante diz respeito às pessoas cocandidatas, as quais foram identificadas tão somente, pelas redes sociais, sobretudo pelos perfis no Instagram registrados junto ao TSE pelas(os) porta-vozes das candidaturas. Há que se considerar que para alguns casos houve dificuldade nesse reconhecimento, seja pela carência ou pela ausência de informações nominais nas postagens. Nesse ponto, é preciso (re)lembrar que atualmente as candidaturas coletivas operam nas brechas institucionais, e, logo, não há amparo legal ou regulamentação que disponha acerca da exigência de identificação das pessoas cocandidatas junto ao TSE ou nos materiais e conteúdos de campanha.

Os dados das eleições gerais de 2022 foram coletados no Portal de Dados Abertos do TSE em 10 de abril de 2023. Em posse desse agregado de dados oficiais, adaptamos uma base de dados própria¹⁸ utilizando o software Microsoft Excel. Inicialmente, excluimos os dados de candidaturas à cargos do Executivo. Na sequência, realizamos a primeira busca orientada pela ocorrência de um ou mais dos 39 descritores¹⁹ no nome da(o) candidata(o) que apareceria na urna, correspondendo a um total de 477 candidaturas possivelmente coletivas.

Feito isso, entre 16 e 23 de abril de 2023, analisamos individualmente cada ocorrência, nos orientando pelos perfis de redes sociais cadastrados junto ao TSE. Optamos por considerar os 5 primeiros registros desses perfis, já que aparentemente inexistiam restrições para essa inscrição quando do registro das candidaturas – existindo postulantes que não indicaram nenhuma rede social e, outra no limite, com 94 registros. Para aquelas candidaturas que não indicaram nenhuma rede social, pesquisamos o “nome de urna” no Google, recorrendo, portanto, à registros de cobertura jornalística, sites institucionais, blogs, redes sociais, dentre outros. Guiamos essa análise, principalmente, pela presença ou não de pessoas cocandidatas, nas postagens, estas entendidas como a composição de imagens ou vídeos, suas respectivas legendas, reações e comentários, e referências textuais expressas – “candidatura coletiva”, “mandato coletivo”, “mandata coletiva” e congêneres. Essa segunda etapa, nos rendeu um corpus de 173 candidaturas coletivas.

A etapa seguinte se deu entre os dias 27 de abril e 4 de maio de 2023. Nela, pesquisamos a *hashtag* “#candidaturacoletiva” no Instagram, rede social selecionada por ser a mais

¹⁸ A base de dados utilizada pode ser acessada [aqui](#).

¹⁹ Os descritores correspondem a palavras que orientaram essa primeira busca pelas candidaturas coletivas na base de dados geral. Definidos com base na literatura (Secchi; Leal, 2020; Inesc, 2020) e no conhecimento prévio da pesquisadora quanto às experiências anteriores. Os descritores utilizados foram: MANDATO; MANDATA; COLETIVO; COLETIVA; COMPARTILHADO; COMPARTILHADA; MANDATO COLETIVO; BANCADA; JUNTO; JUNTOS; JUNTA; JUNTAS; NOSSA; NOSSO; MULHER; MULHERES; NÓS; NEGR; PERIFERIA; PERIFÉRIC; SOMOS; VOZ; POVO; PLURAL; POPULAR; LUTA; LUTAS; JUVENTUDE; JOVEM; CONSTRUÇÃO; FRENTE; CIDADÃ; MOVIMENTO; FEMINISTA; PRET; QUILOMBO; TODOS; TODAS; ATIVISTA.

recorrentemente utilizada pelas candidaturas coletivas até então mapeadas. Também checamos perfis de algumas candidaturas coletivas já conhecidas pela pesquisadora e que não foram rastreadas anteriormente pela busca via descritores nos nomes de urna. Esse procedimento nos retornou um total de 42 novos registros, chegando, assim, a um total de 215 candidaturas coletivas.

Dispondo de um agrupamento de variáveis perpassando dados sociodemográficos das(os) e dados de natureza partidária, delimitamos um retrato das candidaturas coletivas para cargos do Legislativo, presentes nas eleições de 2022.

3.2 Vestígios da interação entre movimentos sociais e partidos políticos: capturas a partir de postagens no Instagram

O segundo pilar metodológico compreende a análise de imagens presentes em postagens das candidaturas coletivas anteriormente mapeadas no Instagram. Esta rede social foi escolhida por duas razões principais: i) a predominância do seu uso, mensurada pela indicação de perfis do Instagram dentre os registros da candidatura junto ao TSE – cerca de 79% candidaturas o fizeram; e ii) sua recorrência na literatura nacional que observa as eleições (Alison, 2022), em especial atenta as campanhas eleitorais pelos perfis das(os) postulantes nessa rede. Entendemos que os espaços virtuais, tais como as redes sociais, constituem canais para a construção e identidades comuns, revelando, inclusive, sobre a proximidade ideológica ou interesses compartilhados entre grupos, o que nos é de particular interesse.

À vista disso, utilizamos a análise de conteúdo quantitativa²⁰ (Sampaio; Lycarião, 2021) com o intuito de coletar as referências, rastros e indícios acerca da interação entre movimentos sociais e partidos políticos por meio das candidaturas coletivas. Dado o empenho em prol da validade interna desta pesquisa, a sistematização e organização características dos procedimentos que compreendem a referida técnica metodológica agrega em termos de transparência e confiabilidade no tratamento dos dados, o que, por vezes, figura enquanto uma carência dos estudos sobre movimentos sociais (della Porta, 2014b).

Nesse sentido, para a operacionalização da análise de conteúdo imagética adotamos o seguinte percurso. Em princípio, selecionamos o conjunto de imagens postadas no Instagram entre 16 de agosto e 01 de outubro de 2022, período oficial da campanha, conforme Calendário

²⁰ Acompanhamos a definição de Sampaio e Lycarião (2021, p. 17), sendo “a análise de conteúdo uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos”.

Eleitoral resumido disponibilizado pelo TSE (Brasil, 2022b). A coleta das imagens foi feita utilizando o software 4K Stogram²¹ e ocorreu nos dias 18 e 19 de maio de 2023.

A partir da base de dados construída na etapa anterior, identificamos um total de 169 candidaturas coletivas que identificaram o Instagram no registro de candidatura, sendo desse número, deduzidos: (3) registros de duplicatas, quando uma mesma candidatura registrou dois perfis ou mais na rede social; (16) perfis excluídos; (4) perfis privados; e (1) perfil sem publicações. Logo, restaram 145 candidaturas coletivas, as quais publicaram 19.378 imagens no período, montante considerado para a definição da amostra. Para tanto, recorreremos à calculadora disponibilizada pela plataforma Survey Monkey²², sendo a amostra estabelecida com nível de confiança de 95% e margem de erro de 3%, tal como orientam estudiosos da análise de conteúdo (Sampaio; Lycarião, 2021) o que resultou em um total de 1.012 imagens. Para a quantificação das imagens a serem analisadas por candidatura, utilizamos a técnica de amostragem proporcional estratificada para analisar o maior número possível de imagens preservando a proporcionalidade de ocorrências, o que nos rendeu um corpus de 1.009 imagens²³. Cabe informar ainda que essa amostragem foi intencional e não probabilística, o que é comumente executado por estudos exploratórios (Bethlehem, 2010 *apud* Secchi; Leal, 2020), como é o caso deste trabalho, em que optamos, pela seleção guiada pelo propósito ou “relevância dentro do escopo de interesse [de pesquisa] previamente definido” (Sampaio; Lycarião, 2021, p.76).²⁴

Na sequência definimos as categorias e os códigos. Estes são unidades elementares da análise de conteúdo, sendo utilizados para classificar, qualificar, registrar partes do conteúdo de acordo com os interesses da pesquisa. Geralmente consistem em uma palavra ou expressão curta, que sumariza um dado específico, no nosso caso, visual. Já as categorias são compostas por um conjunto de códigos e correspondem a unidades analíticas mais amplas, proporcionando meios para a descrição do fenômeno investigado. Além das particularidades da unidade de análise pretendida (imagens), para a delimitação tanto das categorias quanto dos códigos buscamos conjugar o objetivo desta pesquisa com o executado em estudos anteriores que observaram vínculos associativos na esfera parlamentar (Almeida; Lüchmann; Ribeiro, 2012),

²¹ Trata-se de um software que possibilita o download de todas as postagens, *stories* diários e destaques de perfis do Instagram. Para mais informações, consulte <https://www.4kdownload.com/pt-br/products/product-stogram>

²² <https://www.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>

²³ As imagens utilizadas foram organizadas em pastas específicas por candidaturas e podem ser acessadas [aqui](#).

²⁴ Não desconsideramos as limitações oriundas dessa opção metodológica, como afetas à impossibilidade de produzir generalizações mais amplas para o universo representado, o que não é uma pretensão deste trabalho.

governamental (Lüchmann; Almeida; Gimenes, 2016) e em específico, em candidaturas coletivas (Costa, 2022; Almeida, 2024b).

Diante disso, avançamos com a elaboração do livro de códigos, entendido como um manual orientador para a codificação e estruturamos as planilhas de codificação.²⁵ Foram definidas 5 categorias contemplando um total de 47 códigos, dos quais 41 são binários (sim/não) e 6 assumem outros valores específicos. Cabe destacar que para a definição de tais códigos, realizamos um teste das categorias e dos códigos, a fim de potencializar a aderência desses elementos à pesquisa. Essa etapa foi fundamental para a sensibilização quanto ao corpus de imagens, apreendendo os padrões e configurações imagéticas dominantes. Isso porque com a codificação a pretensão foi captar um conjunto prévio de referências identificadas nas imagens, relacionadas: às bandeiras e temas defendidos pela candidatura; aos vínculos associativos das pessoas cocandidatas; e à atores e atributos políticos e partidários.

Assim, a despeito da discriminação detalhada desses e outros itens no livro de códigos, ilustramos, sinteticamente, as categorias e códigos no Quadro 4 adiante.

²⁵ O livro de códigos também foi acoplado à pasta de trabalho do Excel contendo as planilhas de codificação, a fim de facilitar a dinâmica operacional do trabalho. Esse material pode ser acessado [aqui](#).

Quadro 4 – Síntese do livro de códigos

Categoria	Código		
	Identificador	Descritivo	Valor assumido
Dados gerais	ID_CAND	Nome de usuário utilizado no Instagram.	Texto
	ID_IMG	Identificação da imagem	Texto
	LINK	Link da postagem	Texto
	COM_FIS	Presença física de pessoas pertencentes ao grupo envolvido na candidatura coletiva	Sim/Não/Não está claro
	COM_IMG	Referência ao grupo por meio de logotipo ou texto congêneres	Sim/Não
Política institucional	REF_PAR	Referência ao partido da candidatura coletiva, por meio do nome, logotipo ou número da legenda	Sim/Não
	REF_OUT	Referência a outro partido que não o da candidatura coletiva, por meio do nome, logotipo ou símbolo da legenda.	Sim/Não
	CAR_EXE	Referência a candidata(o) ao cargo de governador e/ou presidente	Presidente/Governador/Presidente e Governador
	CAR_LEG	Referência a candidata(o) a outro cargo legislativo ou liderança política ou liderança partidária	Deputado/ Senador/ Deputado e Senador
	LID_PP	Presença de liderança política ou liderança partidária	Sim/Não/Não está claro
Grupos minorizados	MULHERES	Mulheres, feminismo, representatividade feminina	Sim/Não
	GENERO	Igualdade de gênero, equidade de gênero	Sim/Não
	NEGROS	Pessoas negras, símbolos e cultura negras, representatividade negra	Sim/Não
	LGBTI+	Pessoas LGBTI+, representatividade, diversidade	Sim/Não
	INDIGENAS	Povos indígenas, símbolos e cultura indígenas, representatividade indígena	Sim/Não
	IGUALDADE RACIAL	Antirracismo, igualdade racial	Sim/Não
	JUVENTUDE	Juventude, jovens, protagonismo juvenil	Sim/Não
	PERIFERIA	Representatividade da periferia/periférica, periferia urbana, protagonismo periférico	Sim/Não
	PCD	Pessoa com deficiência, inclusão, inclusividade, acessibilidade, anticapacitismo	Sim/Não
	DIR_HUM	Direitos humanos	Sim/Não
OUTROS		Texto	
Políticas públicas	ASS_SOC	Seguridade social, proteção social, assistência social; SUAS, CREAS	Sim/Não
	SAUDE	SUS, saúde pública	Sim/Não
	SEGURANCA	Segurança pública, polícias, criminalidade, violência	Sim/Não
	ESP/LAZ	Esporte, atividade esportiva, lazer, desporto	Sim/Não
	CULTURA	Cultura, política cultural	Sim/Não
	TURISMO	Turismo, atração turística	Sim/Não
	FUNCIONALISMO	Servidores públicos, funcionalismo, empregados públicos, agentes públicos, terceirizados	Sim/Não
	EDUCACAO	Educação, educação pública, ensino público, educação inclusiva	Sim/Não
	ECO/EMP/REN	Economia, emprego, renda, tributos, impostos	Sim/Não
	INFRAESTRUTURA	Mobilidade, transporte público, saneamento, moradia, planejamento urbano	Sim/Não

Categoria	Código		
	Identificador	Descritivo	Valor assumido
	AGR/DES_SUS	Agricultura, desenvolvimento sustentável, agroecologia	Sim/Não
	MEIO_AMB	Meio ambiente, ecossocialismo, preservação ambiental, proteção ambiental, animais	Sim/Não
	CIDADE	Direito à cidade, moradia, planejamento urbano.	Sim/Não
	OUTROS		Texto
Vínculo associativo	MOVIMENTO SOCIAL	Conforme identificação na imagem	Sim/Não
	COLETIVO	Conforme identificação na imagem	Sim/Não
	MUNDO DO TRABALHO	sindicatos e entidades direcionadas à representação de categorias profissionais.	Sim/Não
	PARTIDARIO	Cargos partidários, filiação partidária	Sim/Não
	TERCEIRO SETOR	ONGs, OSCs, associações científicas, entidades	Sim/Não
	RELIGIOSO	Pastorais, lideranças religiosas.	Sim/Não
	ACADEMICO	Diretórios acadêmicos, grêmios escolares, diretórios estudantis, diretórios centrais de estudantes, grupos de pesquisa.	Sim/Não
	INSTITUICAO PARTICIPATIVA	Conselhos, conferências, fóruns. Considerar também conselho tutelar.	Sim/Não
	SOCIOASSISTENCIAL	Projetos sociais voltados à justiça/inclusão social de grupos/comunidades	Sim/Não
	TERRITORIAL/COMUNITARIO	Associativismo de base comunitária, com vínculos territoriais ou geográficos, como periferias urbanas e zonas rurais, lideranças comunitárias	Sim/Não
	ATIVISMO	Conforme identificação na imagem	Sim/Não
	MILITANCIA	Conforme identificação na imagem	Sim/Não
	POLITICA/GOVERNO	Disputa ou posse de cargo eletivo anterior, cargos de primeiro escalão em governos	Sim/Não
OUTROS		Texto	

Fonte: Elaboração própria

Como já mencionado, o contato da pesquisadora com os dados previamente foi fundamental, sobretudo para aprimorar as frentes de codificação. A observação superficial do banco de imagens permitiu a identificação de padrões de interesse para a pesquisa²⁶, como foi o caso das imagens destinadas à apresentação individual das pessoas cocandidatas. Essa estratégia de comunicação e aproximação com o eleitorado, foi utilizada por mais da metade (81) das candidaturas coletivas levantadas que fizeram uso do Instagram e nos rendeu um total de 505 imagens para a identificação dos vínculos associativos.

²⁶ Outro padrão observado foi em prol da explicação de conceitos como candidatura coletiva e mandato coletivo, bem como suas finalidades, funcionalidades e potenciais. Isso foi observado em 38 perfis no Instagram, perfazendo um total de 146 imagens. Nada obstante não utilizarmos esse corpus para a análise de conteúdo, a observação rendeu insights que contribuíram, inclusive, para o desenvolvimento da ancoragem teórica e conceitual acerca das candidaturas coletivas neste trabalho. Esse corpus documental pode ser acessado [aqui](#).

3.3 Estudo de casos

Para o último pilar metodológico utilizamos o método de estudo de caso a fim de avançar detidamente sobre algumas experiências de candidaturas coletivas presentes nas eleições legislativas de 2022. Para Yin (2014) o estudo de caso é uma investigação empírica que possui como objeto um fenômeno contemporâneo, especialmente quando as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes, características e conjunturas de pesquisa compartilhadas neste trabalho. Uma das principais vantagens do método consiste no exame mais denso, holístico e com foco compreensivo nos processos e mecanismos do caso, buscando favorecer a interpretação de significados, a compreensão de contextos, como a partir da descrição em profundidade dos casos analisados. Por lidarmos com um objeto pouco explorado teoricamente, com evidências recentes e discutidas de forma dispersa pela literatura, essa estratégia se mostra particularmente profícua. Cabe mencionar que não realizamos estudos históricos²⁷, enquanto análises em que a evolução temporal é o centro de interesse do(s) caso(s), o que não implica em desconsiderar ou não recorrer a fatos passados para compreensão do presente (Yin, 2014).

Assim, prosseguimos a partir de quatro experiências de candidaturas coletivas para cargos do legislativo estadual pelo PSOL, legenda que lançou o maior número de candidaturas coletivas desde o pleito de 2018 (Raps, 2019; Secchi; Leal, 2020). Em acréscimo, a literatura informa sobre a aproximação histórica do partido com movimentos sociais (Oliveira, 2017; Gentil, 2018) e observa detidamente experiências coletivas deflagradas pelo PSOL, seja em candidaturas (Andujas, 2022a, Andujas, 2022b; Andujas, 2022b; Andujas, 2023) ou mandatos (Segurado; Chaia, Chicarino, 2019; Campos, 2021; Silva, 2022; Campos; Matos, 2023; Santos, 2023). A amostragem dos casos foi proposital, já que buscamos propiciar novas perspectivas e fornecer descrições, não reivindicando, pois, relações causais ou generalização estatística dos achados (Drisko; Maschi, 2016). Não há interesse em evidenciar grandes tendências ou produzir inferências frequencistas ou explicativas, o que também respalda a seleção intencional dos casos (Yin, 2014).

Nos orientamos por um “perfil” comum, em razão do interesse em investigar experiências similares. Ao mesmo tempo em que compartilham características principais comuns, como o pertencimento ao mesmo partido político, o vínculo a movimentos sociais das pessoas cocandidatas e a defesa de bandeiras semelhantes, a seleção também preserva singularidades. Essas experiências possuem trajetórias e desempenhos eleitorais distintos,

²⁷ Buscamos lançar luzes sobre os recortes específicos aos quais esta pesquisa está comprometida, ante a análise com escopo longitudinal dos casos.

inserir-se em diferentes estados do país e detêm formatos organizacionais diferenciados. Assim, de modo geral, a escolha se deu com o intuito de desenvolver comparações entre um pequeno número de casos. sobretudo, dada a natureza exploratória deste trabalho. Nos amparamos em Flick (2004a), ao argumentar que as decisões relativas à amostragem dos casos estão intimamente relacionadas a possibilidade de maiores *insights* teóricos, sobretudo ao mirarmos as escolhas desenvolvidas em trabalhos anteriores que também contribuem para construir aportes consideráveis à construção teórica.

Enquanto estratégias de coleta de dados que embasam o estudo de casos, nos valem de entrevistas semiestruturadas em profundidade. Entendemos que essa técnica de coleta de dados é essencial, concordando com della Porta (2014) ao argumentar que elas detêm fundamental importância para o estudo das motivações, crenças, atitudes, identidades e emoções de ativistas dos movimentos sociais, ao reposicionar a agência humana para o centro das análises do movimento. Nessa perspectiva, a autora explica ainda que as entrevistas com informantes-chave são frequentemente utilizadas para obter informações sobre aspectos específicos de um movimento, desde estratégias de mobilização até dinâmicas internas – o que se revela particularmente útil para este trabalho. Assim, reconhecemos as entrevistas enquanto processos de produção de sentidos e formas de acessar os pontos de vistas e experiências de vida das(os) participantes com vistas a captar suas vivências e buscar interpretar suas realidades (Flick, 2004b).

As entrevistas foram realizadas, na modalidade virtual por meio das plataformas Zoom e Google Meet.²⁸ Embora existam restrições inerentes a essa modalidade, como o distanciamento e as limitações na interação com as pessoas entrevistadas, entendemos que isso não configura como um dificultador. Ao contrário, compreendemos enquanto um fato viabilizador, dadas as restrições impostas à realidade da pesquisadora – em especial, financeiras e de tempo – e a dispersão geográfica dos casos selecionados. Além disso, a modalidade virtual permitiu maior flexibilidade nos agendamentos, contribuindo para melhores ajustes conforme a disponibilidade e conveniência das pessoas entrevistadas (Hanna; Mwale, 2017).

Entrevistamos individualmente nove pessoas cocandidatas²⁹ que disputaram a eleição em 2022 para o cargo de deputada(o) estadual pelo PSOL, figurando eleitas, suplentes ou que

²⁸ As gravações em áudio e vídeo, bem como as transcrições das entrevistas estarão armazenados em nuvem pessoal da pesquisadora pelo prazo de 5 (cinco) anos, em atenção ao disposto no TCLE, vide Apêndice B. As informações de natureza operacional (data, duração, ferramenta utilizada) afetas às entrevistas podem ser consultadas no Apêndice C.

²⁹ O número de pessoas entrevistadas foi estabelecido frente à robustez e saturação qualitativa dos dados, tal como orienta a literatura (Flick, 2004a; Yin, 2014; Drisko; Maschi, 2016).

não se elegeram. Com o intuito de preservar a identidade, sobretudo, por algumas questões abordarem de forma direta críticas e opiniões sensíveis sobre figuras públicas vinculadas a política partidária, a movimentos sociais, a partidos políticos e outros atores relevantes, as(os) entrevistadas(os) foram codificadas (Entrevistada A, Entrevistada B, Entrevistada C etc.³⁰). Em atenção a tais aspectos, buscando minimizar riscos e conflitos e conferir maior transparência quanto aos propósitos e utilização dos dados oriundos das entrevistas, foi utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tal como consta no Apêndice B.

Cabe destacar ainda que empregamos como técnica subsidiária a análise documental, principalmente para o momento prévio às entrevistas, buscando informações sobre as pessoas que seriam entrevistadas. Esse corpus contemplou majoritariamente materiais de campanha e de memória institucional das candidaturas coletivas, como sites, perfis de redes e mídias sociais, além de outros documentos, como registros de cobertura jornalística, estatutos e programas políticos partidários, legislações e propostas, dentre outros.

Em paralelo, instruímos uma planilha no Microsoft Excel para sintetizar os principais dados e informações, tanto operacionais quanto contextuais, relacionados a cada entrevista, como ilustra o Quadro 5. Para além da organização, com essa ferramenta buscamos facilitar a consecução das entrevistas, ao dispor de informações detalhadas sobre as pessoas entrevistadas, como também o momento após a realização dessas entrevistas com ênfase nas percepções e sentimentos da pesquisadora. Isso se deu por meio do registro de notas breves e/ou pontos de destaque observados nas falas, como também expressões não-verbais, como interrupções, ausências, emoções etc., elementos instrutivos para a posterior análise dos dados, como argumenta Flick (2004b).

³⁰ O termo "entrevistada" é empregado de maneira neutra em relação ao gênero, sendo flexionado como substantivo para representar pessoas. Logo, as referências a "Entrevistada A" ou similares não implicam em qualquer inferência sobre o gênero da pessoa respondente.

Quadro 5 - Síntese das entrevistas

ID		Nome de urna ou identificação geral
TCLE	Data envio	16/08/2023
	Meio	Whatsapp
	Data recebimento	21/08/2023
Entrevista	Data	22/08/2023
	Plataforma	Zoom
	Horário início previsto	14h
	Horário início real	14h10
	Horário fim previsto	15h
	Horário fim real	15h
	Pessoa entrevistada	Nome completo
	Código	Entrevista A
	Minibio e informações importantes	Feminista negra, cientista social. Atuou como diretora na UNE. Ativista da causa LGBTI+ e da Marcha das Mulheres Negras. Integra a Coordenação Estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.
Pós entrevista	Duração	50:16:00
	Percepção/marcos	Dificuldade em estabelecer o <i>rapport</i> no primeiro bloco. Entrevistada se mostrou atenta, com pequenas discontinuidades acessando o celular. Notável defesa do partido em sua fala, em alguns momentos redundando numa postura defensiva. Trajetória e vínculos marcantes com movimentos sociais, sendo marcante o MTST. Principal bandeira é o antirracismo e segunda, moradia. Se emocionou ao falar de Marielle Franco. Marcos históricos: junho de 2013 e <i>impeachment</i> em 2016

Fonte: Elaboração própria

Nota: Dados fictícios elaborados com base nos dados das entrevistas.

A princípio foi feita a transcrição automática das nove entrevistas utilizando o Transcribe, recurso existente no software Microsoft Word vinculado ao Office 365. Na sequência, compreendendo as limitações decorrentes desse processo automatizado e entendendo que a familiarização com o conjunto de dados é essencial para a codificação, esse conteúdo foi revisitado para verificação de inconsistências na grafia, buscando também preservar os detalhes e nuances da comunicação.

Feito isso, passamos à análise qualitativa de conteúdo³¹ das entrevistas (Drisko; Maschi, 2016), com vistas a organizar e categorizar os dados coletados, para a condução às descobertas empiricamente fundamentadas. A categorização, como forma de resumo de pontos-chave dos

³¹ Entendemos essa técnica como uma forma sistemática para pesquisar e descrever significados em textos, tal qual apresentam Drisko e Maschi (2016, pp. 87-88). Seu foco reside na identificação de categorias ou temas que resumem o conteúdo encontrado, esses podendo ser baseados na teoria com uma abordagem dedutiva, fundamentada nos dados com uma abordagem indutiva ou como uma mistura dessas abordagens. Nessa lógica, a análise qualitativa de conteúdo busca expandir ou ampliar os dados originais, já que examina tanto o conteúdo manifesto como também o latente, assim como os significados no contexto.

dados, foi orientada pelos temas e questões elencadas no guia das entrevistas (Apêndice A) que por sua vez foi estruturado à luz da literatura dedicada à observação das formas de interação entre movimentos sociais e partidos políticos (Goldstone, 2003; Kitschelt, 2006; Meza; Tatagiba, 2016; Oliveira, 2016; Piccio, 2016; della Porta *et al.*, 2017; Hutter; Kriesi; Lorenzini, 2019; Tarrow, 2021a; Tarrow, 2021b; Pereira, C., 2022; Pereira, M., 2022; Rodrigues; Pereira, 2022; Almeida; Andujas, 2023), calibradas ao nosso objeto de pesquisa.

Ainda, atentos à natureza iterativa e reflexiva da análise qualitativa dos dados das entrevistas, consideramos também importante para a categorização recorrer à abordagem indutiva para categorização dos dados, permitindo que outros temas e padrões surgissem organicamente. Como argumentam Drisko e Maschi (2016, p. 103, tradução nossa) isso é fundamental para “garantir que as opiniões e vozes dos participantes da pesquisa tenham prioridade sobre as ideias e teorias dos pesquisadores”³².

O processo de análise qualitativa do conteúdo das entrevistas foi realizado manualmente, sendo identificadas as categorias e subcategorias (Quadro 6) por destaques de cores e comentários no documento de texto no Microsoft Word, como ilustra a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Quadro 6 - Categorias e subcategorias para análise qualitativa

Partido político	Movimentos sociais	Candidaturas coletivas
Acesso Recrutamento Filiação Visão do partido Barreira Aliado Meio Organização interna Ocupação de cargos Tendências Agenda/alinhamento programático	Organizações (trajetória dentro do partido e capacidade de disputa) Militância Ativismo Repertórios Alianças	Eleições Vínculos associativos Recepção partido Projeto político Interação PSOL e movimentos

Fonte: Elaboração própria

³² “Qualitative content analysts use inductive coding to create data-grounded categories and to ensure that the views and voices of research participants are given priority over the ideas and theories of the researchers.”

Figura 1 - Exemplo de categorização do conteúdo das entrevistas

Legal. É, Cláudia, eu tenho 31 anos, recém completos. **Passsei toda a minha juventude organizada. Eu comecei a militar muito novinha, ainda no ensino médio.** Sou nascida e criada em Pirituba, um bairro misto aqui em São Paulo, né? E ele tem classe média, mas tem uma parte muito grande da periferia. Sou do Fundão de Pirituba na Vila Zatt, né? Um bairro periférico, um pouco acesso a direitos e tudo mais. E ainda no ensino médio, eu comecei a participar das coisas no **Grêmio da escola.** Na universidade, **eu passo a ser parte daquela geração de junho de 2013,** né? Então, entrei na faculdade em 2012, **Prounista. Fui do centro acadêmico.** Eu **participei de uma super greve** em 2012, na minha faculdade, que foi uma greve dos 3 setores na PUC. E, no ano seguinte, **a minha geração vivenciou junho de 2013,** né? Então **a gente funda o RUA Juventude, Anticapitalista, inclusive, depois entendendo que aquela era uma geração em disputa, né. Então, que você precisava construir ferramentas de unidade de ação nacional.** Então aquilo foi muito importante, para mim. **Depois de junho de 2013, eu me filiei ao PSOL também,** né? Então, **eu vou fazer 10 anos de filiada ao partido. Fiz inúmeras campanhas nesse período e militei ativamente nos movimentos sociais, né?** Eu fiz parte da **União Nacional dos Estudantes** durante a universidade. Eu me tornei a única diretora da UNE negra eleita na história da PUC, né? Até quando eu entrei. Então, **eu fui diretora da União [UNE]** entre os anos de 2015 e 2017, de assistência estudantil. **Isso fez com que eu acabasse tendo uma projeção maior enquanto liderança dos movimentos sociais que eu fazia parte por conta da história que eu fui atingida enquanto geração, né?** Então, **além de ter feito parte das jornadas junho de 2013 e ter me organizado, ao invés de eu me desorganizar. Aquilo me provocou a estar mais organizada e disputar projeto de sociedade no país.** Então, tomei partido, fundei organização nacional, né, de jovens. Quando eu entro na UNE, em 2015, eu entro sobre o governo Dilma. Então, eu era oposição de esquerda, como todo o restante do PSOL. Mas é a minha gestão que é atravessada

Cláudia Torres
Acesso filiação
Responder

Cláudia Torres
Militância partidária
Responder

Cláudia Torres
Organização
Responder

Cláudia Torres
Projeção nos movimentos
Responder

Cláudia Torres

Página 2 de 14 8090 palavras Português (Brasil) Previsões de texto: ativado Acessibilidade: investigar Foco 116%

Fonte: Elaboração própria

Por fim, para a apresentação dos dados empregamos a análise narrativa, identificando categorias ou temas centrais e percorrendo a partir de uma descrição sintética sobre o conteúdo interpretado, também acompanhado de citações que retratam os pontos de vista das pessoas entrevistadas.

Diante da exposição do percurso metodológico que empregamos, passamos à sua operacionalização propriamente dita com a apresentação dos resultados empíricos.

4 AS CANDIDATURAS COLETIVAS NAS ELEIÇÕES DE 2022

Neste capítulo condensamos os produtos empíricos derivados do percurso e pilares metodológicos expostos anteriormente, buscando imprimir o diálogo com questões teóricas já desenvolvidas, bem como com outros trabalhos que julgamos aderentes a fim de evidenciar a interação com uma literatura mais ampla.

Dessa forma, num primeiro momento apresentamos o mapeamento e a análise das candidaturas coletivas no pleito de 2022. Para tanto, seguimos duas etapas, sendo que na primeira delineamos um panorama geral alicerçado em um conjunto de dados primários disponibilizados pelo TSE, percorrendo variáveis sociodemográficas, partidárias e eleitorais. Na sequência, exploramos os achados da análise de conteúdo quantitativa a partir do manuseio das imagens postadas pelos perfis das candidaturas coletivas no Instagram, avançando na observação dos vínculos associativos presentes entre as pessoas cocandidatas e dos temas e bandeiras defendidos, vislumbrando avistar as interações entre movimentos sociais e partidos políticos.

Num segundo momento, adentramos no estudo, em profundidade, de quatro candidaturas coletivas lançadas pelo PSOL em 2022, examinando a partir dos relatos de nove pessoas cocandidatas, seus perfis e trajetórias políticas para na sequência, avançar com as motivações, dinâmicas e estratégias dos movimentos sociais e dos partidos para viabilização das candidaturas coletivas e seus desdobramentos para os movimentos e partidos. Dado o volume do corpus oriundo dessas entrevistas – totalizando cerca de 10 horas e 154 páginas de transcrição – depreendemos um esforço de síntese, dispondo de figuras e quadros para a apresentação dos achados.

4.1 A tessitura das experiências

Nas eleições de 2022 mapeamos um total de 215 candidaturas coletivas para cargos legislativos, o que representa um acréscimo de cerca de 207% em relação ao total observado em 2016 (70), 668% se comparado ao montante observado em 2018 (28) (Raps, 2019) e um decréscimo de 31% quando confrontado ao total presente em 2020, a saber 313 (Secchi; Leal, 2020)³³.

³³ Não desconsideramos as diferenças metodológicas deste estudo em relação a outros anteriores (Raps, 2019; Secchi; Leal, 2020; Almeida, Andujas, 2023), sobretudo, no que se trata do entendimento conceitual acerca das candidaturas coletivas e, tão logo, seu mapeamento. Contudo, acreditamos que isso não inviabiliza avançar em comparações, recurso que já foi explorado em outros trabalhos (Secchi; Leal, 2020; Campos, 2021; Almeida; Lüchmann, 2022; Almeida, 2024b).

A observação da distribuição regional a partir do Mapa 1 revela que o protagonismo do Sudeste identificado nos pleitos de 2016, 2018 e 2020, em 2022 deu lugar ao Nordeste do país, região que concentrou 66 candidaturas coletivas (30,70%). Na sequência, o Sudeste com 60 (27,91%) casos, seguido da região Sul com 39 (18,14%), o Norte com 26 (12,09%) e com 26 (11,16%) a região Centro-Oeste. Interessante observar que as duas regiões que apresentaram maior número de candidaturas coletivas (Nordeste e Sudeste) reúnem 126 casos, ou seja, mais da metade do total mapeado o que se mostra uma tendência desde as eleições municipais de 2020.

A despeito do curto decurso temporal que marca a disseminação dessas experiências, não se pode desconsiderar que a consolidação dessas modalidades coletivas de candidatura e de mandatos tende a inspirar outras. O Sudeste, por exemplo se projeta como protagonista no lançamento de candidaturas coletivas pelo menos desde 2016 (Raps, 2019), reunindo célebres iniciativas como a Gabinetona (PSOL-MG) e a Mandata Ativista (PSOL-SP), bem como experiências municipais que vêm se projetando tanto em capitais, como o Quilombo Periférico (PSOL-SP) e a Bancada Feminista (PSOL-SP) na capital paulistana, quanto no interior, como o Nossa Voz (PT-MG) em Itajubá, o Mulheres por + Direitos em São Caetano do Sul (PSOL-SP) e o A Cidade é Sua (PV-SP) em Piracicaba. O Nordeste também se destaca com a experiência estadual da Juntas (PSOL-PE) e outras municipais, como a Pretas por Salvador (PSOL-BA), a mandata Nossa Cara (PSOL-CE) em Fortaleza e o Coletivo Nós (PT-MA) em São Luiz.

Mapa 1- Distribuição de candidaturas coletivas por região



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2023d).

O destaque do Nordeste pode ser observado também, a partir da distribuição das candidaturas coletivas, comparada ao número total de candidaturas legislativas e a distribuição do eleitorado nessa região, conforme apresenta a Tabela 1. Detendo o segundo maior eleitorado

do país (27,09%), no Nordeste o percentual de candidaturas coletivas perfaz 2,07% do total das candidaturas legislativas totais (25,93%), destoando da distribuição razoavelmente homogênea verificada nas demais regiões.

Tabela 1 – Distribuição das candidaturas coletivas nas regiões do Brasil em 2022 em comparação com o percentual do eleitorado, votação e candidaturas por região

Região	Percentual do eleitorado (%) ⁽¹⁾	Percentual da votação recebida por candidaturas coletivas (%) ⁽²⁾	Percentual de candidaturas legislativas (%)	Percentual de candidaturas coletivas (%)
Centro-Oeste	7,38	4,49	11,10	0,75
Nordeste	27,09	14,99	25,93	2,07
Norte	8,03	6,85	15,54	0,81
Sudeste	42,64	65,94	33,72	1,88
Sul	14,42	7,74	13,71	1,22

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2023d) e Brasil (2023e).

⁽¹⁾ O total de candidaturas a cargos legislativos foi 28.770.

⁽²⁾ As candidaturas coletivas mapeadas totalizaram 1.131.310 (um milhão cento e trinta e um mil trezentos e dez) votos válidos.

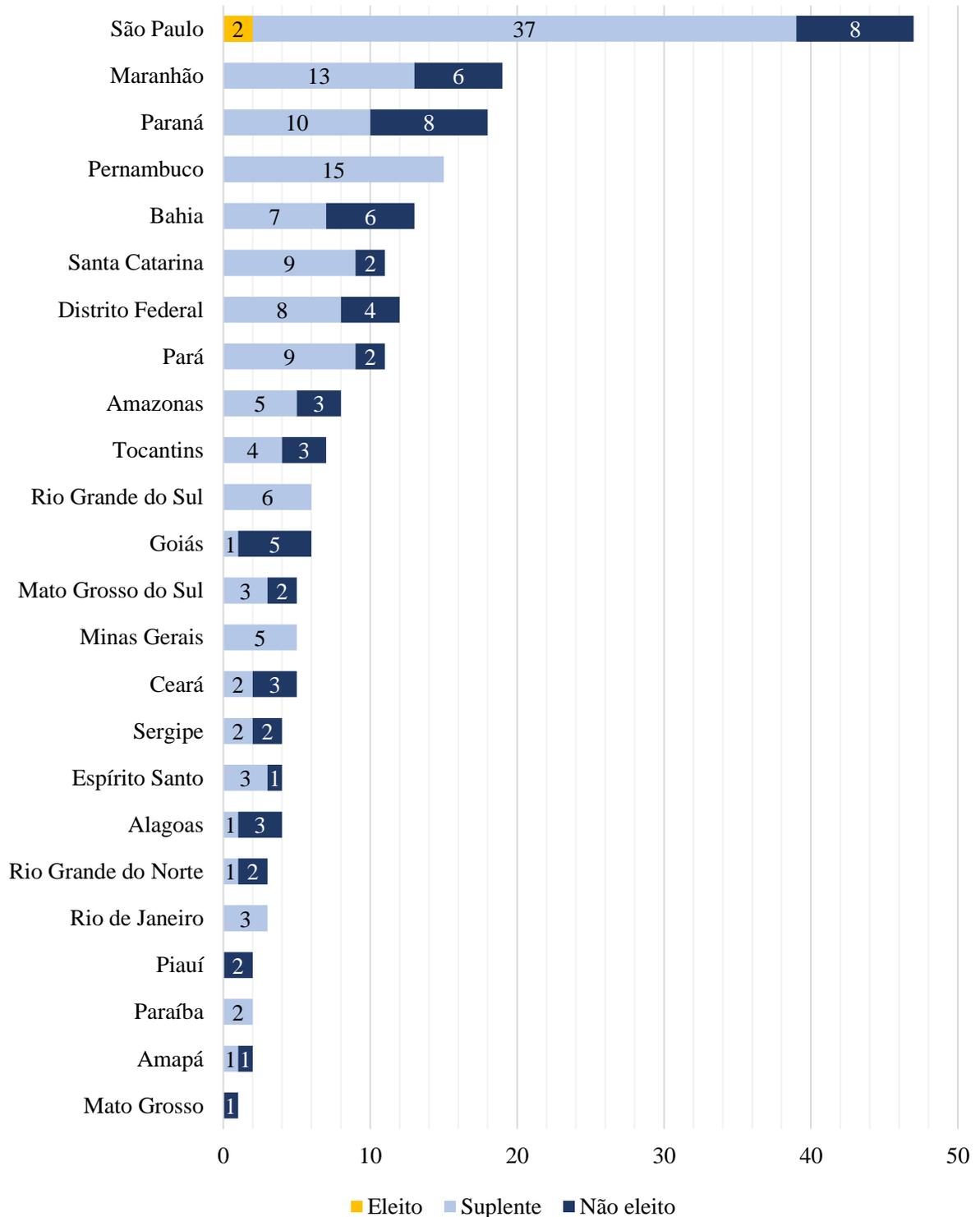
As candidaturas coletivas conquistaram 1.131.310 (um milhão cento e trinta e um mil trezentos e dez) válidos (Tabela 1), sendo que, em termos de votação, o Sudeste como figura como a região que acumulou o maior número absoluto de votos válidos para as candidaturas coletivas. Detendo o maior eleitorado do país, o Sudeste respondeu por 745.935 (65,94%) votos, com ampla distância da região subsequente, a Nordeste, com 169.560 (14,99%) votos. Em seguida, observamos a região Sul com 87.533 (7,74%), Norte com 77.526 (6,85%) e 50.756 (4,49%) votos na região Centro-Oeste. Interessante destacar que há uma distribuição homogênea entre a distribuição do eleitorado e a votação recebida por candidaturas coletivas.

Seguindo com a observação de marcadores geográficos, a dispersão pelas unidades federativas chama atenção. O Gráfico 1 aponta que foram identificadas candidaturas coletivas em 23 estados e o Distrito Federal, restando ausentes o Acre, Rondônia e Roraima. Essa constatação sugere uma tendência de nacionalização dessas modalidades de candidatura, fato também observado nas eleições municipais de 2020, quando as candidaturas coletivas estiveram em 25 estados. Em 2022, o maior número de candidaturas se concentrou em São Paulo, com 48 casos (22,33%), em seguida, 19 (8,84%) no Maranhão, 18 (8,37%) no Paraná (18), Pernambuco na sequência, com 15 (6,98%) e a Bahia com 13 (6,05%) ocorrências. Percebemos que a despeito da dominância da região Nordeste (Mapa 1 e a Tabela 1), o estado de São Paulo figura como destaque, correspondendo a 80% das candidaturas coletivas do Sudeste. O protagonismo paulista no registro dessas modalidades de candidatura é identificado

nos pleitos eleitorais desde 2016 (Raps, 2019), com destaque para as eleições municipais (Raps, 2019; Secchi; Leal, 2020), detendo, o estado, inclusive, experiências de mandatos coletivos que alcançaram projeção regional e nacional, como mencionado anteriormente. Essa inclinação somada a intensa e histórica relação entre movimentos sociais, sociedade civil e o Estado no território, também podem contribuir para tal proliferação no registro de candidaturas coletivas. Isso porque a literatura destaca, particularmente na cidade de São Paulo, a presença proeminente do associativismo, bem como a presença de organizações civis engajadas e a acentuada participação e mobilização em torno de instituições participativas (Avritzer, 2004; Lavalle; Houtzager; Castello, 2006; Abers; Keck, 2013).

Ao analisarmos o desempenho eleitoral, conforme evidenciado pelo Gráfico 1, em 22 unidades federativas, aproximadamente 69,3% (147) das candidaturas coletivas alcançaram a votação mínima necessária para integrar a lista de suplentes dos partidos ou federações. Em Pernambuco, estado que está dentre aqueles em que identificaram candidaturas coletivas desde as eleições desde 2016, todas as 15 candidaturas coletivas registradas ficaram nessa condição. Situação semelhante foi observada em outros estados com histórico dessa modalidade de candidatura e exercício de mandatos eleitos, a exemplo do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Apenas nos estados do Mato Grosso e do Piauí nenhuma candidatura coletiva conseguiu assegurar a posição de suplente.

Gráfico 1- Distribuição de candidaturas coletivas por unidade federativa e desempenho eleitoral



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2023d).

Em 2022, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), legenda que lançou as duas candidaturas coletivas estaduais eleitas, elegeu 22 (vinte e duas) pessoas para o legislativo estadual e distrital em todo o Brasil, sendo desse total 5 para o estado de São Paulo. Essas candidaturas estaduais receberam em média 172.815 (cento e setenta e dois mil oitocentos e

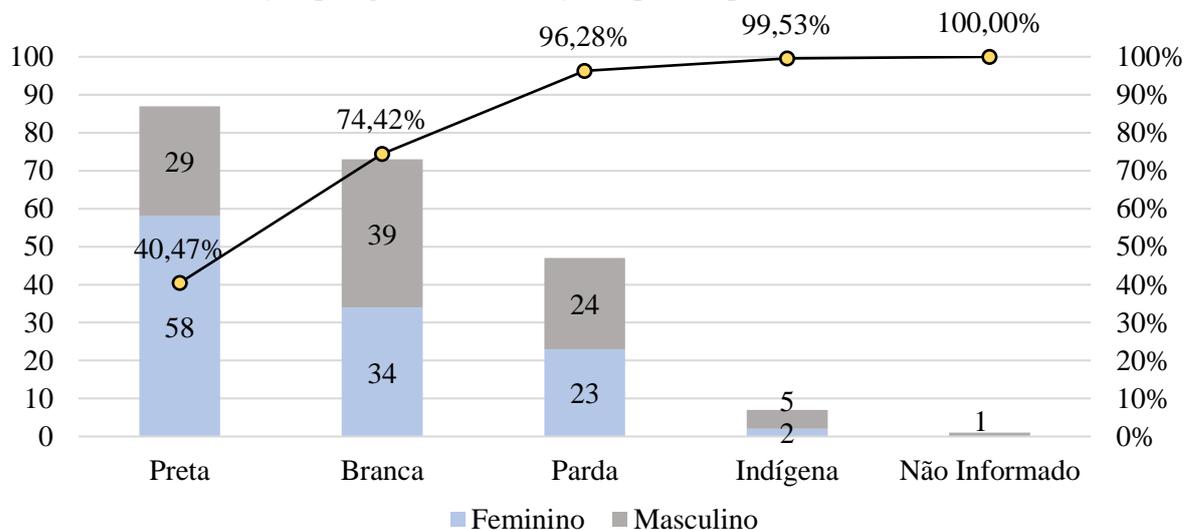
quinze) votos, montante, cerca de 33,47% inferior àquele recebido pela Bancada Feminista do PSOL (PSOL-SP), eleita com 259.771 votos, detendo a maior votação já recebida por uma candidatura coletiva no país e a posicionando como a terceira candidatura mais votada do estado. A candidatura do Movimento Pretas (PSOL-SP) também para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) foi eleita com 106.781 votos.

Buscaram a reeleição apenas duas candidaturas coletivas também do PSOL³⁴, sendo que apenas a candidatura encabeçada por Mônica Seixas (PSOL-SP), o Movimento Pretas (PSOL-SP), logrou êxito eleitoral. A parlamentar esteve porta-voz da Mandata Ativista, experiência de candidatura e mandata coletiva eleita em 2018 para a Alesp com 149.844 votos, sendo à época, a décima candidatura em termos de votação recebida (Segurado; Chaia, Chicarino, 2019). Já a experiência da mandata coletiva Juntas (PSOL-PE) também eleita pela primeira vez em 2018 com 39.175 votos (Campos, 2021) não conseguiu em 2022 obter a votação suficiente para a manutenção da cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe) – tendo recebido 15.410 votos válidos.

Quanto à distribuição por gênero, conforme o Gráfico 2, notamos que as mulheres lideraram 117 (54,42%) candidaturas coletivas, destoando do perfil geral das candidaturas legislativas, em que 66,02% (18.995) foram lideradas por homens. Essa predominância de mulheres contrasta, inclusive com a própria série histórica das candidaturas coletivas, já que nos pleitos de 2016, 2018 e 2020 foi de encabeçadas por homens. Sobre a cor/raça das pessoas postulantes, para as modalidades coletivas de candidatura houve o predomínio de pessoas autodeclaradas pretas (40,47% ou 87), fato também dissonante quando comparado com as candidaturas legislativas gerais, nas quais apenas 15% (4.601) foram de pessoas pretas. O Gráfico 2 indica também a prevalência de candidaturas não-brancas (autodeclaradas pretas e pardas), as quais perfazem 134 casos (62,33%), distribuição diferente daquela observada em 2020, em que as candidaturas brancas representaram mais da metade (52,58%) da totalidade de candidaturas observadas (Secchi; Leal, 2020). Outro fato interessante diz respeito às candidaturas indígenas. A modalidade coletiva mobilizou proporcionalmente mais pessoas candidatas autodeclaradas indígenas do que as candidaturas legislativas gerais. Estas, reuniram 179 postulações correspondendo a cerca de 0,62% do total, ao passo em que as candidaturas coletivas mobilizaram 7 pessoas postulantes, o que representa cerca de 3,26% das candidaturas coletivas.

³⁴ Outras candidaturas coletivas já detinham mandatos coletivos municipais e, por vezes, se identificaram como postulantes à reeleição. Contudo, neste mapeamento geral nos atemos as informações oficiais declaradas ao TSE no registro das candidaturas.

Gráfico 2 - Distribuição por gênero e cor/raça da pessoa porta-voz das candidaturas coletivas



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2023d).

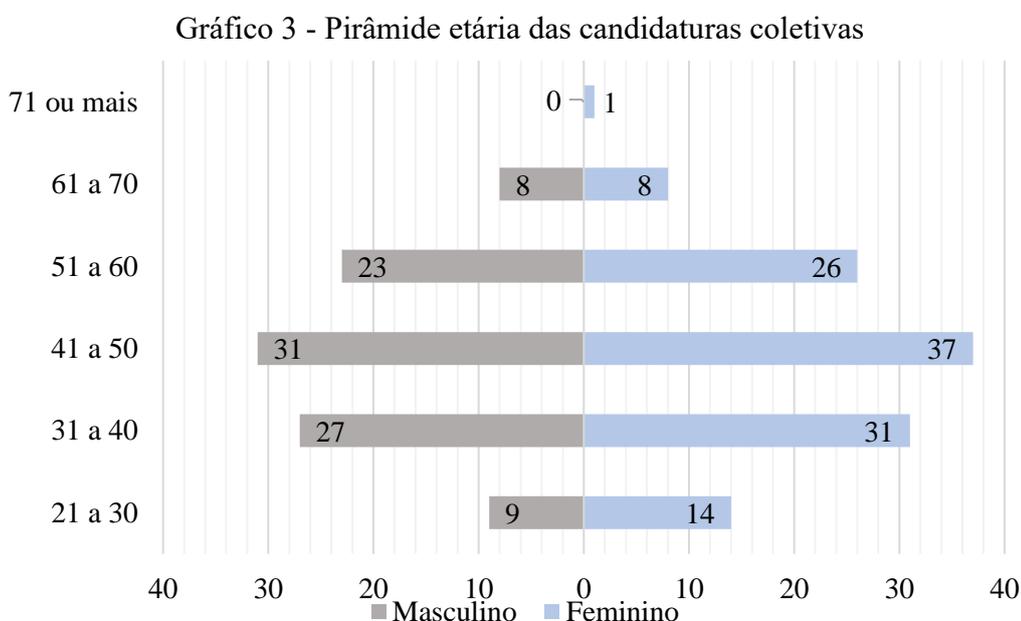
No que diz respeito à intersecção entre gênero e cor/raça, a predominância do gênero feminino se dá apenas quando analisamos as candidaturas lideradas por pessoas pretas, sendo, inclusive a maior diferença identificada dentre as cinco categorias de cor/raça informadas pelas pessoas postulantes. Noutras palavras, observamos a concentração de mulheres pretas dentre as porta-vozes dessa modalidade de candidatura. Muitas dessas, principalmente vinculadas ao PSOL (29), se apresentaram como "sementes de Marielle" estando associadas à Agenda Marielle Franco 2022³⁵, perfil já identificado em pleitos anteriores para essas modalidades (Rodrigues; Abreu, 2019; Campos; Matos, 2023; Almeida, 2024b). Na sequência, temos as candidaturas encabeçadas por pessoas brancas e pardas respectivamente, com discreta prevalência do gênero masculino dentre os postulantes.

Isso sinaliza que as candidaturas coletivas podem estar servindo como estratégias de disputa por mulheres negras e pessoas indígenas para o acesso à política institucional. Tal como argumentam Phillips (2001) e Mansbridge (1999), acreditamos a busca pela representação de grupos situadas já nessas experiências de candidaturas, estimula o rompimento de estereótipos identitários que insistem em tentar repelir ou quando menos, dificultar o acesso desses

³⁵ "Conjunto de práticas e compromissos para todas as candidaturas que queiram levar o legado de Marielle adiante e se comprometer com uma agenda por um Brasil mais justo." Disponível em: <https://www.agendamarielle.com/>. Com exceção da candidatura de Débora Pretas Juntas (REDE-PE), todas as outras candidaturas foram vinculadas ao PSOL, a saber: Coletiva Feminista do PSOL (PSOL-RJ), Rose Cipriano Coletiva Periférica (PSOL -RJ), Julio do Quilombo Periférico (PSOL-SP), Adriana do Povo da Cultura (PSOL-SP), Por Mais de Nos, Agora é Nossa Vez Talita Victor (PSOL-DF), Pretas pela Bahia (PSOL-BA), Elaine Pretas Juntas (PSOL-PE), Juntas (PSOL-PE), Por Todas as Vozes (PSOL-PA), Mulheres Negras Sim (PSOL-MG), Coletivo Vozes Maria (PSOL-MG), Cida Mulheres de Todas as Lutas (PSOL-SP), Dida Coletivo em Todas as Lutas (PSOL-SP), Coletiva Raízes (PSOL-SC) e Mandata Feminista do Bem Viver SC (PSOL-SC) (AGENDA MARIELLE, 2022).

segmentos nos espaços e instituições políticas de poder e decisão, em específico, para nossa análise, os partidos políticos e as instâncias intrapartidárias, por exemplo. Nada obstante, é preciso considerar que manuseamos, tão somente, os dados sociodemográficos das pessoas porta-vozes das candidaturas coletivas. Entendemos que para avançar em considerações mais aprofundadas acerca da representatividade/representação de grupos nessas modalidades de candidaturas, acessar também os dados sociodemográficos da totalidade de pessoas cocandidatas seria condição essencial.

O Gráfico 3 fornece informações sobre a faixa de idade³⁶ das pessoas postulantes de candidaturas coletivas em 2022, separados pelo gênero. Notamos que o corpo da pirâmide é mais largo, concentrando cerca 175 (81,40%) pessoas porta-vozes, estas com idades entre 31 e 60 anos, ao passo que a base e o topo da pirâmide etária são mais estreitos. Na sequência, em termos do número de candidaturas contabilizados, temos a faixa mais jovem, 21 a 30 anos, respondendo por 10,70% (23) casos, e 7,44% (16) entre 61 a 70 anos. Observamos ainda que distribuição de gênero por faixa etária se revela razoavelmente homogênea, com discretas diferenças para as candidaturas lideradas por mulheres, tanto na faixa mais jovem (55,56 %) e na mais idosa, sendo a única candidatura identificada na faixa de 71 anos ou mais liderada por uma mulher.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2023d).

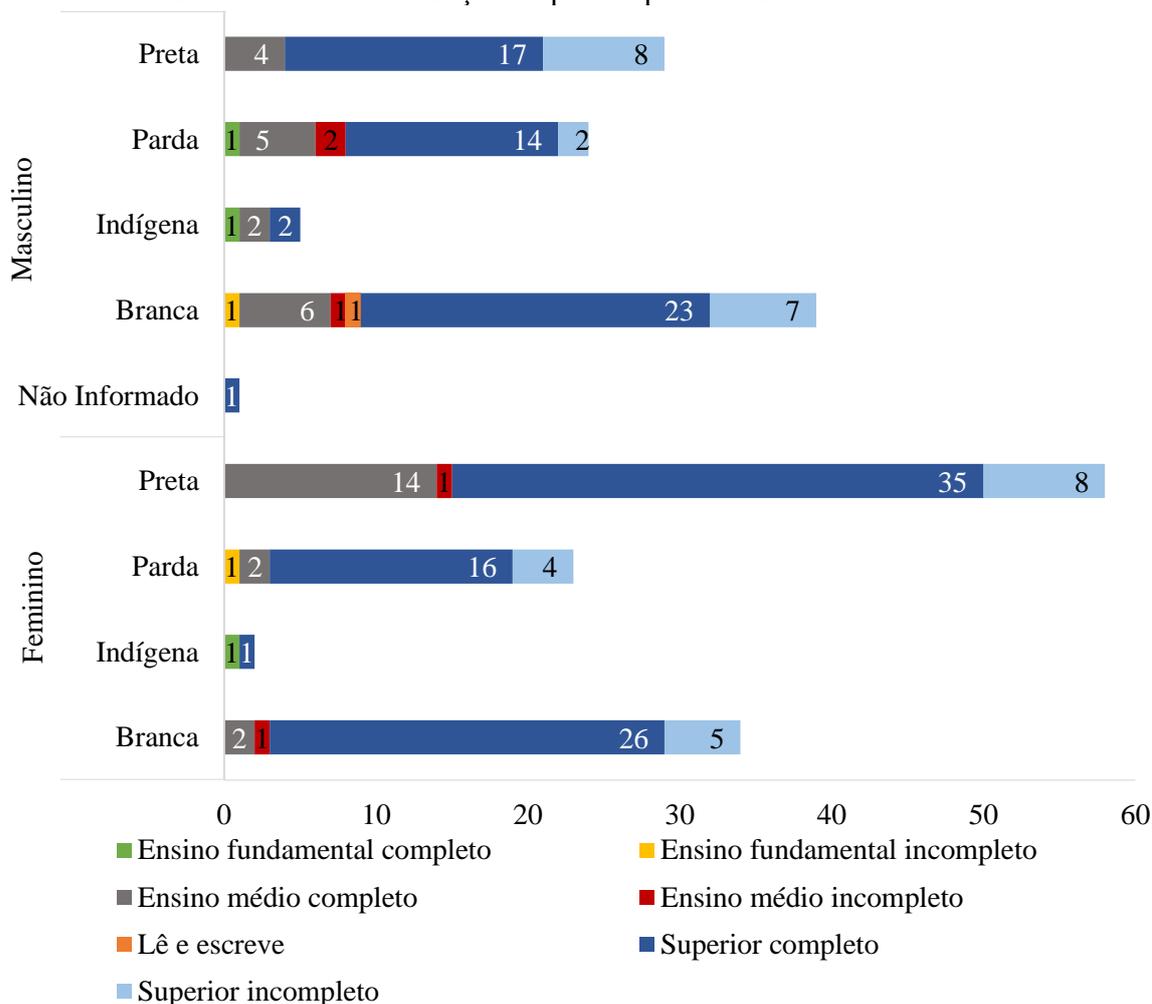
Nota: O número de intervalos e a amplitude foram definidas a partir da regra de Sturges.

³⁶ Não utilizamos as três faixas de classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (jovens, até 19 anos; adultos, entre 20 e 59 anos; e idosos, 60 anos em diante) já que esses intervalos não proporcionariam ganhos para a análise e comprometeriam o exame dos resultados, dada a concentração das postulações por pessoas adultas.

Nas candidaturas legislativas gerais, as pessoas postulantes com idades entre 21 e 39 anos correspondem a 21,45% (6.172), ao passo que na modalidade coletiva essa mesma faixa reúne 32,52% (70) casos. Assim, é possível identificar que nas candidaturas coletivas há maior número de pessoas porta-vozes nas menores faixas de idade, o que pode estar relacionado com a agenda de inclusão e/ou ocupação de jovens, com movimentos de renovação política suprapartidários ou não, ou mesmo com a presença de coletivos frequentemente associados com a juventude (Perez, 2019; Marx; Marques, 2020). Apesar das singularidades em termos de identidade, ideologia, formato, estratégias de atuação etc., esses movimentos convergem, grosso modo, na retórica da “renovação” construída em oposição aos atores e práticas da “velha política”, lançando usualmente enquanto candidatas, pessoas jovens e não pertencentes à política institucional (Macedo, 2018; Gatto; Russo; Thomé, 2021; Segurado; Chicarino; Chaia, 2019; Moura, 2019; Costa, 2022; Oliveira; Macedo, 2020).

Já os dados acerca do grau de instrução da pessoa porta-voz da candidatura coletiva revelam o predomínio do alto nível de escolaridade entre as postulantes. Cerca de 62,79% (135) possuíam ensino superior completo, sendo predominantemente mulheres (78 ou 57,78%). A escolaridade entre os gêneros é distribuída proporcionalmente de forma homogênea, com discretas discrepâncias para postulantes do gênero masculino para faixas de menor grau de instrução – em específico, para o grupo ensino fundamental completo (1,19 pontos percentuais) e lê e escreve (1,02 pontos percentuais).

Gráfico 4 - Grau de instrução da pessoa porta-voz da candidatura coletiva

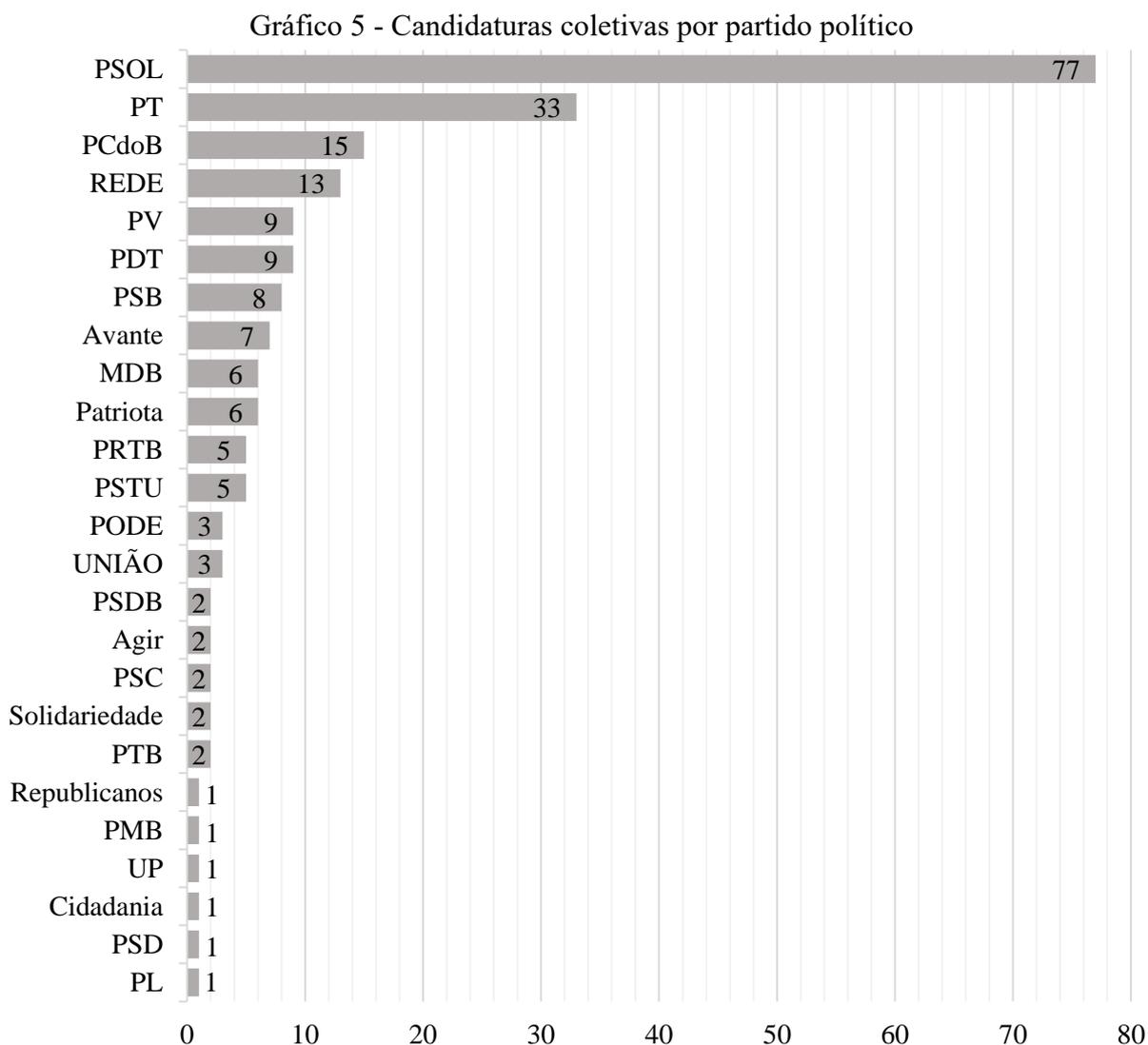


Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2023d).

O Gráfico 4 permite observar também a distribuição dos níveis de escolaridade considerando a intersecção entre cor/raça e gênero das pessoas postulantes. As candidaturas pretas foram dominantes (Gráfico 2) e detiveram uma maior incidência de pessoas porta-vozes com grau superior completo, correspondendo a 52 casos (38,52%) dos quais 35 são mulheres. Dessa forma, o perfil de escolaridade prevalente em termos de gênero e cor/raça para as candidaturas coletivas se revela diametralmente oposto ao verificado para as candidaturas legislativas gerais, nas quais homens brancos (5.941 ou 57,52%) detiveram os maiores patamares quanto ao grau de instrução. Nada obstante, as candidaturas coletivas lideradas por pessoas brancas detêm maior concentração no grau superior completo (67,12%), com modesto incremento para as mulheres, as quais exibem patamares mais elevados de escolaridade (42,86%).

A diversificação partidária também foi um traço característico, como aponta o Gráfico 5, tendo 25 legendas lançado candidaturas coletivas em 2022. Esse quantitativo supera o

observado em 2016 (21) e 2018 (13) (Raps, 2019), ficando atrás apenas das últimas eleições municipais, ocasião em que 26 agremiações estiveram presentes (Secchi; Leal, 2020). Dentre os 32 partidos políticos registrados no TSE em 2022 (Brasil 2023f), não registraram candidaturas coletivas: o partido Novo, o Partido da Mobilização Nacional (PMN), o Partido da Causa Operária (PCO), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Social Democrático (PSD), o Democracia Cristã (DC) e o Progressistas (PP).



Apesar da ampliação do caráter pluripartidário, o Gráfico 5 sinaliza a presença do PSOL na vanguarda, com 77 (35,81%) candidaturas, implicando, pois, na manutenção de uma tendência observada nos pleitos de 2018 e 2020. O PT vem na sequência com 33 (15,35%) ocorrências, seguido pelo PCdoB com 15 (6,98%) candidaturas e com 13 (6,05%) a Rede Sustentabilidade (REDE), legenda que abrigou a maior concentração de candidaturas coletivas

em 2016 e que nos pleitos de 2018 e 2020 registrou considerável declínio, tendo em 2022 recuperado algum fôlego.

Alinhadas à esquerda e à centro-esquerda em relação ao espectro ideológico, essas quatro legendas que aparecem na dianteira perfazem mais da metade (64,19%) das candidaturas coletivas mapeadas. Analisando nove agremiações dispersas por todo espectro ideológico partidário (PP, DEM, PSDB, PMDB, PT, PCdoB, PSOL, PSB e PDT) em quatro estados brasileiros, Meneguello e colaboradores (2012) apontaram a tendência de que partidos com associação junto a movimentos sociais estão situados à esquerda. Nesse sentido, é observado que o PSOL, o PT e a REDE têm em comum, em seus processos de fundação, a associação histórica aos movimentos sociais.³⁷

No caso do PSOL, por exemplo, Oliveira (2017, p.26) argumenta que essa vinculação está na própria gênese da agremiação que surge a partir de dissidências internas do PT. A influência dos movimentos sociais é salutar, sobretudo, nas divisões intrapartidárias, denominadas correntes internas ou tendências partidárias, as quais atuam a partir de ideologias e pautas específicas (Gentil, 2018). Por vezes, essa proximidade é elemento formador dessas divisões, como é o caso da corrente Revolução Solidária e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) (Revolução Solidária, s.d.). Configuração similar se dá no PT que guarda estreita trajetória junto aos movimentos, inclusive sendo fundado junto a organizações sindicais e movimentos sindicalistas, setores progressistas da Igreja Católica e movimentos sociais urbanos (Meneguello; Amaral, 2008). Através dos setoriais, o PT institucionaliza o papel e o lugar dos movimentos no interior da burocracia partidária e organiza a atuação dos militantes petistas nas entidades societárias. No caso da REDE, Oliveira (2016), atenta ao processo sociopolítico de formação da legenda, detalha acerca da contribuição decisiva do movimento ambientalista para tanto, inclusive, enquanto estratégia para a defesa e a promoção da agenda ambiental como pauta política relevante.

Assim, argumentamos que o compartilhamento das identidades e estratégias oriundas dos movimentos sociais tende a influenciar a escolha das legendas, reconhecidas como espaços para incidência de causas e pautas caras aos movimentos, ao encontro do que sustenta Almeida (2024b) ao analisar as candidaturas coletivas presentes no pleito municipal de 2020. Experimentando (re)configurações dos partidos-movimento (Almeida; Lüchmann, 2022) certas características organizacionais das agremiações partidárias que revelam sobre sua atuação na

³⁷ A título de informação, a busca nos estatutos desses partidos pelo termo “movimentos sociais”, retornou 11 registros para o PSOL (PSOL, 2018), 8 para a Rede (REDE, 2020) e 7 para o PT (PT, 2023).

arena eleitoral ou atuação governamental e legislativa, por exemplo, também podem contribuir para a adesão a essas modalidades coletivas de candidatura.

Outro elemento a ser considerado e que pode influenciar essa distribuição partidária no âmbito das candidaturas coletivas, diz respeito a presença de estratégias de ações afirmativas e de discriminação positiva (Araújo, 2005) dentro da burocracia interna dessas legendas, principalmente tendo em mente o perfil de gênero e cor/raça presentes (Gráfico 2). Com vistas a garantir a presença das mulheres nos espaços de decisão do partido, o PT referendou, no início de 1991, a cota mínima de 30% de mulheres nas suas instâncias internas de direção, a qual foi implementada pela primeira vez em 1993 (Lopes, Carneiro, 2021). Seguindo o lastro de seu partido de origem, o PSOL aprovou em 2011 uma resolução determinando acerca da paridade de gênero na composição dos diretórios e de todas as comissões internas do partido (PSOL, 2018; Lopes; Carneiro, 2021). Desde 2015 a legenda também conta com cota obrigatória de 30% destinada à participação de pessoas negras nas direções partidárias nacional, estaduais e municipais (PSOL, 2017).

A literatura aponta ainda a existência de outras estratégias de ações afirmativas (Araújo, 2005) adotadas por essas legendas, seja para fortalecer a participação de grupos minorizados, na linha das “políticas de presença” (Phillips, 2001) e/ou para promover pautas de interesse desses grupos (Mansbridge, 1999; Young, 2006). Assim, por exemplo, identificam-se: o compromisso com a presença de mulheres em variados espaços intrapartidários, como setoriais, secretarias e diretórios (Rezende; Sarmiento, Tavares, 2020; Lopes; Carneiro, 2021), o que se apresenta como impulsionador de carreiras políticas femininas (Barros; Nascimento, 2022); espaços institucionais de combate ao racismo, estímulo a criação de estruturas partidárias dedicadas às demandas raciais, encontros e fóruns temáticos para assuntos da comunidade negra (Rodrigues, 2022; Rodrigues; Pereira, 2022); e, a partir da pressão oriunda da atuação governamental, como através de políticas públicas de direitos humanos e programas de governo, estruturas internas com a temática da diversidade sexual e voltadas às pessoas LGBTI+ (Pereira, C., 2022; Pereira, M., 2022; Rodrigues; Pereira, 2022). A (re)discussão dessas estratégias se impõe especialmente oportuna, tanto no âmbito da teoria política quanto no debate público. Isso se dá em função da recente, porém não nova – e muito menos contingente – conjuntura político-eleitoral, na qual se tencionou, dentre outros retrocessos, a

concessão de anistia aos partidos políticos que descumpriram cotas mínimas destinadas às mulheres e pessoas negras nas eleições de 2022.³⁸

Para além desses espaços intrapartidários e observando a abertura das legendas às candidaturas de minorias políticas, como mulheres e pessoas negras, a literatura informa que uma das variáveis determinantes consiste na força e o tamanho desses partidos (Campos; Machado, 2020; Lopes; Carneiro, 2021; Rodrigues, 2022). Nesse sentido, os partidos pequenos tenderiam a ser mais abertos a esses postulantes, o que pôde ser considerado em 2022 na análise das candidaturas coletivas. O PSOL, considerado um partido pequeno e com identidade ideológica sedimentada, mobilizou 53 (39,55%) pessoas candidatas não-brancas, das quais 36 com porta-vozes mulheres. Nada obstante, como aponta Rodrigues (2022), não se pode considerar que o pertencimento à legenda, por si só, garanta a competitividade necessária para a eleição desses grupos, haja vista a existência de uma série de outros fatores intervenientes para tanto.

Ainda sob o prisma do Gráfico 5, cabe destacar o incremento na participação do Partido Verde (PV), do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) que se conservam dentre as sete legendas com maior concentração de candidaturas coletivas desde as eleições municipais de 2020 (Secchi; Leal, 2020). Cenário diferente daquele observado para as candidaturas legislativas gerais, em que a centro-direita e a direita predominaram, sendo o Partido Liberal (PL), o União Brasil (UNIÃO), o Republicanos, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Progressistas (PP) as cinco legendas que registraram maior número de candidaturas. Nessa configuração que considera as candidaturas convencionais, o PSOL figura na 20ª posição.

Adentrando na análise das legendas a partir da classificação ideológica, o Gráfico 6 revela a concentração das modalidades coletivas de candidatura em partidos alinhados à esquerda e a centro-esquerda, respectivamente com 83 e 74 casos, os quais, juntos, respondem por 73,02% (157) ocorrências, patamar inferior com o cenário observado em 2020, quando essas duas posições ideológicas abarcavam 80,83% (Secchi; Leal, 2020). Essa redução nas proporções identificadas nas candidaturas propostas pela esquerda e pela centro-esquerda, evidencia a ampliação das proposições por legendas localizadas ideologicamente ao centro e à

³⁸ Referimo-nos a PEC n°9/2023 que atualmente tramita na Câmara dos Deputados. Dentre outros pontos, a proposição perpassa a redução de recursos para candidaturas negras, abertura de brecha para que partidos indiquem apenas homens como candidatos e perdão aos partidos que não repassaram cotas para mulheres e pessoas negras. Acresce-se a chamada “minirreforma” eleitoral, um conjunto de projetos que preveem a flexibilização na prestação de contas de campanha, mudanças nas cotas para mulheres e pessoas negras, além da proibição de candidaturas coletivas (Brasil, 2023e).

centro-direita. Estas últimas somaram 55 (25,58%) casos, com destaque para os partidos de centro-direita, que apresentaram uma diferença de 6,57 pontos percentuais em relação a 2020 (Secchi e Leal, 2020). Interessante registrar a retração de iniciativas pela direita que passou de 6 casos (1,90%) em 2020 (Secchi; Leal, 2020) para 3 (1,40%) em 2022. De modo geral e consideradas as devidas proporções, esses números evidenciam que as candidaturas coletivas vêm sendo distribuídas por todo o espectro ideológico, não sendo possível desconsiderar sua recepção pelos partidos no Brasil.

Gráfico 6 – Distribuição de candidaturas coletivas por posição no espectro ideológico



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2023d).

Nota: A classificação ideológica dos partidos políticos se pautou naquela organizada por Secchi e Leal (2020).

Intimamente relacionada à distribuição partidária das candidaturas coletivas, está o tipo de agremiação envolvida na disputa, isto é, se a candidatura se deu por um partido isolado ou por uma federação partidária. As eleições de 2022 contaram pela primeira vez com a figura das federações partidárias, criadas e aprovadas em 2021 pelo Congresso Nacional, regulamentada pelo TSE também naquele ano e referendada pelo Supremo Tribunal Federal no início do ano eleitoral. Em 2022, do total de candidaturas coletivas mapeadas, 150 (69,77%) foram constituídas em federações partidárias, sendo 90 (60%) na Federação PSOL/REDE, 57 (38%) na PT/PCdoB/PV (Federação Brasil da Esperança) e 3 (2%) na PSDB/Cidadania.

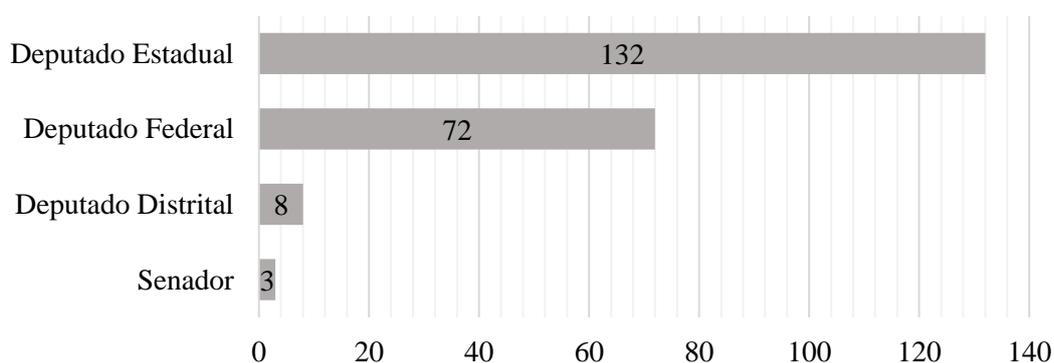
Com o fim das coligações para eleições proporcionais em 2017, as federações surgiram como opção para a junção de partidos não só para o período da disputa eleitoral, como também na legislatura consequente. Dessa forma, a união se dá por um período mínimo de quatro anos, sendo válida para eleições para cargos majoritários e proporcionais (Brasil, 2022b). Válido destacar que as federações devem realizar uma convenção única, a fim de selecionar a lista de candidaturas proporcionais, bem como celebrar as coligações majoritárias.

Isso pode acometer disputas mais acirradas por vagas produzidas no âmbito da federação, afinal, os partidos poderiam apostar mais naquelas pessoas candidatas já testadas nas urnas, ou que dispõem de capital político ou popularidade prévia, por exemplo. Em complementariedade, Machado *et al.* (2021) alertaram para a tensão existente entre os procedimentos de indicação de candidaturas coletivas e sua busca pela subversão dos arranjos

de indicação tradicionalmente praticados pelas instituições partidárias, como por meio das indicações de lideranças e dirigentes dos partidos. Logo, considerando-se a distribuição de poder dentro da federação, isso pode repercutir na recepção dessas experiências coletivas de candidatura, como ao calibrar a competitividade de uma candidatura coletiva e a satisfação dos interesses eleitorais mais imediatos dos partidos. O estatuto da Federação PSOL/REDE (PSOL, 2022), por exemplo, dispõe que a constituição da Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação, obedecerá a proporcionalidade aferida pela soma dos votos válidos obtidos para a Câmara dos Deputados. Assim, considerando o desempenho eleitoral das legendas, o PSOL conta com maior força decisória, tal como para a definição de regras para a composição das listas de pessoas candidatas, para as eleições proporcionais e majoritárias em todas as circunscrições estaduais, do Distrito Federal e municipais.

Sobre a distribuição dos cargos eletivos disputados por meio de candidaturas coletivas, o Gráfico 7 apresenta a concentração de cerca de 98,60% (212) em cargos proporcionais, fato também observado nas eleições gerais de 2018 (96,43% ou 27) (Raps, 2019), se destacando as candidaturas a cargo estadual, com 132 ocorrências. Como apresenta o Quadro 7, os cargos majoritários seguiram com participação reduzida em termos do registro de candidaturas coletivas, sendo utilizados para essa modalidade de disputa apenas pelo PSOL, REDE e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), legendas que atualmente não dispõem de representação no Senado do Congresso Nacional brasileiro.³⁹

Gráfico 7 - Candidaturas coletivas por cargo disputado



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2023d).

³⁹ Durante a Nova República o PSOL contou com apenas um senador eleito em 2010, Raldolfe Rodrigues. A REDE deteve maior número, contando com Marina Silva, Heloisa Helena, Raldolfe Rodrigues (sem partido) e aqueles oriundos das chamadas “candidaturas cívicas”, Alessandro Vieira (hoje no MDB-SE), Flávio Arns (hoje no PSB-PR), Styvenson Valentim (PODE-RN) e Fabiano Contarato (PT-ES).

Quadro 7 - Partidos com maior número de candidaturas coletivas por cargo disputado

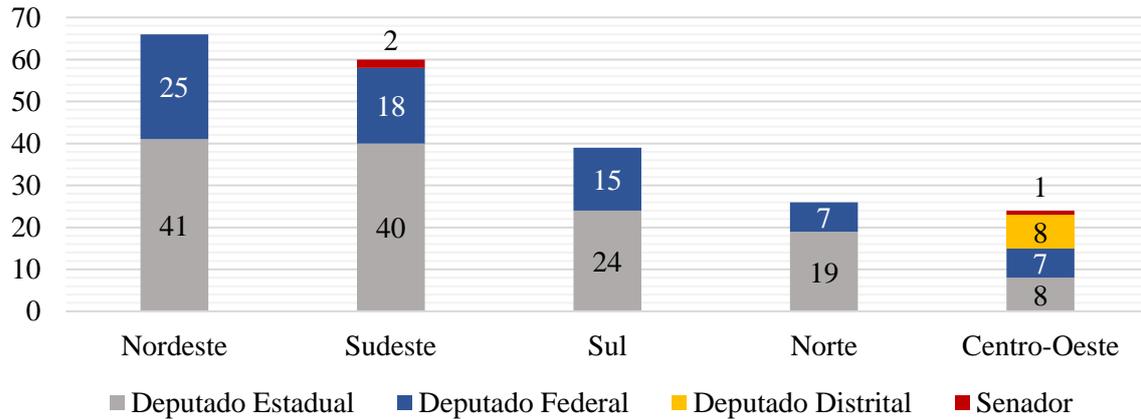
Cargo	Partido	Valor absoluto	Valor relativo (%)
Deputado Estadual	PSOL	50	37,88
	PT	20	15,15
	PCdoB	10	7,58
Deputado Distrital	PT	3	25,00
	PSOL	2	37,50
	PCdoB	2	25,00
Deputado Federal	PSOL	24	33,33
	PT	10	13,89
	Rede	6	8,33
Senador	PSOL	1	33,33
	Rede	1	33,33
	PSTU	1	33,33

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2023d).

Há vasta literatura que adentra nos determinantes, condicionantes e variáveis que influenciam a seleção de candidaturas a depender dos cargos eletivos a serem concorridos. Em específico, para as eleições majoritárias para cargo legislativo é comum que as agremiações se articulem para a definição de nomes comuns, unindo forças para lançarem figuras únicas que apresentem maior competitividade. Soma-se a isso, o fato de que os cargos majoritários se encontram praticamente restritos a um pequeno número de partidos “tradicionais” ou “grandes” e são usualmente concorridos por políticos com experiência eleitoral e com carreiras eletivas longevas (Costa; Codato, 2013), características distintas das observadas para as candidaturas coletivas (Andujas, 2023a).

Além disso, em todas as regiões as candidaturas estaduais (também consideradas nesse montante aquelas distritais) superaram, em quantitativo, aquelas a nível federal, conforme aponta o Gráfico 8. Conjugando com a distribuição partidária, observamos que o PSOL contabilizou o maior número de candidaturas coletivas proporcionais em todas as regiões, com exceção da Norte, na qual esteve empatada com o PT.

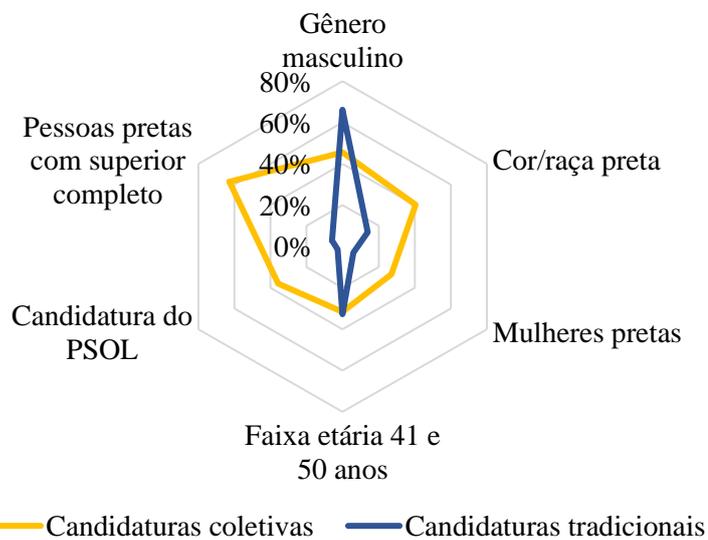
Gráfico 8 - Cargos disputados pelas candidaturas coletivas por região



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2023d).

De forma geral, considerando o perfil das candidaturas coletivas delineados a partir de algumas das características apresentadas até aqui, resta evidente que essas modalidades se distinguem, sobremaneira, das candidaturas legislativas tradicionais, consoante apresenta o Gráfico 9 adiante. Isso corrobora às argumentações já emergentes na literatura quanto à busca pela diversificação dos quadros das candidaturas parlamentares (Raps, 2019; Secchi; Leal, 2020; Almeida; Lüchmann, 2022; Lopes, 2023; Almeida, 2024b) e democratização da representação política (Campos, 2021; Rodrigues; Campos; Abreu, 2020; Machado *et al.* 2021; Campos; Matos, 2023) principalmente no que se refere à entrada de mulheres negras na arena eleitoral (Andujas, 2022a; Andujas, 2023b).

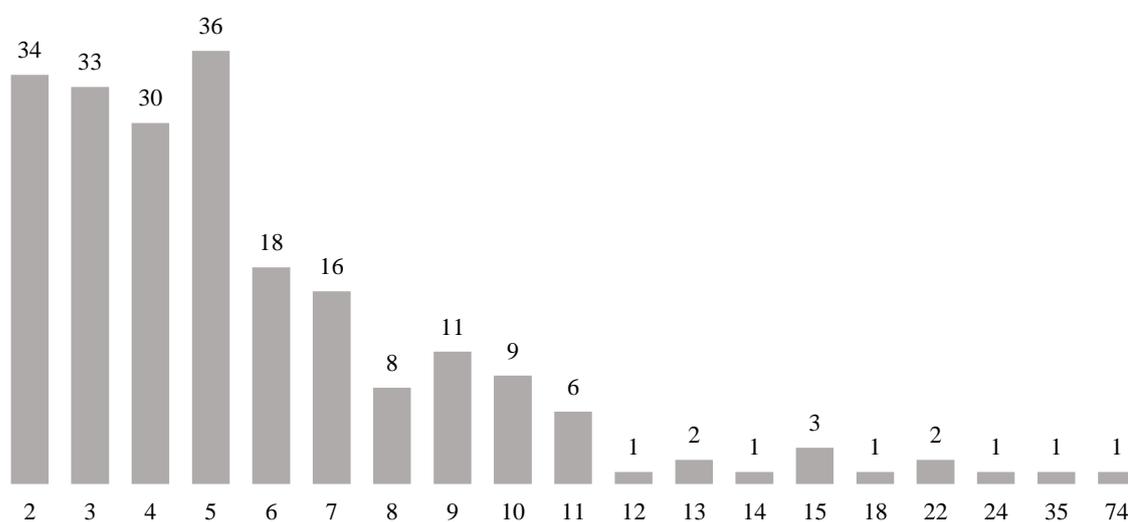
Gráfico 9 - Comparação entre as características predominantes do perfil das candidaturas coletivas e candidaturas legislativas tradicionais



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Brasil (2023d).

Para além desse mapeamento geral e prosseguindo com a observação dos dados oriundos da análise de conteúdo a partir das imagens postadas no Instagram pelos perfis das candidaturas coletivas mapeadas, contabilizamos cerca de 1.298 pessoas cocandidatas em 2022, com em média, 6 integrantes por candidatura. O Gráfico 10 revela que as candidaturas compostas por 2 a 6 participantes correspondem a 81,40% (175) casos, perpetuando a tendência já verificada em pleito anterior com a preponderância de grupos pequenos (Secchi; Leal, 2020). Os vínculos afetivos, a facilidade da gestão e coordenação da campanha, e, inclusive, o histórico de experiências anteriores, são alguns elementos que podem estar relacionados a esse tamanho do grupo.

Gráfico 10 – Número de pessoas cocandidatas por candidatura coletiva



Fonte: Elaboração própria a partir de postagens em perfis das candidaturas coletivas no Instagram e Inesc (2022).

Nota: A pessoa porta-voz da candidatura coletiva foi contabilizada nesse cálculo.

Apesar da ausência de regulamentação das candidaturas coletivas, que se estende à identificação das pessoas cocandidatas nos registros de candidatura junto ao TSE ou nos materiais e conteúdos de campanha, foi frequente a aparição das pessoas integrantes, seja individualmente ou em grupo. Em cerca de 59,56% (600) das imagens analisadas foi identificada a presença física de pessoas pertencentes ao grupo, em 81,07% (818) existia a referência ao grupo envolvido por meio de logotipo (parte escrita de uma marca) ou texto congênere e, finalmente, em 51,14% (516) ambos os marcadores estiveram presentes. Assim, resta evidenciado que esses atributos foram fortemente utilizados nas imagens analisadas, sendo, pois, recorrentes para a identidade visual das candidaturas coletivas.

A referência aos partidos se fez notar em menor proporção, sendo que em cerca de 54,81% (456) foram identificados o nome, o logotipo ou algum símbolo das legendas partidárias⁴⁰, com predomínio das candidaturas coletivas do PSOL (247). Na sequência aparece o PT com 27,19% (124) e o PDT, já com considerável diferença em relação às legendas anteriores, com 3,51% (16), tal como apresenta a Tabela 2 adiante.

Tabela 2 - Referência às legendas nas imagens das candidaturas coletivas por partido

Partido	Quantidade absoluta	Quantidade relativa	Total
PSOL	247	54,17	500
PT	124	27,19	259
PDT	16	3,51	19
PSTU	15	3,29	25
PCdoB	11	2,41	80
REDE	11	2,41	27
MDB	9	1,97	24
PSB	9	1,97	15
PV	7	1,54	25
PTB	3	0,66	4
PODE	2	0,44	2
AGIR	1	0,22	6
PATRIOTA	1	0,22	1
Total Geral	456	100	1.009

Fonte: Elaboração própria.

Noutro ângulo, não se pode desconsiderar que em parte considerável das imagens esse atrelamento à figura partidária não esteve presente. A literatura informa que a relação dessas experiências de candidaturas e de mandatos coletivos com os partidos políticos é permeada de tensões e desencontros (Campos, 2021; Machado *et al.*, 2021; Mesquita, 2022; Campos, Matos, 2023), o que foi observado na análise das imagens postadas em campanha, tal como apresenta a Figura 2. Essa manifestação ocorre tanto de maneira explícita, por meio da publicização de questões relacionadas à distribuição não oportuna de recursos do fundo partidário, quanto de forma velada, envolvendo a recusa ou a percebida insuficiência de representação por parte das organizações partidárias, como a rejeição do voto útil na legenda.

⁴⁰ Essas candidaturas não foram observadas em todos os partidos da amostra para a qual realizamos a análise de conteúdo que abarcou 18 legendas, a saber: AGIR, MDB, Patriota, PCdoB, PDT, PL, PODE, PSB, PSC, PSD, PSOL, PSTU, PT, PTV, PV, REDE, Republicanos e Solidariedade.

Figura 2 – Composição de imagens divulgadas por candidaturas coletivas com referência negativa a partido político



Fonte: Elaboração própria a partir de imagens divulgadas no Instagram.

Outro aspecto diz respeito à referência a outras pessoas candidatas a cargos do Legislativo ou do Executivo, o que foi identificado em 377 imagens (37,36%). Dentre essas, 221 (58,62%) mencionaram presidentiáveis, sobretudo, o então candidato pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, com destaque para as candidaturas do PSOL (129 ou 58,37%), PT (53 ou 23,98%) e do PCdoB (20 ou 9,05%). O PSTU aparece na sequência, com a manifestação de apoio à candidata à presidência da legenda (9 ou 4,07%). As candidaturas coletivas do PV, a despeito do partido ter integrado a federação que lançou o candidato Lula, praticamente não exploraram esse vínculo via associação imagética com o presidentiável (2 ou 0,90%).

Outro aspecto interessante diz respeito à ligação com figuras políticas que já estão presentes na política institucional, como foi o caso da deputada federal Sâmia Bonfim (PSOL-SP), fundadora do Coletivo feminista Juntas! do qual partiram iniciativas de candidaturas coletivas em 2022, como a candidatura de Bruna Biondi Mulheres por + Direitos (PSOL-SP), Cintia Vanessa da Juntas (PSOL-SP) e Virginia Juntas em Movimento (PSOL-BA). Outro nome é Erika Hilton (PSOL-SP) que iniciou sua trajetória na política institucional como codeputada

estadual da Mandata Ativista. Enquanto a primeira deputada federal negra e trans eleita, Erika foi mencionada, sobretudo, por candidaturas que pautaram a defesa da população LGBTI+, como a Bancada Feminista do PSOL (PSOL-SP). Para mais, também lideranças políticas e lideranças partidárias, como presidentes de partidos políticos, foram identificadas nas imagens analisadas, contudo, em número reduzido (9 ou 0,89%).

Ainda foi observado que as candidaturas coletivas divulgaram outras candidaturas dessa modalidade, sobretudo, aquelas candidaturas que já concorreram em outros pleitos, eleitas ou não. Dentre as que referenciaram outras candidaturas a cargos legislativos, em 21 (9,86%) essa menção se dava a outra candidatura coletiva, estas frequentemente associadas a um mesmo partido (15 ou 71,43%).

Além disso, foram identificadas candidaturas coletivas que compartilhavam um mesmo grupo de integrantes para a disputa de dois cargos eletivos distintos e compartilhavam um mesmo “nome” (ou expressão similar que possibilitasse o reconhecimento da candidatura) – evidentemente, com diferentes nomes de urna e vinculação do registro junto ao TSE. Um exemplo disso foi a Bancada Antirracista (PSOL-PI), que lançou um nome para o cargo legislativo federal e outro para o estadual. Um caso semelhante foi o da candidatura Pretas Juntas (PSOL-PE e REDE-PE) que abrigou duas legendas diferentes, concorrendo, tão logo, por duas cadeiras. Também foram observadas candidaturas que compartilhavam um mesmo “nome”, com diferentes composições do grupo de pessoas cocandidatas, as quais concorriam a cargos também distintos. Esse foi o caso do Coletivo Ubuntu (PSOL-PA) que lançou uma candidatura para deputado federal e outra para deputado estadual, e do Coletivo Rebeldia (PSTU) que lançou candidaturas em diferentes estados. Essa diversidade de formatos organizativos e relações com as instituições partidárias vai ao encontro da ausência de regulamentação dessas modalidades de candidatura.

Outro ponto diz respeito à “pedagogização” política, já aventada para outras interfaces e tecnologias experimentadas pelos mandatos coletivos (Campos, 2021) e que pôde ser reconhecida já nas peças de campanha das candidaturas coletivas. O empenho em explicar o que são os mandatos coletivos, quais são suas funcionalidades e potenciais, foi algo bastante explorado, cabendo destacar a preocupação em informar ao público acerca da legalidade das candidaturas coletivas (Figura 3), a forma como a candidatura seria identificada na urna, além de mecanismos de operação, decisão e distribuição do salário (Figura 4 e Figura 5). Além disso, também identificamos postagens com certa orientação “mercadológica”, nas quais se enfatiza o ganho de escala do voto em uma candidatura coletiva, já que com um único voto seria possível eleger várias pessoas (Figura 6).

Figura 3 - Composição de imagens divulgadas por candidaturas coletivas com referência conceitual e à legalidade ou regulamentação

Coletiva Feminista

E é permitido?

A candidatura Coletiva é uma brecha no sistema eleitoral. Atualmente, a lei não prevê candidaturas Coletivas, mas também não proíbe.

Nós, da Coletiva Feminista, queremos trazer esse exemplo para o Rio. Acreditamos que um mandato coletivo é a saída para os desafios do estado, como, a fome, desemprego.

COLETIVA Feminista 5011

PSOL

A CANDIDATURA COLETIVA É ILEGAL?

Não! Ela ainda não está regulamentada, mas o presidente do TSE já reconheceu sua existência e legitimidade, olha só:

"A chamada candidatura coletiva representa apenas um formato de promoção da candidatura, que permite a pessoa que se candidata destacar seu engajamento em movimento social ou em coletivo. Esse engajamento não é um elemento apto a conjundir o eleitorado, mas, sim, a esclarecer sobre o perfil da candidata ou do candidato". - Edson Fachin

COLETIVO ZANDO 65613

Tu sabes o que é uma CANDIDATURA COLETIVA?

Este modelo de candidatura permite que as 5 cocandidatas, eleitas formem em conjunto a atuação nas casas parlamentares, sendo que somente uma, a representante legal, poderá participar das sessões, discussões, plenários e integrar comissões, colocando o posicionamento defendido pelas 5.

BANCADA MULHERES AMAZONIDAS 5013 DEPUTADA FEDERAL

Mas e aí? Depois de eleita? Como é que é?

Depois de eleita, a candidatura coletiva vira mandato coletivo.

Uma pessoa fala lá no parlamento como deputada mas as decisões são todas coletivas. E nas atividades públicas, qualquer uma pode representar e falar como co-deputada.

PSOL LULA 2022

COLETIVA Vozes Feministas

Fonte: Elaboração própria a partir de imagens divulgadas no Instagram.

Figura 4 - Composição de imagens divulgadas por candidaturas coletivas com referência às urnas e mecanismos de operação

Espia como teu voto no 5013 vai aparecer na urna

Deputada Federal
Número: 5013
Nome: GIZELLE
MULHERES AMAZÔNIAS
Partido: PSOL

BANCA MULHERES AMAZÔNIAS 5013
DEPUTADA FEDERAL

MULHERES NEGRAS SIM 50111
Lavana, Juhlia, Tainá
PSOL LULA

Ou seja, quando você votar na candidatura coletiva **Mulheres Negras Sim - 50111**, embora vá aparecer apenas um rosto na foto da urna eleitoral, o mandato de Deputada Estadual será construído, de forma conjunta, por Lavana Chantal, Juhlia Santos e Tainá Rosa.

3

Um deputado ganha hoje R\$ 25.322,25 mais benefícios (!!!!)

Bem distante da realidade do trabalhador fluminense...

Não concordamos com essa forma de fazer política. Por isso, nós 4, continuaremos recebendo o equivalente aos nossos salários e doaremos o restante para o movimento social.

Tatianny
Servidora da Saúde

Natália
Petroleira

Ivanilda
Aposentada

Kênia
Professora

COLETIVO SOMOS TOCANTINS

PSB 40

O gabinete coletivo é horizontal em todas as suas instâncias: divisão de trabalho, tomadas de decisão e equivalências salariais.

A ideia é compartilhar sempre e não concentrar poder.

Fonte: Elaboração própria a partir de imagens divulgadas no Instagram.

Figura 5 - Composição de imagens divulgadas por candidaturas coletivas com referência às urnas e mecanismos de operação

GILBERTO.ELA
CAMPOS RECHADO
500

PARA FORTALECER UMA CAMPANHA E SOMAR APOIO, DOIS CANDIDATOS OU MAIS DECIDEM SE UNIR PARA FORMAR UMA CANDIDATURA ÚNICA, PORÉM DIVERSA EM SUAS PAUTAS

FEDERAÇÃO PSOL/REDE | ES | CANDIDATURA COLETIVA AO SENADO
| CNPJ 47.470.522/0001-65 | CNPJ 47.470.175/0001-26

PSOL

Nossa candidatura é coletiva!

Esta é uma nova forma de fazer política, unimos nossas forças para abranger uma pauta mais ampla e, porque diante das estruturas da velha política só o trabalho em conjunto torna possível nossa eleição.

Obedecendo à legislação eleitoral, nas urnas nossa bancada de cinco companheiros/as será representada pela foto do Prof. Ricardo.

Somente o coletivo torna possível uma alternativa às forças que atualmente dominam o espaço público.

Conheça nossa Bancada →

Candidatura Coletiva? Como Assim?

Você já percebeu como a maioria dos políticos são de famílias ricas ou de políticos?

No Congresso, as caras são sempre as mesmas. Por isso que em todo país têm crescido a ideia de unir pessoas e forças em uma única candidatura e eleger os nossos.

POR QUE VOTAR NUMA CANDIDATURA COLETIVA COMO O COLETIVO GUARNICÊ?

Porque é uma forma de despessoalizar a prática de liderança política de uma só pessoa para um grupo de pessoas. Juntos, quem compõem o coletivo que são corresponsáveis por todas as decisões, alavancando a participação popular e o processo coletivo de tomada de decisão.

Legítima a representatividade com diferentes grupos, classes, territórios e temas sociais, ocupando espaços de poder por pessoas que, sozinhas, não conseguiriam ter voz.

E é uma inovação no campo da política para que as mudanças sociais ocorram e a democracia se fortaleça!

Fonte: Elaboração própria a partir de imagens divulgadas no Instagram.

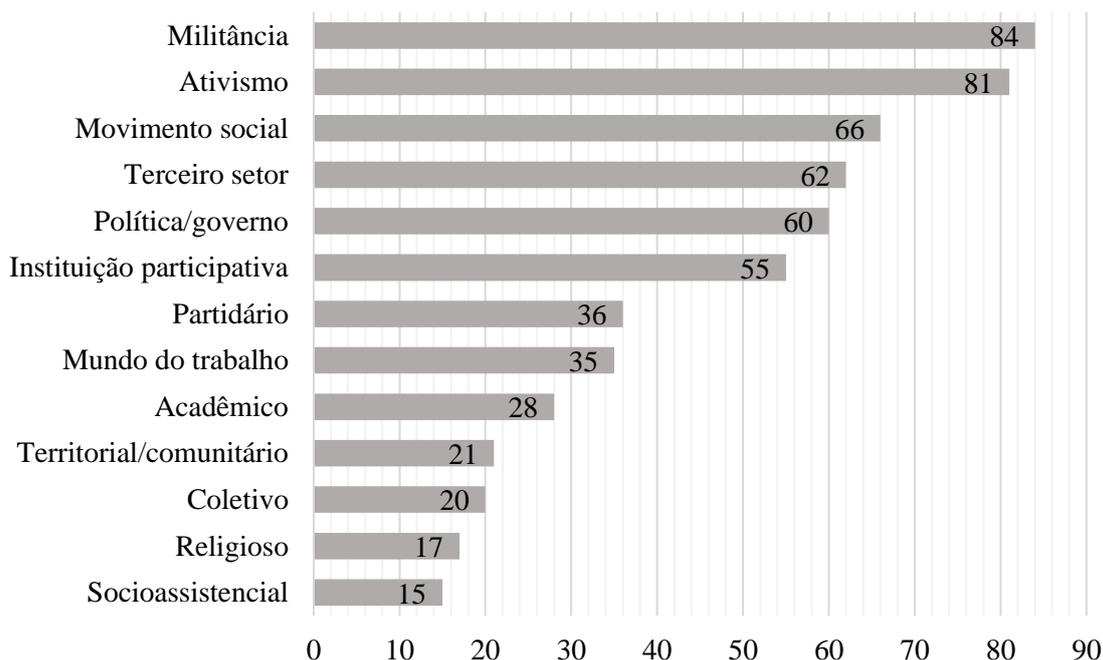
Figura 6 - Composição de imagens divulgadas por candidaturas coletivas com referência a ganhos de escala do voto



Fonte: Elaboração própria a partir de imagens divulgadas no Instagram.

Prosseguindo com a análise de conteúdo com base nas imagens postadas no Instagram, no que diz respeito às modalidades associativas presentes nas candidaturas coletivas, em cerca de 97,53% (79) foram identificados pelo menos um vínculo, sendo contabilizados um total de 580 vínculos entre as 454 pessoas cocandidatas, tal como apresenta o Gráfico 11. Resta evidente a sobreposição desses vínculos, já que, em média, cada candidatura possuía 5 integrantes com 7 vínculos. Cumpre destacar que essa quantificação se deu estritamente em atenção ao conteúdo apresentado nas imagens analisadas, ou seja, preservando a autodeclaração ora informada.

Gráfico 11 - Vínculos associativos das pessoas cocandidatas



Fonte: Elaboração própria a partir de imagens divulgadas no Instagram.

Nota: Foram analisados 81 perfis de candidaturas coletivas no Instagram, as quais reuniram 454 pessoas cocandidatas e totalizaram 505 imagens.

O maior número de vínculos autodeclarados se dá para a militância com 84 pessoas integrantes de 43 candidaturas coletivas, números próximos daqueles verificados para o ativismo, que contempla 81 cocandidatas(os) distribuídas em 40 candidaturas. Fato é que os termos “militância” e “ativismo”, por vezes, apareceram para designar vínculos semelhantes, como relacionados à defesa de causas e populações específicas, não sendo possível avançar em diferenciações mais profundas somente dispondo das informações autodeclaradas nas imagens. Contudo, à luz dos debates teóricos sobre esses termos (Sales; Fontes; Yasui, 2018; Faria, 2020; Andujas, 2023b), também considerando o legado de táticas e estruturas organizativas das experiências de mandatos coletivos eleitos, além da associação com os outros vínculos associativos presentes, nos parece mais acertado reconhecer esses que esses vínculos se aproximam, predominantemente, do “ativismo”. Isso porque se pautam basicamente pela pluralidade de interesses e operam através de redes mais descentralizadas e relativamente autônomas. Soma-se a isso, o menor número de vínculos identificados junto a organizações tradicionais de militância, como os partidos e sindicatos.

Logo após, aparece o pertencimento a movimentos sociais com 66 pessoas dispersas entre 37 candidaturas coletivas, estas predominantemente vinculadas ao PSOL (18) e ao PT (11), legadas com relações históricas junto a essas formas de ação coletiva, como exposto

anteriormente. Os movimentos ligados a causas estudantis, raciais como o Movimento Negro Unificado (MNU) e à questão da urbana, em especial a moradia, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) sobressaem.

Na sequência, figura o vínculo a entidades do terceiro setor, com o registro de 62 cocandidatas(os) associados a organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil (OSCs) e associações sem fins lucrativos (científicas, sociais, culturais etc.), sobretudo, relacionadas à defesa da população negra, de mulheres, de povos originários, bem como povos e comunidades tradicionais (como quilombolas e ribeirinhos).

Interessante observar que 60 pessoas detinham relações prévias com a política institucional, aqui dimensionada em termos de acesso à arena eleitoral e governamental, em específico, em termos da disputa ou posse de cargo eletivo anterior, bem como a posse de cargos de primeiro escalão em governos. Observamos, inclusive, a presença significativa de pessoas que foram cocandidatas em outros pleitos, ou ainda, em menor número, daquelas que já estavam em posse de cargos eletivos quando da disputa eleitoral de 2022. Esse foi o caso da Bancada Feminista do PSOL que detinha uma mandata municipal na Câmara Municipal de São Paulo e que a partir de uma reconfiguração interna do grupo apresentou uma candidatura coletiva para a Assembleia Legislativa de São Paulo.

O vínculo a instituições participativas (IPs), como conselhos, conferências, fóruns de políticas públicas, orçamentos participativos e comitês temáticos foi identificado para 55 pessoas, as quais concentravam sua atuação junto às instâncias estatais vinculadas às políticas sociais – saúde, educação e assistência social –, políticas culturais e políticas para a juventude, principalmente. A presença pessoas cocandidatas em espaços de participação institucionalizados, revela também o trânsito nas esferas governamentais e o engajamento em torno da representação direta de temas e políticas públicas nessas instâncias.

Há também o vínculo junto a organizações partidárias, sendo que 36 pessoas integrantes de 24 candidaturas coletivas distintas, apontaram a filiação ou a ocupação de cargos na burocracia de partidos. O PT agrupou 72 pessoas cocandidatas com vínculos partidários, seguido do PSOL, com 57. A maior parte dos cargos se referia a direção de diretórios municipais e a coordenação de setoriais, como vinculadas às mulheres, à população LGBTI+, às pessoas com deficiência, à população negra e à juventude.

A vinculação ao mundo do trabalho também se afigura com a participação de 35 pessoas cocandidatas em sindicatos e entidades direcionadas à representação de categorias profissionais. A maior esteve associada a candidaturas lançadas pelo PT (72), legenda com proeminente legado junto a organizações e movimentos sindicais (Meneguello; Amaral, 2008).

Algumas candidaturas coletivas exploraram esse pertencimento para apoiar suas campanhas, como fez a candidatura estadual Rosa da Sindicalistas Resistem (PSOL-PE) e a candidatura federal Adriana Coletivo Enfermagem (Solidariedade-BA).

Assim, embora muitas vezes as pessoas cocandidatas se identifiquem como “novatas” e busquem realçar seu distanciamento da classe política “tradicional”, bem como a rejeitem, ou quando menos, a contestem outras formas “tradicionalistas” de representação, como partidos e sindicatos, os dados analisados não abonam tal ponto. Ao contrário, foi possível constatar o trânsito prévio desses indivíduos em distintas instituições e arenas estatais, revelando certa proximidade com a política institucional, inclusive ocupando posições de poder em instâncias decisórias.

Seguindo a análise do Gráfico 11 foram também identificadas 28 pessoas cocandidatas com vínculos acadêmicos, predominando o pertencimento a diretórios acadêmicos e grêmios estudantis. Na sequência, temos o associativismo de base comunitária com vínculos territoriais ou geográficos, que conta com 21 pessoas identificadas, especialmente como lideranças comunitárias em periferias urbanas e zonas rurais.

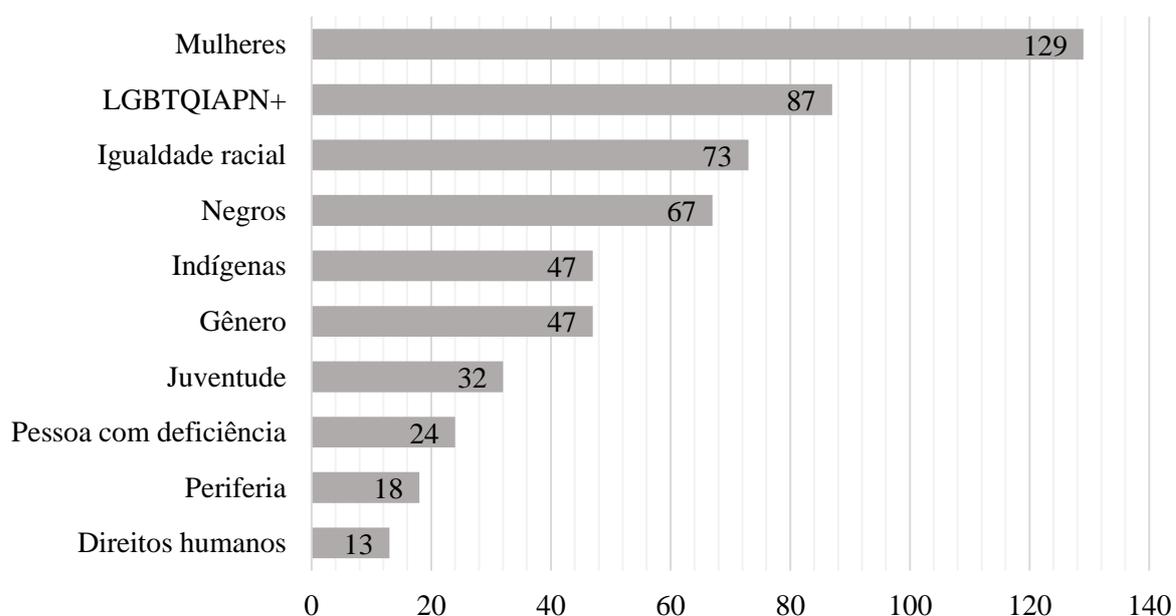
Ainda discutindo a distribuição dos vínculos associativos, os coletivos aparecem dentre os três tipos de vínculos associativos com menor número de registros, com 20 pessoas contabilizadas. Mesmo que a gênese dessas inventividades eleitorais esteja marcada pela presença de coletivos, essa forma de ação coletiva emplacou um número reduzido de pessoas integrantes de candidaturas coletivas em 2022, em termos da identificação desse vínculo nas imagens analisadas. Nesse ponto, retomamos a imprecisão conceitual característica do termo “coletivo” (Gohn, 2016; Perez, 2019; Faria, 2020) que pode contribuir para esse cenário. O Gráfico 11 informa também, a presença de 17 cocandidatas(os) ligadas a pastorais católicas ou que detêm o papel de liderança religiosa, em especial em religiões de matriz africana, e, finalmente, 15 pessoas com vínculo socioassistencial, ou seja, atreladas a projetos sociais voltados à justiça/inclusão social de grupos/comunidades específicos.

Assim, pela observação do tecido associativo das candidaturas coletivas (Gráfico 11), entendemos ser confluyente ao fenômeno alcunhado por Mische (1997, p.145) como “militância múltipla”, característico, ainda que não exclusivamente, de políticas(os) - sobretudo, ativistas - situados à esquerda do espectro ideológico. Foi possível reconhecer dentre as pessoas cocandidatas um conjunto de vínculos associativos sobrepostos, compreendendo diferentes esferas de ação e incidência política, as quais, por vezes, estão interconectadas, tomando forma de uma rede. Tal como apontam Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012, p. 259) esse “campo associativo” toma forma de capital político, enquanto uma das principais fontes de recursos

para a desenvolvimento individual e de projetos políticos, contribuindo, assim, para a projeção, inserção ou permanência na arena eleitoral. Nesse ponto, as diferenças entre as atuações associativas das pessoas cocandidatas, corroboram a teoria de que as características das associações produzem, por vezes, distintos efeitos democráticos (Warren, 2001 *apud* Almeida; Lüchmann; Ribeiro, 2012, p.240), ou seja, o tipo de associação vinculada pode influenciar de maneira significativa a trajetória política de um indivíduo. Ao encontro do que observa Andujas (2022b; 2023b), os dados apontam a atuação associativa em espaços mais estruturados, como movimentos sociais, organizações do terceiro setor e sindicatos, o que tende a ampliar as oportunidades para o aprimoramento de habilidades políticas, incluindo a avaliação de estratégias, a gestão de conflitos, bem como a articulação e negociação com diversos atores político-institucionais. Isso integra grupos e indivíduos em redes mais robustas, aumentando as chances de apoio e reconhecimento social, fatores cruciais nos processos eleitorais.

Adentrando na análise dos temas e bandeiras abraçados pelas candidaturas coletivas em 2022, foi possível identificar a presença de dois grandes padrões: em 294 (29,14%) imagens foi observada a defesa de grupos minorizados e subrepresentados na/pela política institucional, tal qual apresenta o Gráfico 12; e em 435 (43,11%) o apoio a políticas públicas setoriais ou área de atuação governamental, como ilustra o Gráfico 13.

Gráfico 12- Grupos e temas defendidos por candidaturas coletivas



Fonte: Elaboração própria a partir de imagens divulgadas no Instagram.

A defesa da representação exercida por mulheres, o feminismo e a busca pela representatividade feminina nos espaços de poder apareceram na dianteira, sendo identificados

em 129 imagens compartilhadas majoritariamente por candidaturas coletivas lideradas por mulheres (58), com destaque para as pretas (30). Interessante observar que essa pauta esteve quase que restrita às candidaturas lançadas por partidos políticos situados à esquerda e centro-esquerda no espectro ideológico (PSOL, PT, PCdoB REDE, PV, PSTU, PDT, PSB), os quais concentraram 128 imagens. Isso endossa o argumento já apresentado pela literatura de que os partidos situados à esquerda estariam mais próximos da pauta de mulheres, sobretudo à agenda feminista, o que pode estar também associado como um motivo para a escolha da legenda para disputa eleitoral (Lopes; Carneiro, 2021).

A questão da diversidade e a defesa de pessoas LGBTI+ desponta na sequência, aparecendo em 87 imagens seguindo a configuração da distribuição partidária observada anteriormente para a defesa de mulheres e com o protagonismo do PSOL, com 50 imagens. O PT aparece em seguida, sendo observada a referência a essa bandeira em 21 imagens e com 7, o PCdoB. Além disso, as candidaturas coletivas com porta-vozes do gênero feminino também compartilharam com maior frequência conteúdos relacionados a esse segmento populacional.

Outras bandeiras recorrentes foram o antirracismo e a luta pela igualdade racial (variável igualdade racial), bem como a defesa da população negra (variável negros) que juntas totalizaram 140 imagens, tal qual apresenta o Gráfico 13. Dentre as 64 candidaturas coletivas que compartilharam esses conteúdos, 36 foram lideradas por pessoas não-brancas, especialmente por pessoas negras (28). As candidaturas coletivas identificadas nessa análise concentraram-se em 6 legendas, das quais 5 novamente posicionadas à esquerda e centro-esquerda (PSOL, PT, PCdoB, PDT, REDE). Logo, resta evidenciado que as temáticas de cor/raça e da população negra, mesmo que consideradas em conjunto, foram identificadas em um menor número de partidos, dentre aqueles que lançaram candidaturas coletivas.

Cabe apontar o compromisso em prol da representação de interesses, opiniões e perspectivas de grupos a que pertencem as pessoas candidatas. À luz do que aponta Young (2006, p.143) “estar posicionado similarmente no campo social gera uma perspectiva social cuja inclusão na discussão pública pode ser promovida por processos de representação de grupos”. Desse modo, as experiências e vivências atravessadas por essas pessoas afetam o modo como se comportam e percebem questões sensíveis, como é caso do feminismo e o racismo. A dominância na defesa dessas questões, em específico por mulheres e pessoas negras já nas candidaturas pode sinalizar a influência dessa “perspectiva social”, fato já explorado pela literatura para experiências de mandatos coletivos eleitos (Segurado; Chicarino; Chaia, 2019; Fonseca, 2020; Trotta, 2020; Rodrigues; Campos; Abreu, 2020) e em campanhas eleitorais (Andujas, 2022a; Andujas, 2023a; Andujas, 2023b).

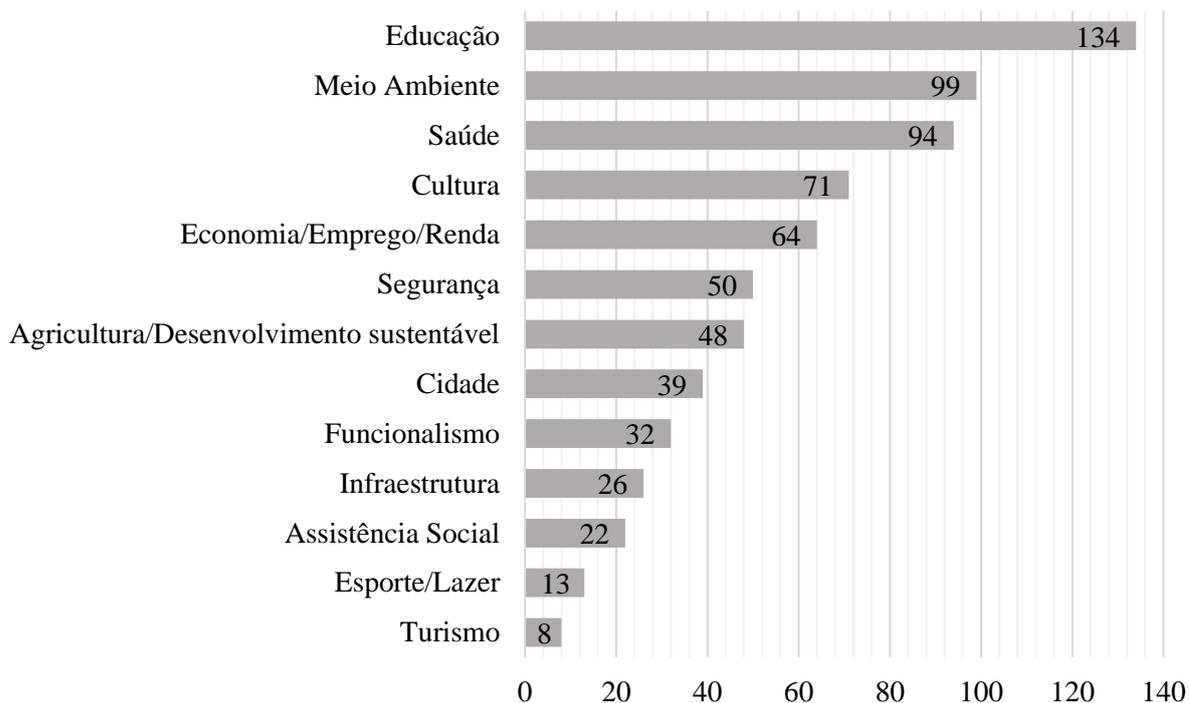
A defesa dos povos indígenas também desponta, sendo observada em 47 imagens. O Gráfico 2 apresentado anteriormente sinalizava o incremento da mobilização eleitoral desse segmento populacional por meio de candidaturas coletivas. Dentre as 7 candidaturas lideradas por pessoas indígenas (Gráfico 2), em 5 delas foram identificadas um conjunto de 15 imagens (31,91%). As candidaturas coletivas com porta-vozes negras(os) detiveram o maior número absoluto de imagens postadas com referência aos indígenas (19), contudo, em menor proporção quando observado o total de postulações encabeçadas por pessoas pretas (14,18%).

Também foram verificadas referências à temática de gênero, sobretudo, sob a defesa da igualdade e equidade de gênero em 47 imagens. Nada obstante o número de imagens seja consideravelmente inferior àquele constatado para pautas relacionadas às mulheres, ambas variáveis (gênero e mulheres) compartilham quase que o mesmo grupo de candidaturas, sinalizando que esse agrupamento mantém o comprometimento mútuo com bandeiras, intrinsecamente associadas. Mais uma vez a maioria das imagens se origina de candidaturas coletivas com mulheres porta-vozes (39), principalmente as pretas (22) e as brancas (17). O protagonismo do PSOL permaneceu, sendo a legenda que mais abrigou candidaturas que manifestaram apoio às questões de gênero, com 11 candidaturas e 24 imagens publicadas, seguido do PT, com 8 candidaturas e 15 imagens.

Na sequência, identificamos a defesa da juventude, com 32 imagens, das quais 11 foram publicadas por 8 candidaturas coletivas em que as pessoas porta-vozes possuíam até 30 anos de idade, ainda que faixa etária de 31 a 40 anos tenha sido a que compartilhou o maior número de imagens pautando a defesa de grupos (79). A defesa de pessoas com deficiência também se fez presente, principalmente em referência ao anticapacitismo e inclusão, sendo contabilizada em 24 imagens. E, finalmente a mobilização em torno da população periférica, verificada em 18 e a tutela dos direitos humanos em 13 imagens. Outros grupos minorizados também foram identificados em número reduzido, como quilombolas, crianças e idosos.

Ademais, tal como sinalizamos anteriormente foi possível reconhecer que muitas candidaturas manifestaram o apoio a políticas públicas setoriais ou área de atuação governamental enquanto bandeiras de campanha, conforme ilustra o Gráfico 13.

Gráfico 13 - - Políticas públicas e eixos de atuação governamental apoiadas pelas candidaturas coletivas



Fonte: Elaboração própria a partir de imagens divulgadas no Instagram.

A educação se manifesta enquanto a principal área temática de política pública, sendo observada em 134 imagens, as quais focalizavam principalmente a educação superior. As 61 candidaturas coletivas que apresentavam a defesa dessa pauta, foram identificadas em 10 partidos distintos, estando em maior número em candidaturas lançadas pelo PSOL (80), PT (24) e PCdoB (10). Na sequência figuram as políticas públicas relacionadas ao meio ambiente que foram identificadas em 46 candidaturas coletivas, com destaque para aquelas lançadas pelo PSOL (49), PT (27) e PV (12), esta legenda que despontou pela primeira vez nas análises e que se distingue por seu programa e princípios de atuação estreitamente vinculados às questões ambientais. Assim, a defesa do ecossocialismo, a preservação e a proteção ambiental e a causa animal estiveram presentes em 99 imagens. Em seguida, a referência à saúde, sobretudo, a saúde pública, gratuita e universal, aos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS) foi observada em 94 imagens.

As políticas públicas culturais também se notabilizaram, sendo verificadas em 71 imagens veiculadas por 42 distintas candidaturas coletivas, dentre as quais, a cultura, inclusive se evidenciou como carro-chefe figurando já no nome de urna: Angelo das Culturas (PCdoB/PR), Esturilho e o Mandato da Cultura (PCdoB/PR), Adriana do Povo da Cultura (PSOL/SP) e Bancada Cultura Viva e Cidadania (PT/SP). Os produtores, os agentes, os gestores

culturais e os artistas, se apropriaram dessas modalidades de candidatura, defendendo a democratização do acesso, a pluralidade de manifestações culturais e a diversidade cultural existente no país. Enquanto eixo de política pública compartilhado entre os três entes da Federação e a sociedade civil, mais recentemente a atuação do Legislativo nessa seara se avultou, com a aprovação de normativas, como a Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017 de 29 de junho de 2020) e a Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022), o que pode ter contribuído para essa concentração.

As preocupações macroeconômicas, com ênfase nas questões de emprego, renda e questões fiscais, foram registradas em 64 imagens, sinalizando algum engajamento das candidaturas coletivas nessa seara de políticas públicas. A maioria concorreu a cargos para o legislativo estadual (45), a despeito do circunscrito leque de competências e atuação das deputadas e deputados estaduais nessas matérias. Sobre a dispersão partidária, em 8 legendas distintas distribuídas em 42 candidaturas coletivas. Já a segurança pública foi referenciada em 35 candidaturas, totalizando 50 imagens e com 48, as políticas relacionadas à agricultura, em especial à agroecologia, identificada em 32 candidaturas. Entre essas a maior parte foi lançada pelo PSOL (24), legenda que abriga uma tendência interna orientada pelo ecossocialismo, o Subverta. Totalizando 39 ocorrências, o direito à cidade, as questões afetas à moradia, habitação e ao planejamento urbano foram referenciadas em 27 candidaturas coletivas, seguida das políticas de defesa do funcionalismo público, com 32 imagens postadas por 22 candidaturas distintas. As políticas de infraestrutura pública, como ligadas ao saneamento básico, transporte público e questões de mobilidade urbana foram mobilizadas por 20 candidaturas, perfazendo um total de 26 imagens.

Dentre os três últimos grupos de políticas públicas expostos no Gráfico 13, para a defesa da assistência social, com enfoque na proteção e seguridade sociais, foram contabilizadas 22 imagens postadas por 16 candidaturas distintas essas majoritariamente encabeçadas pelo PT (11), distinguindo, pois, das observações anteriores, nas quais o PSOL assumiu a liderança. Em seguida, despontam as políticas de esporte e lazer com 13 imagens compartilhadas por 10 candidaturas e o turismo com 8, distribuídas em 8 perfis de candidaturas coletivas.

De modo geral, a análise do Gráfico 13 permite identificar o maior envolvimento dessas modalidades de candidatura com assuntos voltados para questões sociais, como saúde, meio ambiente, educação e cultura. Dentre os fatores que podem estar associados a isso, nos atentaremos a explorar alguns que guardam relação ao que foi apresentado até aqui, enquanto mapeamento geral das candidaturas coletivas em 2022. Primeiro, recuperando o perfil predominante das pessoas porta-vozes dessas experiências, sobretudo com o recorte de gênero

(Gráfico 2), a literatura sinaliza o maior envolvimento das mulheres, seja em campanhas eleitorais (Panke, Iasulaitis, 2016), na atuação parlamentar (Miguel; Feitosa, 2009; Perlin, *et al.*, 2016) ou na produção legislativa (Pinheiro, 2007; Sanchez, 2015) com as temáticas vinculadas às *soft politics*, isto é, questões sociais e de bem-estar, como assistência social, pobreza, educação, cuidados com a saúde, questões de gênero e meio ambiente. Há que se considerar também o universo associativo (Gráfico 11) como indicativo da trajetória e movimento dessas pessoas cocandidatas em espaços consagradamente relacionados a políticas públicas como as IPs, com destaque para as sociais, a exemplo da saúde e educação. Além disso, também a concentração em partidos de esquerda e centro-esquerda pode estar relacionada, haja vista que historicamente há maior aproximação dessas legendas com a agenda das políticas sociais, tanto na arena governamental quanto na legislativa.

Portanto, apresentado o mapeamento geral das candidaturas coletivas e revelados alguns vestígios que sinalizam as interações experimentadas junto a partidos políticos, movimentos sociais e outras formas associativas, adentramos na exposição em maior profundidade acerca dessas interfaces. Para tanto, nos debruçaremos sobre 4 experiências de candidatura coletiva em 2022 situadas pelos relatos de 9 pessoas cocandidatas, tal como detalhado na seção 3.3.

4.2 Explorando casos e possibilidades

Em primeiro lugar, cumpre informar minimamente sobre as vozes que ecoamos aqui, preservando, evidentemente, suas identidades. Com isso em mente não descreveremos os perfis em detalhe, haja vista que alguns marcadores – sociais, como raça/cor, sexo, identidade de gênero; geográficos, como estado, região; ou mesmo, a situação eleitoral da candidatura –, poderiam comprometer a confidencialidade assumida com o TCLE. Estamos diante de nove pessoas entrevistadas que integraram quatro candidaturas coletivas pelo PSOL em 2022, pleiteando cadeiras do legislativo estadual em quatro estados distintos e com desempenhos eleitorais também diferentes, dentre eleitas e não eleitas, mas suplentes. Destacamos a performance eleitoral, pois, de modo geral notamos que aquelas cocandidatas não eleitas se mostraram mais acessíveis e com maior abertura para contribuir em relação a aspectos sensíveis, como as percepções sobre o PSOL e o relacionamento intrapartidário. A Figura 7 recupera por meio da representação visual em nuvem de palavras aquelas mais frequentes no corpus de dados coletados pelas entrevistas, sendo o tamanho de cada palavra proporcional à sua frequência. Isso permitiu a identificação dos temas, padrões e tópicos mais relevantes e/ou que foram objeto de maior ênfase nos discursos, além de contribuir para concepção dos *insights* a seguir desenvolvidos.

movimentos sociais ou a “engrossar o caldo” de movimentos já estruturados, aludindo a uma de nossas interlocutoras (Entrevistada C, 2023). Detalhando sobre seu histórico de participação em uma entidade estudantil e as implicações disso para sua atuação em outros movimentos, a Entrevistada A é categórica ao indicar que isso contribuiu para “uma projeção maior enquanto liderança dos movimentos sociais que eu fazia parte (...). Aquilo me provocou a estar mais organizada e disputar projeto de sociedade no país. Então, tomei partido, fundei organização nacional, né, de jovens” (Entrevistada A, 2023).

Pela análise dos marcos iniciais da trajetória política das interlocutoras, foi possível identificar que os vínculos associativos foram despertados, acima de tudo, em decorrência das vivências territoriais urbanas em bairros e regiões periféricas, bem como da proximidade com o ambiente estudantil e universitário, especialmente para as mais jovens⁴². As carências em termos do fornecimento de bens e serviços públicos pelo Estado e, conseqüentemente, a instabilidade quanto à garantia de direitos sociais, como acesso à moradia e à infraestrutura urbana (transporte coletivo, asfalto, saneamento básico etc.), incitaram a participação em variados espaços, desde aqueles mais autônomos, como associações de moradores, até aqueles dotados de maior nível de organização, como os vinculados às Comunidades Eclesiais de Base. Para introduzir a sua apresentação, a Entrevistada F demarca a sua atuação na comunidade em que reside desde a infância, ressaltando o legado de atuação coletiva e de atividade política daquele território, bem como o sentimento de pertencimento evocado:

Minha comunidade é uma comunidade muito politizada, assim, né? A gente fala que todo asfalto que teve lá no início do bairro foi fruto de muita luta, né? Então automaticamente a gente vai assimilando esse modo de organização social pela própria dinâmica territorial que eu tinha ali, né? Então, esse é um ponto importante. Eu sou cria de uma favela que teve que lutar pra ter esgoto encanado. (Entrevistada F, 2023).

Já a Entrevistada G destaca a reação encadeada na composição de sua rede associativa, também iniciada a partir de uma carência em termos da provisão de equipamentos públicos de qualidade, no caso, o acesso à moradia. Fica claro que o enfrentamento a essa realidade se deu em estreita interação com organizações civis, já que não havia suporte por parte do Estado.

De 2014 para 2015, teve um incêndio na comunidade onde eu morava. Por falta de presença do poder público mesmo, né? Por conta de que aqui também não tem direitos garantidos na questão de habitação. E aí, a comunidade onde morava começou a pegar fogo, né? A favela queimou. Nesse mesmo período

⁴² Em 2023, a idade mediana das pessoas entrevistadas foi 37 anos.

a gente fazendo uma luta aqui com o CLC [Coletivo de Lutas Comunitárias], que era um coletivo de luta comunitária, a gente é apresentado ao Movimento Nacional do MTST. Foi aí que eu ingressei também na luta de moradia, pra ter direito à moradia. Mas não só a moradia por ter quatro parede (sic) e um teto; uma moradia digna. E depois comecei nos movimentos, mas frequentando mais um movimento de moradia em algumas ocupações (Entrevistada G, 2023).

Também foram identificados como espaços de politização iniciais, movimentos estudantis, grêmios, diretórios, centros acadêmicos e outras instâncias institucionalizadas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Nesses casos, um marcador histórico, também dotado de alcance geracional que foi frequentemente acionado foram as manifestações de junho de 2013 que impulsionaram desde a entrada e a criação de organizações juvenis, até o próprio ingresso no PSOL, como detalharemos adiante. Com vasta bagagem de militância junto a entidades estudantis, a Entrevistada A concede expressa centralidade a essa questão geracional:

Passei toda a minha juventude organizada. Eu comecei a militar muito novinha, ainda no ensino médio, eu comecei a participar das coisas no grêmio da escola. Na universidade, eu passo a ser parte daquela geração de junho de 2013, né? Então a gente funda o RUA Juventude Anticapitalista, inclusive, depois entendendo que aquela era uma geração em disputa, né. Então, que você precisava construir ferramentas de unidade de ação nacional. Então aquilo foi muito importante, para mim. Depois de Junho de 2013, eu me filiei ao PSOL também, né? (...) Então, com meus recentes 31 anos, depois que eu saí da UNE, eu passo muito pelo convencimento de que lutar é para a vida inteira, né? (Entrevistada A, 2023).

As vivências cotidianas e a “confluência de lutas” que compreendem forças motrizes para a emergência das candidaturas coletivas (Campos, 2021) foram apontados como elementos que repercutiram no trânsito entre outras organizações voltadas a defesa de grupos, inclusive numa dimensão interseccional, com destaque para o feminismo negro. Em maior número foram mencionadas entidades relacionadas à população negra, com foco no antirracismo e na promoção da igualdade racial. Também são proeminentes os movimentos, marchas e coletivos vinculados ao feminismo e à igualdade de gênero, bem como as entidades sindicais e trabalhistas. Em menor escala, figuram organizações relacionadas à população LGBTI+ e à promoção da cultura e à formação cultural.

Além disso, o engajamento em instituições governamentais de âmbito local se fez presente, com a circulação em conselhos de políticas públicas, conferências, fóruns e conselhos tutelares. Algumas entrevistadas enquanto servidoras públicas ou ocupando cargos públicos, descreveram atuações que revelam familiaridade com o funcionamento da máquina pública, em

especial, naquelas instâncias em que há interlocução direta entre a sociedade civil e o Estado, atuando na execução de políticas públicas na ponta.

Com intensa e mútua participação em organizações de movimentos sociais e associações relacionadas à defesa dos direitos humanos, em especial voltados à população LGBTI+, às pessoas com HIV/AIDS e às mulheres vítimas de violência doméstica, a Entrevistada C descreveu que a visibilidade e “legitimação” do seu trabalho nessas esferas contribuíram para alçar postos de trabalho em gabinetes parlamentares e frequentar espaços legislativos, como reuniões de comissões parlamentares e audiências públicas. Já a Entrevistada I, destaca seu envolvimento na arena governamental a nível do executivo. Orgulhosa do trabalho desempenhado enquanto presidenta do Conselho Municipal de Juventude, enfatizou a importância daquele espaço na sua trajetória política:

Uma experiência que eu tive aqui em [nome da cidade] que faz parte da minha história, foi que eu fui eleita presidenta do Conselho Municipal de Juventude do Município. Eu fiquei 2 anos. E essa participação ela foi muito fundamental, modéstia à parte, porque era o primeiro espaço que a gente tinha. E eu fui a primeira jovem, porque antes de mim, tinha pessoa que tinha quarenta e poucos anos, que era a Secretária de Juventude. E como existe uma negociação de passou um ano, a sociedade civil, passa outro ano, o governo, a gente não tinha esse acompanhamento. Então eu dei muitas palestras, eu trouxe um representante da Unesco para a cidade, pra lançar o ID jovem. A gente conseguiu garantir a primeira batalha de rap na cidade de [nome da cidade], com o apoio do Conselho (Entrevistada I, 2023).

Outro vínculo associativo registrado foi em relação aos partidos políticos. A filiação partidária foi unânime entre as pessoas entrevistadas e motivada por uma série de variáveis que se justapõem. Com exceção de uma das interlocutoras⁴³, todas as outras informaram que o PSOL foi a única agremiação à qual já estiveram filiadas. As entrevistadas ingressaram na legenda na última década, sendo: uma em 2014, três em 2015, uma em 2016, três em 2018 e

⁴³ A Entrevistada D sinalizou filiação anterior ao PT. A Entrevistada E esclareceu que esteve filiada, sem seu consentimento, ao Republicanos, mas que só tomou ciência disso quando foi ingressar no PSOL. A interlocutora desconsidera esse vínculo na constituição da sua trajetória política, e, por essa razão, a acompanhamos. “Eu, assim como várias pessoas aqui em [nome da cidade], acabou (sic) sendo filiada num outro partido sem saber. Acontecia muito esses movimentos aqui em [nome da cidade]. Não sei se aí na sua região acontece, mas eu vim saber que eu estava filiada num partido quando eu fui fazer a documentação para filiação no PSOL. Eu estava filiada num partido que se chama Republicanos, que não tem nada a ver com as pautas que eu defendo. Mas eu não fiz essa filiação de forma consciente. Alguém pegou os meus dados e me filiou. Eu nunca vi essa ficha de filiação. Nunca assinei uma ficha de filiação lá. Mas eu estava filiada a esse partido (...) eu fui filiada dessa forma, então é algo que eu não considero.” (Entrevistada E, 2023).

uma em 2020⁴⁴. Demarcamos esses marcos temporais em razão de algumas referências comuns à episódios da política nacional apontados como catalisadores da entrada no partido.

O ciclo de protestos de junho de 2013, por exemplo, foi um momento destacado, sobretudo, pelas pessoas entrevistadas mais jovens que vinham se dedicando, principalmente, à política extrainstitucional até então, junto a movimentos estudantis, coletivos universitários e organizações civis voltadas à juventude. Descrevendo seu itinerário universitário em conjunto com o processo que culminou na sua filiação ao PSOL, a Entrevistada B destacou que à época já existia certa proximidade com o partido e com o PT, mas ainda muito “incipiente”, o que motivou a não filiação naquele momento. A interlocutora que manifestou receio e titubeou quanto à decisão pela filiação, descreveu que as “mobilizações de junho de 2013 foram também muito decisivas para isso” e acrescentou: “com a efervescência desses temas acontecendo, a gente começou a literalmente ir para a rua e não fazer política só dentro da universidade. Ali que eu entendo que começou de fato, a minha trajetória de uma militância mais politizada, na verdade” (Entrevistada B, 2023). No caso dela, o veredito sobre a filiação foi confirmado com outros eventos posteriores, como a Operação Lava Jato, o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e o movimento #EleNão, também mencionados por outras pessoas entrevistadas como impulsionadores. Outras entrevistadas se identificaram como parte de uma geração autonomista ou “meio anarquista mesmo”, porém, diante de junho de 2013, sentiram a necessidade de se filiarem a um partido político devido à crença de que aquele seria um espaço de “militância organizada” para a disputa de um “projeto de poder”. Dentre essas, a Entrevistada A, em uma aparente incongruência, visto que já desfrutava de um trânsito intenso dentro do PSOL antes mesmo de sua filiação, descreveu que

Eu fazia parte dessa geração que não estava se organizando em partido, né? Uma geração autonomista e tudo mais. Mas eu sou convencida, depois de junho de 2013, que estava em disputa, o futuro do Brasil e que não existe a forma de construir isso, setorialmente, né? Tipo, eu, enquanto categoria, apenas estudante, vai dar certo? Não. Existe a necessidade de fazer parte de um programa para o Brasil, um projeto de poder. E aí que eu entendo o que é o partido, não é? E aí me filio ao PSOL. Nunca me filiei a outro partido. Sou filiada ao PSOL há quase uma década. Minha juventude inteira, eu estive no PSOL, né? Basicamente, dos 20 aos 31 anos. Eu me filiei em 2014, então devia ter uns 21. É, vai fazer 10 anos, né? O ano que vem. É uma trajetória pouco instável, entende? De muita estabilidade de convencimento (Entrevistada A, 2023).

⁴⁴ Válido registrar que, em média, as pessoas entrevistadas estão filiadas ao PSOL há aproximadamente dez anos, período superior àquele contabilizado para mais da metade do número total de filiações registradas pela legenda em 2022: 1 a 5 anos, 48,72% (107.498); 5 a 10 anos, 27,91% (61.571); mais de 10 anos 21,79% (48.070); e, menos de 1 ano 1,58% (3.493) (Brasil, 2023g).

O assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018 foi indicado como fator influente na filiação. Algumas entrevistadas descreveram o compartilhamento de características sociais e afinidades político-ideológicas, além da inspiração trazida pela trajetória política da parlamentar, condizente ao que a literatura nomeou como efeito “sementes de Marielle” (Rodrigues; Abreu, 2019; Rodrigues; Freitas, 2021; Campos; Matos, 2023).

E a morte da Marielle, o assassinato dela, cruel e covarde, trouxe para mim uma mensagem. A morte da Marielle não poderia ser em vão. Outras mulheres negras vão precisar se levantar para levar o legado de Marielle. Outras mulheres negras em todo o Brasil tomaram aquele acontecimento como uma força, como ao que nos impulsionou a disputar esse espaço [em referência aos partidos políticos], porque o recado que quiseram dar para a gente é (sic): “nós não queremos mulheres pretas, nós não queremos mulheres combativas, nós não queremos mulheres periféricas nesses espaços, questionando o status quo que aqui está, questionando o machismo, questionando, né?” (...) A morte da Marielle trouxe esse impulsionamento, essa virada de chave para que eu tomasse a decisão de colocar o meu nome à disposição. No final daquele ano [2018] então eu me filiei ao PSOL (Entrevistada E, 2023).

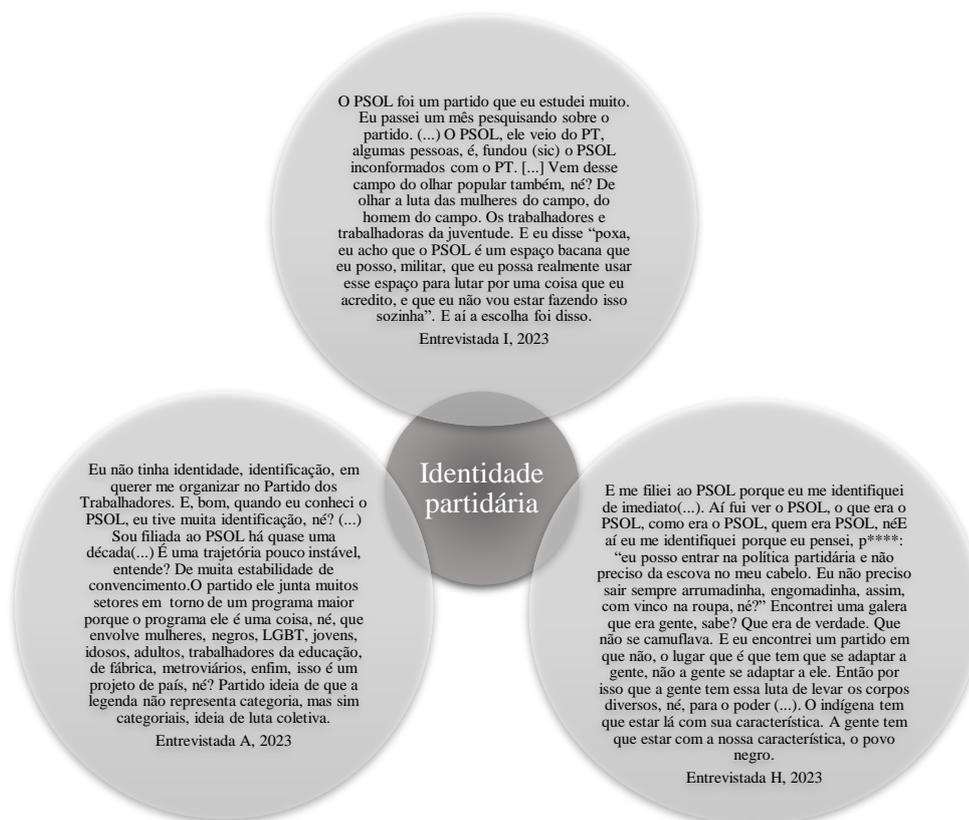
Além da influência desses acontecimentos históricos para a filiação ao PSOL foram identificadas outras motivações, discutidas com frequência pelos estudos sobre o comportamento eleitoral (Braga; Speck, 2021). Dentre essas, destacamos as motivações instrumentais, como: a intenção de integrar disputas eleitorais; o apoio a candidaturas no processo de seleção interna do partido; a influência advinda do trabalho em gabinetes de parlamentares da legenda; ou ainda a proximidade com algum cabo eleitoral, entre pessoas candidatas ou já eleitas. Também foram identificadas motivações tradicionais, como o recrutamento por amigos ou heranças do envolvimento familiar com partidos, em específico o PT, apontado com maior recorrência⁴⁵. Nesse ponto é interessante pontuar que muitas interlocutoras partiram das “insuficiências” e “limitações” reconhecidas nos governos do PT a nível federal, para justificar a aproximação ao PSOL como uma “alternativa de esquerda”, remetendo, inclusive, ao processo histórico de fundação desta legenda como dissidência daquela. Todavia, as motivações políticas em termos do compartilhamento de convicções ideológicas e do alinhamento programático com a agremiação, também conceitualizada como identidade partidária⁴⁶ (Oliveira, 2016), se sobrepõem nos relatos das entrevistadas (Figura 8).

⁴⁵ Além do PT, foi mencionado somente o PSTU.

⁴⁶ Remetemos ao conceito de identificação partidária como produto do resultado da socialização política e que representa um conjunto de predisposições políticas e atitudes básicas em relação aos partidos políticos que são resistentes a influências conjunturais, como convicções ideológicas e o apreço pela convivência e atividades da vida partidária.

A defesa de grupos minorizados e o apoio às lutas sociais foram os aspectos mais mencionados e que de fato, se destacam no estatuto e programa partidários⁴⁷ (PSOL, 2018; PSOL, s.d). Para a Entrevista A, o PSOL “junta muitos setores em torno de um programa maior, porque o programa ele é uma coisa, né, que envolve mulheres, negros, LGBT, jovens, idosos, adultos, trabalhadores da educação, de fábrica, metroviários, enfim, isso é um projeto de país, né?”. Nesse ponto, também a organização interna do partido numa orientação mais descentralizada por meio de tendências⁴⁸ foi apontada como elemento diferencial. “[O PSOL] É uma grande colcha de retalhos de várias lutas” o que contribui para conferir maior permeabilidade aos movimentos sociais, coletivos, sindicatos e outras organizações (Entrevistada F, 2023).

Figura 8 - Identidade partidária no relato das pessoas entrevistadas



Fonte: Elaboração própria

⁴⁷ A título exemplificativo, no texto estatutário consta dentre os objetivos do partido: “Coerente com o seu Programa, o Partido SOCIALISMO E LIBERDADE é solidário a todas as lutas dos trabalhadores do mundo que visem à construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, incluindo as lutas das minorias, nações e povos oprimidos” (PSOL, 2018, p.1).

⁴⁸ O PSOL é um partido de tendências internas, as quais se organizam de forma autônoma “a partir de posições comuns no cotidiano da militância” (PSOL, 2018, p.29). Adentraremos com maior detalhe na discussão da organização partidária na seção seguinte.

As pessoas entrevistadas revelaram intensa atividade intrapartidária, com a participação em congressos, plenárias e convenções, com a contribuição para a elaboração de teses, bem como com a coordenação de formações e seminários. Além disso, apesar das distintas entradas e acessos à estrutura interna do PSOL em âmbito nacional, regionais, estaduais e municipais, a ocupação de cargos na burocracia do partido, seja na atualidade ou em perspectiva histórica, foi destaque. Três pessoas entrevistadas se declararam ocupando a presidência municipal do partido, outras três declaram participar da direção interna de tendências. Acumulando posições diferentes na agremiação, a Entrevistada C ressalta a importância da representatividade nessas instâncias intrapartidárias:

Eu faço parte da direção interna [da tendência], né? (...) Era da Comissão de Ética, era de direção regional. Já fui dirigente, de assuntos, de temas, né? De setoriais, seja o setor LGBT, seja setorial de negritude. Participei ativamente já de 3 congressos do PSOL. E agora estou com cadeira no Comitê Central, né, da corrente. Então tenho essa parte, né, de direção partidária mesmo que não é muito foco, inclusive, da imprensa e tal, de explorar esse assunto. E também não é muito mais meu foco dichavar (sic) esse assunto, mas eu acho importantíssimo, porque poucas pessoas trans ocupam esses espaços que eu ocupo (Entrevistada C, 2023)

Também foram apontados o envolvimento para a criação de estruturas, como setoriais e núcleos, frequentemente estimulados por pautas e temáticas sobre as quais já se empenhavam em movimentos, coletivos e outras organizações. Conscientes da importância disso para a construção de suas trajetórias partidárias, as entrevistadas assimilaram também esses elementos ora como formas de disputa, ora como formas de construção do PSOL, como perceptível na fala da Entrevistada C acima destacada. Essas presenças e influências foram ainda, apontadas enquanto formas de reparação histórica, já que estiveram associadas a participação e permanência de grupos minorizados em instâncias internas do partido. Ainda, duas entrevistadas informaram a contribuição no processo de constituição de tendências estaduais da agremiação, além da atividade junto a tendências nacionais.

Por fim, outro fato comum à trajetória política das pessoas entrevistadas foi a disputa eleitoral anterior à 2022. Todas já haviam participado de candidaturas lançadas pelo PSOL, dentre legislativas, nas modalidades coletivas e tradicional a níveis estaduais e municipais, além de uma candidatura ao executivo municipal. Apesar desse trânsito prévio na arena eleitoral, identificamos certa indisposição ou quando menos, desafeição com o desenvolvimento de uma

carreira política⁴⁹. “Posso falar por mim, mas acho que nenhuma de nós [grupo de cocandidatas] tinha objetivo, tipo um objetivo profissional de ser deputada, por exemplo”, revelou a Entrevistada B. Nos relatos isso aparece por diversas razões, sendo mais recorrentes as dificuldades de combinação entre a participação política institucional com os espaços da vida privada, como: os obstáculos financeiros, já que o afastamento do emprego é frequente quando das candidaturas; a indisponibilidade de tempo para relações afetivas e a solidão; e a maternidade. Somam-se a essas razões: o “trauma” e “cansaço” envolvidos na candidatura ou no exercício de mandatos, motivados pelas violências físicas e simbólicas vivenciadas na política institucional; a predileção pelas formas de ação coletiva extrainstitucionais; ou, no limite, a não aspiração de cargos políticos.

Além disso, na descrição dos percursos de candidatura e campanha eleitorais e do exercício de mandatos prévios, foi possível perceber contornos da retórica da “renovação” em oposição à “velha política”. Isso se deu em referências à ausência de apadrinhamento político, ao reduzido acesso e apoio da legenda na distribuição de recursos partidários e às práticas e condutas políticas, por exemplo. Repercutindo diferentes experiências de candidaturas coletivas lançadas em 2020 as Entrevistadas E e F, compartilham narrativas semelhantes, sendo perceptível a produção de um significado antagônico, entre um “nós” e “eles”:

A gente foi uma surpresa, uma zebra, né, como muitos diziam, porque na verdade não davam nada pela nossa candidatura. E se a gente for olhar aquilo que a gente chama de velha política, aquela forma de fazer política, que é que é sempre no toma lá dá cá, né? Aqui em [nome da cidade] existe muito. Os candidatos a vereadores se colam a figura do candidato a prefeito A ou B e se elegem baseados nisso, né? No apoio incondicional a essas figuras, que foi o que a gente não fez. (...) Inclusive, em 2020, nós não apoiamos nem o candidato que saiu para prefeito na nossa própria chapa, porque, como eu disse, o partido estava muito ainda desorganizado e a gente não concordava com aquela figura. (...) Mas enfim, a gente ficou tentando fazer uma campanha que fosse muito mais coerente com a política que a gente apresentava. E aqui as pessoas se elegem muito fazendo, copiando a forma do outro de agir. Fazendo festinha no Dia das Crianças, fazendo uma festinha no Dia das Mães, né? Infelizmente, corrompendo o sistema de saúde para colocar pessoas na frente, porque eles têm acesso através dos acordos que eles fazem (Entrevista E, 2023).

Porque o mandato coletivo ele veio para barrar a compra de voto, essa é a verdade. A gente veio para barrar esse sistema da velha política que faz com que fulaninho, gaste R\$200 mil comprando voto se eleja, e a gente que não compra voto não elege. Então, o mandato coletivo, ele veio para garantir com

⁴⁹ Esse ponto coexistiu com a intenção de permanecer na arena eleitoral, sendo que seis pessoas entrevistadas informaram estar disponíveis para integrar o pleito municipal em 2024, algumas, inclusive, se apresentaram enquanto pré-candidatas.

que os movimentos sociais também tivessem vez e voz. Porque a gente é um instrumento. Quando a gente entra naquela casa, a gente passa a entender como é que funciona as coisas. E dá muito nojo. Dá muito nojo. Porque não é com o dinheiro que eles se preocupam. Não é com o dinheiro. A velha política ela quer se beneficiar com o poder. Porque o poder para eles é o que vai garantir dinheiro e tantas outras coisas. É o poder que eles querem. **No mandato coletivo, sabe o que a gente quer? A gente quer que os movimentos sociais sejam ouvidos** (Entrevistada F, 2023, grifo nosso).

Assim, corroborando e fortalecendo os achados anteriores relativos ao mapeamento do Instagram, esse quadro em que apresentamos a trajetória política das pessoas entrevistadas revela a interconexão de vários vínculos associativos, os quais guardam influências e interações recíprocas. Essa rede opera como fonte de capital político e contribui para o reconhecimento dessas pessoas tanto em espaços extrainstitucionais, quanto institucionais, como foi o caso PSOL. Com isso em mente, passamos a observação detidamente das candidaturas coletivas. Afinal, quais são as dinâmicas e estratégias presentes nessas candidaturas no que se refere à interação entre movimentos sociais e o PSOL?

4.2.2 Candidaturas coletivas entre encontros e desencontros: dinâmicas e estratégias dos movimentos sociais e o PSOL

De antemão, entendemos ser fundamental circunscrever a leitura das pessoas entrevistadas sobre as candidaturas coletivas. Se, por um lado, há na literatura a coexistência de vários conceitos, nos relatos das interlocutoras a questão conceitual foi praticamente uníssona. Mesmo amalgamadas com o conceito de mandato coletivo, conforme identificamos nos conteúdos divulgados no Instagram, as candidaturas coletivas são entendidas como formas de acesso à disputa eleitoral de cargos parlamentares por grupos minorizados pela política institucional, em especial mulheres e pessoas negras. Assim, o ideário da representatividade e da representação interseccional (Campos; Matos, 2023) foi predominante. Trata-se de um conceito de orientação normativa, guiado por questões de fundo afetas à justiça social, sendo também observados alguns atributos predominantes, sistematizados no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 - Atributos das candidaturas coletivas segundo os relatos das pessoas entrevistadas

Atributo	Especificação	Discursos
Despersonalização	A ênfase está no grupo de pessoas que integram a candidatura, inexistindo distinções entre cocandidatas; destaque para “o que” buscaram representar, ou seja, ideias, pautas e bandeiras, em detrimento de personalidades	<p>“De alguma forma, isso ajuda a responder uma insatisfação social hoje, que é todo mundo cansado dessas personalidades intocáveis fazendo o parlamento uma coisa estrelista (sic)” – Entrevistada A</p> <p>“Que a marca [nome da candidatura], enquanto o mandato coletivo seja maior do que cada uma de nós individualmente. Assim, então, é em muitos espaços as pessoas não nos reconhecem individualmente, mas conhecem o trabalho que a gente tem feito assim, né?” – Entrevistada B</p> <p>“(…) [é possível] acompanhar melhor as nossas bases de atuação, as lutas sociais, as frentes. Estar em mais lugares e as pessoas não acham que foi um assessor que não vai encaminhar ou que ela está sendo desprestigiada pelo parlamentar. Ela entende que aquelas pessoas vão conseguir encaminhar também as coisas, sabe? Porque é um mandato compartilhado, não é só a presença da entidade parlamentar que vai fazer com que aquela ferramenta seja útil para a sua luta.” – Entrevistada A</p> <p>“E nossa proposta era que as pessoas cheguem no gabinete e não tenham que ficar esperando eu estar à disposição delas lá naquele momento. Elas vão poder falar com qualquer uma que estava trabalhando no mandato realmente e dizer que conversou com a vereadora, que era a mesma coisa que está conversando com a vereadora. Ela não era simplesmente minha assessora, ela seria alguém com voz, né? Para poder atender de igual para igual, uma pessoa dentro do gabinete”- – Entrevistada E</p> <p>“Fora isso, tem uma coisa muito positiva no mandato coletivo que é a divisão das pautas. A gente consegue estar, Deus me perdoe, quase que onipresente. Porque tem uma coisa ali pra ir, uma agenda ali, vai uma, ali vai outra. Aí juntas estamos em 5 lugares ao mesmo tempo” – Entrevistada H</p>
Aproximação e julgamento pelo eleitorado	Estreitamento dos vínculos no relacionamento representativo entre mandatários e eleitorado, reforçando a “autorização” e a “accountability”	“(…) [a candidatura coletiva] ajuda nessa compreensão, né, da cobrança pública. Uma bancada coletiva está muito mais exposta ao julgamento da esfera pública e da cobrança permanente, né? Então eu acho que isso é superinteressante porque às vezes um parlamentar é eleito, ele demite todo mundo, você nem fica sabendo o que ele demitiu aquelas pessoas que ajudaram a construir a campanha que você acreditava. Então, de repente se muda e tal.

Atributo	Especificação	Discursos
Representatividade	Acesso de grupos marginalizados pela política institucional às instâncias de poder (partidos e parlamentos)	<p>Então acho que blinda um pouco mais os parlamentares de esquerda das disputas que o parlamento burguês exerce sobre os quadros políticos (...) – Entrevistada A</p> <p>“Porque o sistema político institucional não é feito pra gente, né? Não é feito para nós. É feito por e para é os homens brancos de direita, então é isso. É muito difícil, é as pessoas chegarem sozinhas lá. Então acho que é uma essa ferramenta é muito importante para aumentar, uma representatividade mesmo.” – Entrevistada B</p> <p>“As candidaturas coletivas são, sobretudo, um espaço das mulheres, das mulheres negras, porque é uma forma que a gente tem de driblar toda conjuntura desfavorável para a gente de estar nos lugares. (...) “E as candidaturas coletivas era uma possibilidade de fratura nesse lugar fechado. Eu falo que é a Bancada do acaju, sempre homem, branco, com cabelo de acaju.” - Entrevistada F</p> <p>“Então, assim, a candidatura coletiva é um meio também de democratizar a política. Porque é assim, você entra, você não entra você sozinho, você entra junto com aquelas figuras que muitas vezes não vai tá (sic) nesses espaço (sic), sabe? Da decisão. Nesses espaço (sic) de poder.” – Entrevistada G</p> <p>“Ele veio para garantir que nós, que estamos à margem, né, da riqueza, a gente que não é filha de... neta de... a gente que não tem parente na política, a gente que não compra o voto, pra gente é muito mais difícil a gente ganhar uma eleição sozinha, individual. Então o modelo de mandatos coletivo de forma coletiva, a gente consegue garantir que essas vozes, essas representações das mulheres negras, indígenas, quilombolas, jovens do campo da cidade, pessoas com deficiência, LGBTs, que a gente consiga entrar nesse espaço de poder e de decisão” – Entrevista H</p> <p>“(...) as candidaturas coletivas elas têm sido um instrumento muito potente das mulheres negras, sobretudo, e das pessoas LGBTs para ingressarem nos espaços que são muito difíceis de ingressar sozinha – Entrevistada C</p>
Projeto político	Candidaturas coletivas como espaço de formação e apoio, parte de um projeto político mais amplo e suprapartidário, que envolve diretamente movimentos sociais	<p>“Na nossa visão, a [nome da candidatura], ela ajuda a expor um projeto político acima da representação” – Entrevistada A</p> <p>“Então o projeto [nome da candidatura], ele visa a emancipação política dessas mulheres. A que a gente não quer que essas mulheres fiquem presas ao mandato até o final desse</p>

Atributo	Especificação	Discursos
		<p>mandato, né? Nós queremos que essas mulheres alcancem é emancipação política nos seus territórios. Então a gente está fazendo agora um movimento de garantir que essas mulheres consigam ser eleitas nas suas cidades, né?” – Entrevistada E</p> <p>“O diferencial, né, de ter várias pessoas de diferente, de diferentes motes, né? Então, assim. Todas as lutas são legítimas, mas quando essas lutas se confluem dentro de um projeto coletivo, se torna muito mais forte, porque a gente está defendendo várias bandeiras, né?” – Entrevistada G</p> <p>E aí, assim, a gente vai criando fraturas e a candidatura coletiva era uma possibilidade dessa, sabe? De movimento se organizar com mais pessoas, cooptar mais votos” - Entrevistada F</p>
Solidariedade	A luta coletiva ajuda a construir o reconhecimento intersubjetivo através do afeto, cuidado, estima e apoio mútuos, contribuindo para a partilha de uma identidade coletiva.	<p>“Então para mim foi muito importante que fosse uma candidatura coletiva, de fato, porque ainda que eu tenha, não sempre, mas tenho vontade, acho que eu tenho algumas habilidades que me ajudam, ainda sou insegura. Não só, mas também por ter pouca experiência e ser coletivo foi decisivo, porque eu acho que eu não toparia sozinha.” - Entrevistada B</p> <p>“Certamente, se não fosse essa proposta coletiva, eu acho que eu não viria candidata sozinha. Porque como eu falei é muito complicado a gente colocar o nosso nome de forma individual, sendo uma candidata fora desses padrões, de ter milhões de reais para gastar numa candidatura e você poder pagar pessoas que vão te ajudar”. – Entrevistada E</p> <p>“A união dessas mulheres trouxe também uma garantia de ter apoio, sabe da gente saber que é tendo sucesso ou não tendo sucesso, a gente estaria sendo apoiada uma pelas outras, né?” – Entrevistada E</p>

Fonte: Elaboração própria

Atentos aos objetivos deste trabalho, cumpre explorar também a percepção das interlocutoras sobre o PSOL, sobre a qual observamos três padrões principais que ora apareceram de forma isolada e ora imbrincada. Em menor escala, a percepção do partido como *barreira*, não na perspectiva de negá-lo, mas de reconhecer situações que evidenciam limites e sujeições da vida partidária. Isso ficou manifesto com a defesa de candidaturas avulsas, as dificuldades de interação com outras legendas, como o apoio a candidaturas lançadas por outros partidos, além de relatos que destacam hierarquização, desigualdades e opressões em termos de gênero, raça e sexualidade dentro do partido. Também identificamos a percepção do partido como *meio*, atribuindo certa instrumentalidade à relação com o PSOL. Nesses casos, a necessidade procedimental de estar na agremiação para ter acesso à recursos materiais (financeiros, humanos, infraestrutura de campanha) e imateriais (acesso à arena eleitoral, reconhecimento e visibilidade entre pares, projeção de um projeto político) se sobrepõem. O terceiro e mais recorrente padrão se refere à percepção do partido como *aliado*. O convencimento sobre a importância do partido para a democracia, em termos do democratismo⁵⁰ na competição eleitoral, da “organização da militância” existente em outras bases associativas, e, principalmente, da recepção de um “projeto político coletivo”, atribuíram ao relacionamento PSOL um status diferenciado de parceria e colaboração. Somam-se a isso, qualificações atribuídas ao partido como um espaço de acolhimento, em que se desenvolvem dinâmicas afetivas e comunitárias.

Repercutindo essas percepções, foram sinalizadas estratégias de *disputa e construção* do partido⁵¹ por parte dos movimentos sociais e outras organizações de engajamento associativo. Essas estratégias operam, amiúde, de forma simultânea, pois ao passo que tensionam, desafiam ou provocam estruturas intrapartidárias, também apresentam alternativas, preferências e propostas com o intuito de provocar mudanças organizacionais na legenda. Tais estratégias revelaram contornos da interação de movimentos sociais e outras organizações com o PSOL, demonstrando a busca pelo estabelecimento e ampliação de influências e a defesa de suas demandas junto à legenda. A participação em instâncias temáticas, como os setoriais e os núcleos, vinculadas a pautas e demandas assumidas nesses espaços de militância que integram ou que já integraram foi mencionada. No mesmo sentido, também a criação de instâncias internas do partido esteve presente nos relatos. Defensora da pauta antirracista e acumulando

⁵⁰ A Entrevistada C usou esse termo para descrever o compromisso do PSOL com acesso de grupos minorizados à competição eleitoral.

⁵¹ Essas terminologias foram empregadas pelas próprias pessoas entrevistadas, inclusive, sendo atribuídos significados já explorados pela literatura (Rodrigues; Pereira, 2022; Pereira, M., 2022)

vínculos em diversos espaços em prol dessa pauta, para a Entrevistada F o fortalecimento da negritude, especificamente, das mulheres negras seria “uma condição inegociável”. No PSOL isso não seria diferente. Sendo assim, ela descreve o esforço depreendido para a criação de Núcleo temático, caracterizando esse processo como uma construção.

(...) é preciso estar mais perto, entender mais agora a lógica interna, ajudar a construir, incidir internamente pra isso reverberar em candidatura, né? Porque chegar no partido só para candidatura é uma relação que não é produtiva para [nenhum d]os dois lados: nem para candidatura, que chega aos 45 do segundo tempo, nem pro partido que precisa que as pautas apareçam nos outros períodos, que não são o período eleitoral, sabe? (...) Tem que frequentar os espaços internos, dando formação e sendo formada também.

(...) a gente também descobriu que a gente precisa construir, o próprio PSOL. Então, primeiramente, a gente vai quase que numa postura utilitarista: “Ah, vamos ocupar o partido para fazer o nosso corre”. Depois a gente entende que não é só. A gente precisa construir aquele espaço, atrair pessoas para construir, para oxigenar. Quanto mais diversidade ele tiver, melhor para ele e para a democracia. Então a gente vai também amadurecendo a nossa postura interna e a nossa percepção política partidária. Eu, individualmente, né? E dentro disso tudo eu vou radicalizando a minha postura, da condição inegociável de fortalecer a negritude. Isso hoje pra mim, se antes eu tinha uma postura que vamos fortalecer as mulheres, vamos fortalecer as mulheres negras... hoje, é inegociável: vamos fortalecer as mulheres negras. Depois a gente vê as mulheres brancas. É vamos fortalecer as mulheres indígenas, depois a gente vê as outras pessoas.

(...)

E a gente nessa tentativa de estar nesse lugar [PSOL], entender como ele funciona e incidir positivamente, cria um Núcleo que é o Núcleo de Negros, Negras e Indígenas. E a gente começa a fazer reuniões, pautar, a tentar entender como que é a dinâmica partidária, porque ela tem uma burocracia própria. A própria burocracia burguesa, né, pra fazer a manutenção do seus. E aí a gente começa a se organizar ali e tentar fortalecer pela negritude esse partido (Entrevistada F, 2023)

Além disso, a própria acolhida de candidaturas coletivas foi indicada como estratégia de construção do PSOL. Isso porque desencadeou uma série de posicionamentos, dentre públicos, como notas oficiais da legenda em defesa dessa modalidade de candidatura e dos mandatos coletivos – e aqueles de alcance interno, a nível intrapartidário, como o a priorização na distribuição de recursos em campanha, por exemplo. Nos relatos de entrevistadas oriundas de duas candidaturas, coube o destaque para o fato de os “projetos políticos” originaram essas candidaturas coletivas germinaram em ambientes extrainstitucionais e que, inclusive, transcendem e não se limitam às fronteiras do partido. A Entrevistada F é categórica em relação a isso, afirmando que “o CNJP não nos limita”, ao encontro do que informou a Entrevistada D que assim descreveu a introdução do projeto coletivo no PSOL: “Então assim a gente falava

(...) vamos construir agora o partido por dentro, a gente vai construir pela tendência, mas o [nome da candidatura] é apartidário porque é um projeto separado”.

Interessante apontar que essa influência foi mútua, já que também a atividade da agremiação, referenciada por suas tendências, importou na criação e/ou presença em movimentos, coletivos e outras organizações. É o caso do coletivo Juntos, um coletivo da juventude e o Juntas, um coletivo feminista, ambos impulsionados pelo Movimento Esquerda Socialista (MES), tendência do PSOL. Nessa mesma linha, exemplificando tal processo a partir da atuação da tendência a qual está vinculada, a Entrevistada A situa o movimento RUA - Juventude Anticapitalista, impulsionado pelo movimento estudantil e juvenil e que nasce na Insurgência, outra tendência do partido. A interlocutora acrescenta que

O PSOL é um partido de tendências, né? Essa tendência que impulsiona o RUA, essa tendência ajuda a construir o MNU. (...)A mesma leitura de disputa da estrutura do partido é que disputa não só as eleições, mas que disputa congressos da UNE, junto congressos sindicais, que estão nas ruas, construindo a Frente Povo Sem Medo, enfim. São organizações que atuam de forma conjunta ali dentro de unidade de ação a nível nacional em vários espaços da luta de classes (Entrevistada A, 2023).

Fato é que as especificidades da organização interna do PSOL foram recorrentemente mobilizadas pelas pessoas entrevistadas para descrever essas interações entre o partido e os movimentos sociais e/ou outras organizações de engajamento associativo. A “horizontalidade”, e “autonomia” existentes no partido⁵² corporificadas por meio das tendências, aparecem como aspectos que facilitaram ou mesmo viabilizaram as candidaturas coletivas. Sobre as tendências, há no Estatuto do PSOL um capítulo próprio, o qual transcrevemos:

Art. 116 - A prerrogativa de constituição das tendências partidárias é fruto da concepção de Partido e sociedade acumulados na formação deste Partido, estando, assim, garantido aos militantes que coletivamente decidam organizar-se para defender posições e teses nos Congressos e fóruns partidários contribuir na elaboração teórica do Partido SOCIALISMO E LIBERDADE, atuar a partir de posições comuns no cotidiano da militância, organizarem-se em tendências.

§ 1º As tendências poderão constituir-se a qualquer tempo em âmbito municipal, estadual ou nacional, devendo ser comunicado ao respectivo organismo dirigente e ao Diretório Nacional;

⁵² Em referência a termos identificados pelas interlocutoras: “A gente sabe da trajetória da própria origem do PSOL que, né, tem mais esse desenho horizontalizado, da confluência das lutas e tudo mais.” (Entrevistada B, 2023); “O partido não faz com que a gente deixe de ter autonomia enquanto o movimento social. Como eu disse, né, o partido é mais um instrumento que a gente pode estar contando como luta para estar dentro desses espaços que a gente não tem” (Entrevistada G, 2023).

§ 2ª Está garantida às tendências a expressão de suas posições nos órgãos de imprensa internos do Partido;

§ 3º As tendências organizam-se livremente, sem nenhum controle ou ingerência das direções do Partido, com a condição de não se contraporem aos fóruns e reuniões dos organismos do Partido.

§ 4º A constituição e definições políticas das tendências estão submetidas aos princípios programáticos do Partido SOCIALISMO E LIBERDADE.

Resta evidente que as tendências dispõem de um locus privilegiado na organização interna do partido, sugerindo, também que são percebidas como uma manifestação legítima da diversidade de ideias e opiniões, operando como agentes de debate, organização e contribuição teórica dentro do PSOL. A imprecisão desses dispositivos aponta para múltiplas configurações possíveis para a formação e a operação dessas tendências. Grosso modo, se constituem como espaços de disputa das esferas decisórias da agremiação partidária por seus militantes, permitindo, ainda, uma ampla diversidade ideológica. Estas experiências organizacionais da militância ganham expressão a partir das manifestações de junho de 2013 e se estruturam pela busca da horizontalidade, autonomia, colaboração e participação, em detrimento da hierarquia, burocracia e personalização presentes nas instituições representativas tradicionais.

Observando a organização e estrutura interna do PSOL, Gentil (2018) concede especial atenção às tendências, sob o argumento de que elas detêm um papel central nos espaços decisórios. Para o autor, “a maioria das decisões de políticas para o partido (para não afirmar todas)” são decididas pelas tendências, a despeito da coexistência de núcleos e setoriais (Gentil, 2018, p.124). Sobre o que o numeroso quantitativo de tendências existentes, argumenta que esse espaço interno “parece ser a representação principal dos militantes, deixando a unidade do PSOL em segunda instância. Pode-se dizer que o PSOL parece abrigar uma série de outras organizações, funcionando como um “guarda-chuva” de pequenas instituições políticas” (Gentil, 2018, p.27). Essa qualificação, inclusive, foi compartilhada por várias pessoas entrevistadas que utilizaram esse e outros termos correlatos, como “grande colcha de retalhos”, “partido, partido”⁵³ em referência às tendências no partido. Movimentos sociais e outras organizações de engajamento associativo também constituem, organizam ou influenciam essas tendências. No entanto, segundo Gentil (2018) é o componente etário que se destaca em muitas

⁵³ Essa percepção de que as tendências atuam como micropartidos já foi apontada, inclusive, pelos dirigentes do partido. Em entrevista concedida para Gentil (2018, p.134) em 2018, Milton Temer, fundador do PSOL e quadro histórico do PT, argumenta que “As tendências acabam sendo vários partidos. O problema está no estatuto do partido. O PT resolveu isso logo em 1988, quando limitou a atuação das tendências controlando esse processo. Nós ainda não conseguimos agir da mesma forma. A livre a atuação deixa o partido vulnerável, muitas vezes com problemas graves na sua atuação.” Também expoentes parlamentares já filiados ao PSOL, como Marielle Franco e Marcelo Freixo, teceram críticas a essa organização interna via tendências (Gentil, 2018, p. 134)

dessas instâncias, ocupadas normalmente por jovens militantes com vínculos universitários e secundaristas que se organizam em coletivos. Foi o caso da Entrevistada B, a mais jovem dentre as pessoas entrevistadas, que conheceu a tendência que integra atualmente em um evento no campus da universidade. Titubeando sobre a filiação ao PSOL em outros momentos, se viu “decidida” quando participou da reunião de um coletivo ligado à tendência:

E aí, acho que na primeira reunião, quando falaram que era pressuposto para entrar no coletivo se filiar ao PSOL, eu lembro de ficar meio receosa, ainda. Mas depois eu entendi que fazia muito sentido e me filiei. Entrei assim, de cabeça. Mas foi só nesse momento que eu estava, tipo, preciso me organizar. Vou entrar no PSOL, vou entrar nesse coletivo porque eu acredito que esse é o caminho, é essa trajetória que eu quero seguir (Entrevistada B, 2023).

No caso das candidaturas coletivas estudadas, como já sinalizamos, as tendências foram cruciais, por várias razões. Algumas entrevistadas relataram que essa característica da organização interna do PSOL tornam a legenda mais permeável à recepção e apoio desses arranjos coletivos para disputas eleitorais, dada a estrutura horizontalizada e descentralizada do partido. A Entrevistada B explicita esse entendimento, expondo que

O PSOL tem essa característica de ser um partido de tendências. Então, já é pressuposto que dentro do PSOL a gente vai ter bastante, explicitamente, divergências. Mas a ideia é que a gente continue atuando em conjunto no grande guarda-chuva do partido. Então eu acho que é mais fácil você colocar essa estrutura coletiva [em referência à candidatura coletiva] dentro de um partido como o PSOL. Até porque, e aí também, pensando na [nome da candidatura coletiva], é mais fácil que a gente tenha representações dessas tendências internas numa candidatura. Então, para além de se acreditar numa atuação conjunta e coletiva, é também mais fácil, né, você atuar conjuntamente do que separar? **Então eu acho que reflete muito essa estrutura do PSOL, as candidaturas coletivas. E pelo perfil do partido, mesmo de ser mais jovem.** Eu acho que esse componente etário é muito relevante. (Entrevistada B, 2023).

Refletindo sobre a adesão de outras legendas do espectro ideológico da esquerda, sobretudo, o PT, algumas interlocutoras apontaram dificuldades associadas a características organizacionais, como a hierarquia e centralização decisória, aspectos que atravancariam a recepção de candidaturas coletivas, por exemplo. Algumas entrevistadas acrescentaram ainda o “esvaziamento do sentido” dessas modalidades de candidaturas que, no limite, configurariam simplesmente como mecanismos eleitorais. Ex-petista, a Entrevistada D comparou sua experiência junto as duas agremiações, argumentando que o PT é um partido muito “formatado”. “Pra você entrar, tinha que ser o jogo deles. E no PSOL a gente tinha a

possibilidade de construir a nossa forma. Tipo assim, igual a primeira [candidatura], a gente não era de corrente nenhuma e tava (sic) tudo certo. No PT você tem que se aliar a alguém”. (Entrevistada D, 2023).

As nove cocandidatas entrevistadas se identificaram como integrantes de seis tendências, quais sejam: Resistência, Insurgência, Subverta, Primavera Socialista, Movimento Esquerda Socialista e Revolução Solidária⁵⁴. Foi possível perceber diferentes níveis de engajamento e influência dessas tendências no que se refere às candidaturas coletivas que aqui denominamos operacional, tático e estratégico.

Em nível operacional, as tendências apareceram como financiadoras das campanhas eleitorais a partir do manuseio de recursos do fundo partidário e do fundo eleitoral. Descrevendo a experiência de pré-campanha em 2022, a Entrevistada D apontou uma série de dificuldades financeiras enfrentadas por uma companheira da chapa coletiva que não estava vinculada a nenhuma tendência e que, portanto, não contava com o aporte para financiar a participação em caravanas e outros eventos similares. Como já havia encarado situação semelhante em outra candidatura coletiva anteriormente disputada no PSOL, não pertencendo a nenhuma tendência, a interlocutora relatou o aprendizado adquirido por ela e sua parceira de chapa:

A gente viu que nesse jogo político (se) você não tiver um aliado, se você não tiver ligado a alguma corrente política, você não vai conseguir sobressair. Na eleição de vereador, a tendência que é a Primavera [Socialista], que é que a gente está hoje, que a gente compõe, elas [a tendência] fizeram uma proposta para nós, para a gente ter uma candidatura prioritária. A gente não quis. “Não, nós vamos por nós mesmos, não queremos ser amarrada (sic) a nada”. E na outra eleição [2022], já nessas conversas, elas [a tendência] conversam com a gente de novo. Falei: “Ó, a gente vai sair candidato (sic)”. E a gente faz várias conversas, várias conversas pequenas e chega nesse entendimento da gente entrar para a corrente.

(...)

Porque a gente teve o suporte do partido, teve suporte da corrente. A gente teve recursos, mas [nome concandidata] não era da corrente. Ela fala assim, “eu continuo, mas eu não vou ser da corrente. Eu vou construir, mas eu não vou entrar para a corrente. Mas eu posso namorar a corrente”. (...) A gente tinha vários problemas. Tipo assim, a gente conseguia passagem para viagem, a [nome concandidata] não tinha condições de conseguir porque ela não era vinculada. Antes da campanha, antes de a gente receber recursos de campanha. Quando a gente tinha recebido só recurso da Primavera [Socialista], ela não podia. Então, tipo assim, a gente conseguia dinheiro para uma viagem. Como a gente estava na projeção no estado, então, assim a gente estava viajando no estado inteiro. E [nome concandidata] a gente tinha que fazer vaquinha, fazer tudo para a [nome concandidata] ir. A [nome concandidata] sempre ia, mas a

⁵⁴ Dado o alcance pretendido com os objetivos deste trabalho, não adentraremos em explorar especificidades de cada uma delas. Suficiente apontar que são organizações com tamanhos (em termos do número de integrantes) e correlação de força interna distintos (Arcary, 2023).

maioria das vezes, assim, o partido, a corrente não bancava (sic) porque ela não era orgânica. (Entrevistada D, 2023).

Em nível tático, identificamos a vinculação ou compartilhamento das pautas defendidas por movimentos sociais e outras organizações de engajamento associativo que constituem ou orbitam as tendências. Se identificando como “ativistas” e “militantes” seja de causas, seja de organizações (movimentos e coletivos, principalmente), fica evidente a mútua constituição envolvida na trajetória das cocandidatas. Assim, o trânsito nos espaços extrainstitucionais os quais também figuram nas tendências, ecoa nas pautas e bandeiras defendidas pelas candidaturas. O feminismo negro e o antirracismo foram dominantes em referências ao Movimento Negro Unificado (MNU), movimento que possui entrada histórica junto à legenda (Gentil, 2018) e ao Movimento de Mulheres Negras (MMN). Também apareceram inspirações ecossocialistas e relacionadas às relações de trabalho, em especial aquelas precarizadas e informais, geralmente associadas ao MTST.

Em nível estratégico, identificamos o papel das tendências na definição ou validação do grupo de pessoas cocandidatas, bem como na definição do formato organizativo da candidatura coletiva⁵⁵, estabelecendo “alianças” ou “coalizões” pontuais em decorrência de interesses contextualmente compartilhados. O primeiro ponto parece destoar da percepção de que essas modalidades de candidatura partiriam *stricto sensu* “de fora” do partido⁵⁶, resultantes, quase que, organicamente, da pressão extrainstitucional exercida por movimentos sociais, coletivos, sindicatos e outras organizações, subvertendo ou, quando menos, desviando das normatividades do partido. Válido lembrar que as pessoas cocandidatas entrevistadas relataram intensa atividade partidária, principalmente no âmbito das tendências, apontando a proximidade com lideranças dessas instâncias. Esses aspectos somados ao capital político adquirido nos espaços extrainstitucionais e às disputas eleitorais pregressas indicam o reconhecimento desfrutado no partido, o que pode ter contribuído que o acolhimento dessas experiências de candidatura em 2022.

⁵⁵ Segundo o relato da Entrevistada H, a influência da tendência foi tamanha em sua candidatura coletiva que a essa instância intrapartidária foi atribuído o desengajamento e ruptura do grupo de cocandidatas que disputaria o pleito em 2022. Dando indícios de que a motivação para tanto foi a ingerência na definição da porta-voz da candidatura, a interlocutora acrescenta que dado o desgaste e a derrota nas urnas, ela e outras integrantes resolveram migrar para outras tendências. Optamos por não apresentar esse caso em detalhe, em razão do possível comprometimento do anonimato previamente acordado com as pessoas entrevistadas.

⁵⁶ Para Machado e colaboradores (2022, p. 83) o “princípio de mandatos coletivos parte da percepção sobre a necessidade de subverter os arranjos de indicação de candidaturas atualmente em prática pelas instituições partidárias, configurado pelas ações de suas lideranças”.

Ilustrando essa influência em nível estratégico, destacamos uma experiência específica dentre as analisadas. Já ocupando coletivamente um mandato municipal e pleiteando um cargo estadual em 2022, nessa candidatura todo a configuração para operacionalizar a disputa a “reeleição” foi atribuída as tendências. Fruto da aliança entre três tendências organizadas em um mesmo campo⁵⁷, a candidatura coletiva foi composta por representantes indicados por cada uma delas. Como uma estratégia de soma de forças que contribuiria mutuamente para o fortalecimento dos movimentos sociais quanto das tendências, em termos da disputa do partido, a Entrevistada A alegou que isso consistiu em uma “grande diferença”, afirmando que

A aliança da [nome da candidatura] é uma aliança de organizações políticas [tendências] que, juntas, constroem o mandato. É uma experiência de compartilhamento de decisões políticas e tudo mais, **fortalecendo inclusive a nossa atuação dentro do PSOL e nos movimentos sociais do qual a gente atua tão junto também, fora do parlamento.** Existe uma compreensão que a gente tem a mesma posição de política. Então, assim, não dá para você por 3 partidos, diferente de uma bancada, entende? Então, **a gente é apenas porta-voz de organizações coletivas. Então foi assim que a gente se juntou, porque as nossas organizações resolveram disputar juntas a eleição, resolveram três organizações do PSOL disputar junto o mesmo cargo** (Entrevistada A, 2023, grifo nosso)

Nesse caso, fica claro que o protagonismo foi atribuído às tendências, ao passo em que as cocandidatas se prestariam a representar os interesses e as ideias/programas das tendências. Outro aspecto interessante diz respeito ao alinhamento ideológico partidário entre as “organizações políticas” que integram a candidatura coletiva, o que facilitaria essa dinâmica, em razão do compartilhamento de uma identidade coletiva e de uma mesma leitura do partido, em termos de disputa e construção da agremiação. Nesse processo, a Entrevistada C caracteriza as tendências como um “calço político” que orienta e coordena a candidatura, mitigando as possibilidades de fragmentação do grupo. Com posicionamento mais intransigente, algumas interlocutoras argumentaram que não seria viável nem mesmo a aliança de tendências distintas em uma mesma candidatura coletiva. “Pelo menos decida se é uma legenda, se é a mesma, sabe? Porque ser a mesma, mas ser de tendências diferentes também é difícil, né?”, opinou a Entrevistada D (2023). Assim, de forma categórica esse aspecto foi apontado pelas entrevistadas (e não só integrantes dessa candidatura coletiva em destaque), sendo frequentemente contraposto à experiência paradigmática da Mandata Ativista. Nesta, estiveram

⁵⁷ Os campos reúnem tendências com maior afinidade programática que, conjuntamente, elaboram teses congressuais e resoluções em conjunto nas instâncias diretivas, embora muitas organizações acabem atuando de forma independente. Nas palavras da Entrevistada A “um campo tem a mesma leitura de conjuntura, a mesma leitura de futuro do partido”.

reunidas distintas legendas (PSOL, Rede e PDT), o que, segundo a porta-voz Mônica Seixas, contribuiu para uma série de conflitos que desembocaram na implosão da mandata coletiva (Mesquita, 2022, p.24).

Ao considerarmos a atuação das tendências, é importante destacar também a dinâmica interna da candidatura. Embora as interlocutoras tenham indicado que o trabalho e as deliberações em campanha eram orientados por consensos, observamos uma distinção na atribuição de pesos às tendências, como previsto em estatuto próprio elaborado para formalizar os compromissos mútuos⁵⁸. A Entrevistada B aborda essa questão em detalhes, explicando como essa diferenciação impactou o financiamento da campanha e a eventual distribuição dos cargos durante o mandato.

Então isso está bem estabelecido nesse estatuto. A [nome da cocandidata], por exemplo, que é nossa porta-voz, ela é da organização que tem mais pessoas e mais peso no mandato. Essa organização que convidou as outras para participar também entendendo que teríamos mais força em conjunto e que faria mais sentido, né? Então, essa organização que é a Resistência, uma corrente interno do PSOL, e da qual fazem parte a [nome da cocandidata], a [nome da cocandidata] e a [nome da cocandidata], convidou a Insurgência, que é onde a [nome da cocandidata] milita e o Subverta. E esses 3 coletivos fazem parte nacionalmente do mesmo campo interno do PSOL. Então existem muitas relações, muitas convergências, desses 3 coletivos, mas que têm tamanhos diferentes mesmo. Então, a gente tem essa proporção sendo colocada de: 60, 20 e 20. Essa é a proporção de pessoas que trabalham no mandato e de aporte financeiro também. Então isso tudo está estabelecido no nosso estatuto e também (sic) de que as decisões não serão tomadas unilateralmente, seja pela [porta-voz] ou por qualquer outra codeputada. **A gente teve essa preocupação por saber que não existe uma legislação hoje de mandato coletivo, por saber que é algo muito novo e que muitas experiências não deram tão certo. Até pegando a experiência de outros mandatos que não deram tão certo, a gente também tem essa preocupação de ser 3 organizações distintas, mas que já tinham relações mais profundas e apesar de algumas discordâncias, mais concordâncias.** Então a gente tem isso estabelecido em estatuto exatamente para que não é ou para tentar evitar que aconteça o que infelizmente aconteceu com outros mandatos, que acabam se dissolvendo, né? (Entrevistada B, 2023, grifo nosso)

Destacamos desta citação a regulamentação dessas modalidades de candidatura, questão que foi mobilizada por todas as pessoas entrevistadas, para também discorrer sobre a figura do PSOL e papel dos partidos de forma geral. Na época da realização das entrevistas estava

⁵⁸ Esclarecendo essa diferenciação, aparentemente contraditória com a perspectiva consensual, a Entrevistada B apontou que há “uma coordenação política do nosso mandato, e a representação na nossa coordenação, é paritária. Então, são 2 pessoas de cada organização. Ali não se reflete essa proporção. Ali é igualitário mesmo das 3 organizações representadas e as decisões são tomadas ali por consenso”.

ocorrendo o debate sobre a “minirreforma” eleitoral ⁵⁹ que, dentre outros pontos, vedava “a candidatura coletiva ou de natureza similar” para as eleições proporcionais (Brasil, 2023). Apesar da proposição não prosperar em tempo hábil para surtir efeitos no pleito municipal de 2024, o furor insuflado repercutiu nos relatos das interlocutoras, com manifestações de descontentamento e indignação, sobretudo, quanto à inércia e falta de engajamento do PSOL para a defesa pública dessas experiências parlamentares. Para a Entrevistada E, a visibilidade, a profusão de experiências e o apoio popular a essa modalidade de candidatura, “incomodou os grandes que comandam, os que estão em Brasília”. Na mesma linha, a Entrevistada F afirma que isso foi um “retrocesso”, defendendo que as candidaturas coletivas foram “a única oxigenação que teve na democracia brasileira nos últimos anos”. Para a interlocutora, esse feito demonstrou a tentativa de proibir ou coibir qualquer ameaça ao poder prático e simbólico dos grupos dominantes e fragilidade da esquerda numa “uma resposta à altura”. Nesse ponto, cumpre apontar a mobilização desempenhada pela Frente Nacional de Mandatos e Mandatos Coletivos (FNMMC), também citada por algumas entrevistadas, que envolveu a produção de uma nota pública entregue a lideranças políticas, a elaboração de um abaixo assinado, além do engajamento em redes sociais, como *hashtags* e postagens no Instagram.

Também observamos um conjunto de dinâmicas empregadas pelas candidaturas coletivas que delineiam a conexão com os movimentos sociais e com o PSOL. Dentre aquelas, os repertórios de ação praticados pelas pessoas cocandidatas junto aos movimentos e outras organizações de engajamento associativo como os coletivos, foram unanimidade. Adaptadas às realidades institucionais eleitorais e partidárias, as entrevistadas informaram práticas de confronto e de performance, como a participação em greves, protestos, ocupações urbanas e marchas. Isso, inclusive, foi relatado como forma de manutenção dos vínculos com a base de militância, já que com a aproximação do campo institucional para a disputa eleitoral, por vezes, a presença e participação nos movimentos sociais foi comprometida. A Entrevistada G, militante da causa da moradia e do trabalho informal, também figura reconhecida pelo MTST e já ocupante de um mandato coletivo anterior, narrando um protesto em que esteve envolvida, descreve a mudança no seu papel. Revestida de autoridade enquanto parlamentar, reconhecida e respeitada pelas forças de segurança a interlocutora passou a integrar o protesto de outro modo:

⁵⁹ Referimo-nos ao Projeto de Lei nº 4.438/2023, proposição originária da Câmara dos Deputados que atualmente está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, pois possui tramitação bicameral (Brasil, 2023)

Tem uma dificuldade porque assim tem coisas que a gente faz no movimento que a gente não consegue fazer dentro do parlamento, né? (...) Então, assim, é muito difícil, principalmente quem vem de movimento social, né? Eu sou [vim]... Eu tive que me ausentar do movimento para fazer meu papel legislativo. Apesar de que, né, eu amo tá (sic) na rua, eu amo tá(sic) no meio do povo, no meio das confusão (sic) e tal, essas coisa todinha. E aí eu tive que breca isso. Por exemplo, quando tinha um travamento de um de um protesto de moradia, eu não podia estar lá na hora da ação. Eu tinha que chegar depois, né, para impedir que a polícia fosse agressiva com os companheiros e tal. E aí eu ficava me segurando lá, né? Eu tinha que tá (sic) na contenção, conversando com os policiais, né, junto com os advogados, enquanto o povo tava (sic) lá fazendo protesto (Entrevistada G, 2023).

Somam-se a isso, os repertórios de interação (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014). Através da colaboração para a construção de programas de campanhas, os movimentos sociais interagiram com as candidaturas coletivas. Muitas entrevistadas reportaram que a partir desse diálogo, foram traçados os eixos de campanha, num processo de confluência de lutas travadas em outros espaços, caracterizando, nas palavras da Entrevistada D, as candidaturas coletivas como “esponjas dos movimentos”. “Porque isso é o que realmente [a gente] se propôs e levamos muito a sério, que as decisões não serão tomadas só por nós, mas sim, no que for possível, com essas pessoas [em referência a movimentos sociais e coletivos] que de fato construíram a nossa campanha (...)”, destacou a Entrevistada B. Além disso, em uma das candidaturas estudadas foi reportada a formalização da atuação dos movimentos em estatuto, prevendo, inclusive, a presença de organizações em um conselho político que influenciaria as atividades legislativas futuras e promoveria formações.

Nesse sentido, foi possível reconhecer que os movimentos sociais desfrutavam de um prestígio por parte das cocandidatas e conferiam maior legitimidade à candidatura, seja por razões programáticas como narramos acima ou pragmáticas. Isso porque muitas pessoas entrevistadas apontaram a conversão do capital político oriundo dessas organizações em votos e em engajamento voluntário de militantes nas atividades de campanha, como a panfletagem e a produção de conteúdos digitais. Também a execução de plenárias temáticas e rodas de diálogo com o apoio de movimentos sociais foi apresentada como uma alternativa para promover ganhos territoriais na disputa eleitoral. Em se tratando de eleições estaduais, as dificuldades de interiorização das campanhas foram frequentes, não sendo possível desconsiderar as particularidades do desempenho eleitoral do PSOL, legenda que concentra boa parte dos votos em capitais e grandes centros urbanos (Oliveira, 2017). Ressaltando essa contribuição “orgânica” em detrimento da falta de apoio do partido, a Entrevistada D considerou que

A gente não teria lastro político se não fosse pelo movimento, inclusive, é o que banca nossa campanha no sentido de pedir voto, porque essas pessoas vão para a rua, pede voto sem ganhar um real. Elas acreditam no projeto, acreditam na importância de mulheres na política, mulheres negras na política. Então é o movimento que compra a campanha que vai para a rua, que pede voto, que se expõe por acreditar no projeto. Se não fosse isso, se a gente dependesse só do recurso de campanha, tivesse que pagar todo mundo para trabalhar, não tem dinheiro aqui que dê conta disso, tá (sic)? Isso quem faz é eles, né? Eles conseguem pagar pessoas, votos, tudo pra conseguir mais votos. Nós é (sic) só o coração, chinelinho de dedo pra dar continuidade (Entrevistada D, 2023).

Assim, em geral, o quadro que delineamos a partir do estudo de casos guarda relativa semelhança com os achados da análise de conteúdo quantitativa baseada em dados do Instagram. A sobreposição dos vínculos associativos e as bandeiras e pautas defendidas são os principais aspectos corroborados na justaposição desses dois pilares metodológicos que empregamos. Nada obstante, a análise profunda das quatro experiências de candidaturas coletivas nos permitiu captar novas nuances do relacionamento intrapartidário, bem como da relação entre o PSOL e os movimentos sociais. A atividade partidária intensa e o papel das tendências operacionalizando a articulação (em diferentes níveis) entre a legenda e os movimentos sociais, coletivos e outras organizações civis de engajamento associativo foi destaque. Explorando esses aspectos e buscando compreender os desdobramentos para os movimentos sociais e o PSOL, avançamos com a seção seguinte.

4.2.3 Equilíbrios cambiantes nas interações entre movimentos sociais, o PSOL e as candidaturas coletivas

Antes do mais, cumpre retomar que não buscamos determinantes estruturais ou relações de causalidade nessas interações, especialmente porque faceamos ilustrações empíricas reduzidas. Adotamos uma postura processual, em que a ênfase está no aspecto dinâmico, de tentativas, alternativas e ambiguidades percebidas nas alianças políticas que são feitas. Logo, não há pretensão de generalizar descrições empíricas como se fossem proposições válidas para outros contextos. Antes disso, iluminamos alguns pontos vulneráveis ou pouco desenvolvidos pela literatura que podem ser úteis para incitar outras análises.

A literatura há muito sinaliza que as interações entre movimentos sociais e partidos políticos são complexas e multifacetadas. A atenção às formas, táticas, estratégias e repertórios presentes foi objeto de várias pesquisadoras que sinalizaram o caráter dinâmico envolvido nessa relação. O que temos aqui não é uma exceção. As candidaturas coletivas no Brasil são um fenômeno recente e marcado pelo experimentalismo, produto de variadas formas de desenho e

operação articuladas por uma miríade de atores e instituições – movimentos sociais, partidos políticos, coletivos, ativistas, organizações civis, parlamentos etc.

Compreendemos que as mudanças atuais experimentadas nas candidaturas coletivas exprimem combinações de características que aparentemente se contradizem, como cooperação, confrontação e autonomia. Apesar de indicarem uma postura conflituosa para com o Estado há muito habitam instituições e cooperam com o poder público.

Essa coisa, tipo assim, agora estou na institucionalidade, não sou mais movimento, pelo amor de Deus gente. Não existe esse camaleão, né? Se você tem seus princípios bem enraizados, não faz sentido isso. A negociação, ela faz parte do que a gente vive hoje em dia. A gente não conversa só com um grupo, né. Mas você, tendo um princípio bem pactuado com seu coletivo, você vai aonde você quiser, que o princípio, está lá dado, assim. Teve uma fala uma vez do Nego Bispo que eu que eu gostei muito. Ele falava: ‘olha, a gente tem que saquear o Estado’.(...) É assim, onde que a gente pode entrar enquanto movimento social para levar para os nossos? É disputando o orçamento para ter um por saúde na comunidade? Nós vamos ter que disputar todo orçamento, então vou ter que estudar o orçamento, entender como ele funciona e tentar levar o recurso (Entrevistada F, 2023).

Seguindo o argumento de Goldstone (2003, p.9) ressaltando que as fronteiras entre política extrainstitucional e política institucional são pouco claras, sustentamos que pensar em um *continuum* de alinhamento e influência entre essas candidaturas, movimentos e partidos é apropriado. Isso coloca em evidência as várias possibilidades existentes nessa interação, em termos das motivações, dinâmicas e estratégias e adiciona a transitoriedade nos desdobramentos possíveis para movimentos e partidos. Noutras palavras, essa percepção transmite a ideia de que esses atores podem se mover continuamente nesse espectro, conforme as circunstâncias políticas e institucionais se modificam.

Como argumenta Carlos (2015, p.86), os movimentos sociais “não estão fixados por princípio a uma forma de ação determinada, podendo desenvolver, circunstancialmente, diferentes padrões de ação coletiva e combiná-los de forma multivariada”. Isso nos parece especialmente oportuno, sobretudo porque observamos distintas organizações operando em conjunto e influenciando as candidaturas coletivas, como os coletivos e outras reconfigurações do ativismo (Faria, 2020). De forma semelhante ao que Tarrow (2021b) entende como novas formas híbridas de ativismo dentro e fora dos partidos, aqui os movimentos ofereceram bases programáticas – via conselhos políticos e plenárias, além de infraestrutura para campanhas, por exemplo, insumos tradicionalmente viabilizados pelas agremiações partidárias. O que pode ser

reconsiderado no caso do PSOL, tido como “um partido que tenta se fazer no movimento social” (Silva, 2022, p.51)

Sobre o PSOL, a elevada fragmentação interna visualizada a partir das tendências, combinada a conexão com uma ampla gama de movimentos, coletivos e outras organizações civis parece ser uma questão crucial. Inclusive porque as tendências por vezes se confundem com coletivos políticos (Faria, 2020; Marques; Marx, 2020), originando contradições, não só terminológicas quanto empíricas⁶⁰. Dada a autonomia e as robustas prerrogativas atribuídas às tendências dentro da legenda (Gentil, 2018), notamos que as candidaturas coletivas se tornam a ser braços dessas organizações, mantendo dependências operacionais e burocráticas. Isso é evidente no acesso aos recursos para o financiamento de atividades pré-campanha ou, em último caso, na formação da chapa coletiva, por exemplo. Essa situação coloca em xeque a organicidade vez por outra associada à essas experiências, como se fossem resultados de pressões externas ao partido tão somente, desvencilhando das normatividades intrapartidárias inclusive, em termos da composição de listas eleitorais, tradicionalmente praticada pelas lideranças do partido.

Por isso aderimos a compreensão dessa interação como equilíbrios cambiantes. Os padrões de interação híbridos e complementares que observamos não implicam, necessariamente, em sua continuidade com o deslocamento temporal, mas sim, na permanente reelaboração e ressignificação contextualizadas. Ao longo de quase uma década de existência, as candidaturas e mandatos coletivos experimentaram muitas mutações. Há aquelas mais aparentes como a dispersão dessas experiências por todo espectro ideológico e a adesão de um número crescente de partidos. No entanto, também há mudanças menos visíveis, que traduzem novas abordagens da ocupação, pedagogização e coletivização políticas proposta por essas experiências. Essas abordagens incluem a formação política para ativistas envolvidas e o fortalecimento de lideranças nos territórios, como observado por Mesquita (2022), que descreve esse fenômeno como um “mandato-escola”. Também nisto reside a relevância de análises longitudinais para compreender como essas experiências vão se transformando e acomodando distintos atores e instituições, a partir das interações e intersecções. Encerrando esta seção, passaremos agora às considerações finais, fazemos um apanhado geral da pesquisa, onde retomamos, dentre outros pontos, nossos objetivos e hipóteses contrapostos aos argumentos teóricos e à síntese dos produtos empíricos.

⁶⁰ O uso do termo “coletivo” em referência às tendências internas do PSOL foi algo frequente nos relatos das entrevistadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação exploramos as candidaturas coletivas no contexto das eleições legislativas de 2022, com foco na interação entre movimentos sociais e partidos políticos. Para tanto, julgamos necessário depreender uma análise relacional. Como argumentam Tatagiba e colaboradores (2022, p.8), essa opção se ampara na “importância de que avaliações acerca das relações entre movimentos sociais e instituições políticas sejam resultantes de investigações empiricamente orientadas e não análises apriorísticas, com forte conotação normativa”.

Com isso em mente, nos debruçamos sobre a literatura conduzida no Brasil e alhures que observa as variadas e multiformes relações entre movimentos e partidos, sem reduzi-las à cooptação ou desmobilização. Na arena intrapartidária, algumas possibilidades de agência dos movimentos sociais incluem a formação de legendas, a influência em definições programáticas, a constituição de órgãos internos e a intervenção em posicionamentos públicos (della Porta *et al.*, 2017; Pereira, C., 2022; Rodrigues; Pereira, 2022). Na arena eleitoral, o lançamento de candidaturas de ativistas do movimento ou de suas bases, a interferência no desenho de planos de governo ou mesmo a mobilização de protestos após eleições, são exemplos (McAdam; Tarrow, 2011; Tarrow, 2021a; Tarrow, 2021b; Pereira, M., 2023). Fato é que a despeito dessa profusão, as análises coincidem quanto à importância do arranjo institucional do sistema político e das contingências contextuais enquanto condicionantes dessas interações ou intersecções (Pereira, M., 2023).

Nesse trânsito junto à literatura, colhemos e adaptamos um conjunto de categorias analíticas que orientaram a observação do fenômeno das candidaturas coletivas. Não perdendo de vista a delimitação histórica envolvida na gênese dessas experiências no Legislativo e em diálogo com produções acadêmicas as tematizam, desenvolvemos a ancoragem conceitual apresentando três domínios existentes: pragmático-funcional, normativo e institucional. Por conseguinte, avançamos com a delimitação do conceito que operacionalizamos nesta pesquisa, compreendendo as candidaturas coletivas como modalidades eleitorais em que um grupo predefinido de pessoas se une para concorrer a cargos legislativos, utilizando estratégias de campanha coletivas e compartilhando decisões durante a candidatura, visando ampliar a representatividade de diferentes grupos e temas na política institucional, por meio de adaptações criativas e contingentes. Esse conceito tem uma natureza dual ao concatenar nossos objetivos específicos e tangenciar as nossas hipóteses.

Para capturar as evidências empíricas que dão suporte aos objetivos e às hipóteses, empregamos uma abordagem de pesquisa multimétodos, mapeando e analisando o perfil das candidaturas coletivas com base em dados do TSE e utilizando análise de conteúdo quantitativa

de imagens do Instagram. Além disso, conduzimos estudos de caso de quatro candidaturas para cargos legislativos estaduais lançadas pelo PSOL, por meio de entrevistas com nove pessoas que foram cocandidatas. A ideia subjacente a essa estrutura metodológica foi unir questões macro, ou seja, aspectos amplos e superficiais ligados às candidaturas coletivas, com questões micro, que oferecem uma análise mais aprofundada, por meio de investigações detalhadas e específicas. Essa aposta metodológica se mostrou profícua e nos permitiu cruzar e contrapor evidências, nos permitindo uma compreensão mais abrangente desses fenômenos recentes da política brasileira. Destacamos, assim, alguns achados empíricos.

As 215 candidaturas coletivas mapeadas nas eleições de 2022 em muito corroboram resultados de pesquisas que também se orientam por estabelecer panoramas (Raps, 2019; Secchi; Leal, 2020; Inesc, 2020; Almeida; Andujas, 2023), preservando, ainda interessantes diferenças e peculiaridades em comparação com pleitos anteriores. A tendência de nacionalização dessas modalidades de disputa eleitoral é um desses pontos, sendo identificadas em 23 estados e no Distrito Federal. A distribuição regional do registro de candidaturas coletivas revelou o Nordeste como o protagonista primeira vez desde 2016, inclusive quando em proporção ao número total de candidaturas legislativas. Contudo, foi o Sudeste, particularmente o estado de São Paulo, berço de experiências paradigmáticas, que concentrou o maior número de candidaturas.

A maior parte das candidaturas coletivas atingiu a votação necessária para suplência em 22 unidades federativas e apenas no estado de São Paulo, duas não só foram eleitas, mas também obtiveram votações expressivas, marcando recordes nacionais: a Bancada Feminista com 259.771 votos e o Movimento Pretas, contabilizando 106.781 votos. Essas candidaturas exitosas retratam, de forma geral, o perfil dominante verificado para essas experiências, como vimos no Capítulo 4, em termos dos componentes que delimitamos na pesquisa (partidários, sociodemográficos, modalidades associativas, bem como pautas e bandeiras), o qual, grosso modo é diametralmente oposto ao que se observa para as candidaturas convencionais ao Legislativo.

Ambas foram lançadas pelo PSOL, legenda que aparece na vanguarda desde as eleições gerais de 2018 em termos do registro de candidaturas coletivas. Pertinente salientar que, apesar da ampliação do caráter pluripartidário, como observado em 2018 e 2020, há uma concentração de candidaturas coletivas em partidos alinhados à esquerda e à centro-esquerda, incluindo com agremiações com longevas associações com movimentos sociais, como PT e a REDE. As candidaturas coletivas eleitas também são integradas exclusivamente por mulheres negras, intersecção prevalecente pela primeira vez, desde 2016. Fato interessante, já que várias

experiências emblemáticas e que alcançaram maior reconhecimento público, inclusive pela academia, como a Gabinetona, as Juntas, as Pretas por Salvador e a Bancada Feminista (vinculada à esfera municipal) foram ou são compostas por mulheres, predominantemente negras. Essas experiências parecem inspirar clivagens sociais, como mulheres, mulheres negras e pessoas negras, a participarem de disputas eleitorais por meio dessa modalidade de candidatura, o que é promissor diante do perfil dominante das candidaturas e dos quadros partidários no Brasil.

Sobre as modalidades associativas presentes, identificamos a sobreposição de vínculos tanto por meio da análise de conteúdo quanto do estudo de casos. Se declarando como ativistas⁶¹, as pessoas cocandidatas entrevistadas revelaram um intenso trânsito junto a organizações de movimentos sociais, organizações civis, agremiações partidárias e sindicatos. Essas instâncias foram apontadas como espaços de formação e desenvolvimento individual, também influenciando na projeção e inserção em outros espaços, mesmo o PSOL, o que sugere uma conversão em capital político. A participação em IPs, a ocupação de cargos políticos em arenas governamentais e a disputa de cargos eletivos anteriores, também foram pontos comuns observados frente aos dois pilares metodológicos mencionados.

Já quanto temas e bandeiras defendidos, nos deparamos com quadro semelhante ao visualizado por outras analistas (Almeida; Lüchmann, 2022; Almeida, 2024b) para o pleito de 2020, em que a defesa de grupos e clivagens sociais, assim como o apoio a políticas públicas setoriais despontaram como dois padrões predominantes. Quanto ao primeiro, as causas feministas e a busca pela representatividade feminina nos espaços de poder foram destaque seja nas imagens de campanha postadas no Instagram ou nos relatos das pessoas entrevistadas. Também a agenda racial também foi mobilizada com frequência. À luz do perfil predominante de mulheres negras nas candidaturas coletivas, considerando também a participação em organizações de movimentos sociais afins como o MMN, o MNU e em ações coletivas, como a Marcha das Mulheres Negras e, por fim, associando às bandeiras defendidas, nos parece apropriado mobilizar alguns argumentos teóricos sobre a representação política. Entrelaçando as “políticas de presença” (Phillips, 2001), com a representação substantiva (Mansbridge, 1999) e do compartilhamento da “perspectiva social” (Young, 2006), notamos as vivências e as

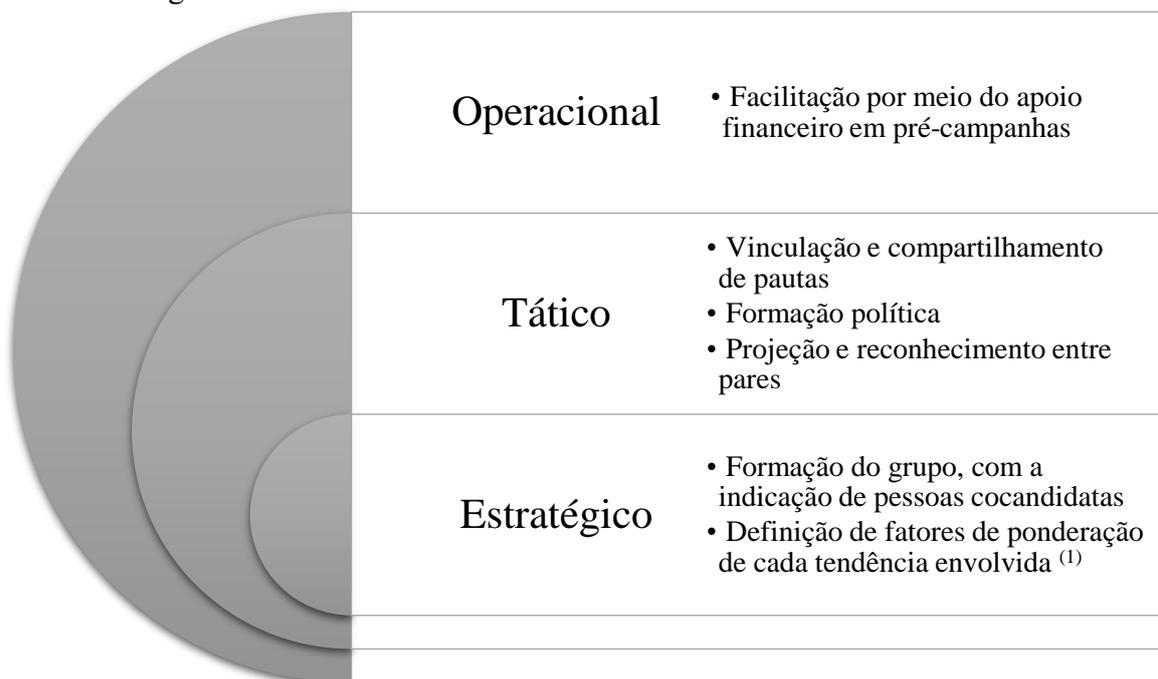
⁶¹ Nesse ponto reside uma aparente contradição com a acepção teórica do termo, que enfatiza como princípios de ação e atuação, a autonomia, horizontalidade e a descentralização de lideranças, os quais geralmente não são em organizações mais “tradicionais” como movimentos sociais, sindicatos e partidos. Faria (2020), Andujas (2023) e Perez (2019) oferecerem interessantes leituras sobre reconfigurações de modalidades de ativismo social multiforme na contemporaneidade.

experiências afetam o modo como as pessoas se comportam e percebem como relevantes certas agendas, como o feminismo e o racismo.

Na defesa de políticas públicas, as candidaturas coletivas também demonstraram maior envolvimento com questões sociais, como educação, meio ambiente, saúde e cultura. Esta, em especial, constituiu o principal eixo de campanha, figurando até mesmo como elemento distintivo no nome de algumas candidaturas exibido nas urnas. Aqui novamente remetemos ao legado de experiências prévias, como a Gabinetona que em sua gênese reuniu uma série de ativistas envolvidos com atividades culturais urbanas e periféricas (Marques, 2019; Campos, 2021). A concentração dessas pautas em partidos situados à esquerda e à centro-esquerda foi unânime, com destaque para o PSOL, PT, REDE e PCdoB. Tendo em mente a presença preponderante de mulheres nessas candidaturas, podemos identificar certo sincronismo com o que a defesa do que a literatura denomina como as *soft politics*. Ademais, a considerável participação em IPs, tradicionalmente voltadas a essas questões, como em conselhos de políticas públicas endossa esse cenário.

Ainda, a análise em profundidade de quatro casos empíricos nos proporcionou adentrar a fundo na interação entre movimentos sociais e partido. Embora estejamos diante de um reduzido número de casos, sustentamos que nossos achados contribuem para compreensão das dinâmicas e estratégias de candidaturas coletivas, sobretudo no PSOL. Para nossas interlocutoras, este partido se notabiliza, dentre outros fatores, pela confluência de “várias lutas” (Entrevistada F, 2023) que toma forma inclusive, por meio das várias tendências que compõem a organização interna da agremiação. De fato, essas instâncias intrapartidárias se mostraram cruciais por várias razões. Desfrutando de significativa autonomia dentro do partido, nas também chamadas correntes internas, a presença e a ação de movimentos sociais e coletivos se destacam, repercutindo na elaboração de teses e indicação de pessoas candidatas, por exemplo, consistindo, pois, em espaços de disputas decisórias (Gentil, 2018). Assim, reconhecemos que o principal canal de influência dos movimentos sociais no PSOL, em se tratando das candidaturas coletivas, são as tendências internas. Nos casos observados, isso ocorreu em diferentes níveis, conforme sistematizamos na Figura 9 adiante:

Figura 9 - Níveis de influência das tendências nas candidaturas coletivas



Fonte: Elaboração própria

⁽¹⁾ Embora nos relatos não exista a delimitação clara do escopo em que é operada essa distinção de pesos, há indícios de que decisões importantes, como a definição da pessoa porta-voz da candidatura coletiva foi realizada em atenção a isso.

Diante disso, retomamos nossas hipóteses decompostas em três padrões de interação complementares e híbridos, entre movimentos sociais e partidos: cooperativo, pragmático e histórico. Sobre o primeiro, a colaboração, traço característico de atores individuais, coletivos e organizacionais que já circulam na política institucional se fez notar de várias formas. O próprio acolhimento de candidaturas coletivas pode ser entendido como uma forma cooperativa em que se permite a união entre diferentes atrizes e atores em prol de causas compartilhadas. A troca de experiências e conhecimentos, bem como a formação de novos quadros de militantes partidários também podem ser apontadas. Ademais, a atuação conjunta em prol de causas específicas, pode repercutir em mobilizações tipicamente mobilizadas pelos movimentos sociais e encampadas pelo partido, por guardarem alinhamento com a agenda e programa partidários. Contudo, não percebemos as candidaturas coletivas como intermediadoras, já que no caso do PSOL, movimentos sociais e outras formas associativas como coletivos, desfrutam de acesso e o trânsito privilegiados. Com base nisso, identificamos o padrão histórico caracterizado pelos estreitos e longevos vínculos, institucionalmente reconhecidos e notabilizados até mesmo no texto estatutário e no programa do partido. Como relatam as entrevistadas, essa abertura histórica do PSOL consiste em um grande diferencial para a

recepção das candidaturas. Por fim, intimamente ligado ao padrão cooperativo, no padrão pragmático, observamos dinâmicas que proporcionam benefícios mútuos. De um lado, os movimentos podem contribuir com planos de campanha, com o fortalecimento de órgãos setoriais ou mesmo repercutir na criação de instâncias intrapartidárias, como é o caso da tendência Revolução Solidária alinhada ao MTST. De outro, também o partido pode se beneficiar, angariando lideranças políticas com elevado capital político junto a movimentos sociais e outras organizações civis, constituindo, assim, um meio de alavancagem e projeção da legenda, não só em termos da mobilização de eleitores, como do fortalecimento dos quadros. Destacamos ainda que esses argumentos vão ao encontro de outros achados anteriores (Perez, 2019; Almeida; Lüchmann, 2022; Almeida; Andujas, 2023; Almeida; 2024a)

No entanto, argumentamos que essas formas de interação são essencialmente cambiantes, e por isso adotamos a compreensão do continuum de alinhamento e influência (Goldstone, 2003). Seja em razão da desregulamentação dessas experiências que oportuniza aos partidos e movimentos trabalharem às margens das normas existentes, atribuindo-lhes diferentes prerrogativas. Seja porque as pretensões e formas de ação dos movimentos e dos partidos se alteram circunstancialmente. Ou mesmo porque neste trabalho nos deparamos com um conjunto limitado de casos, sendo pública a variedade de formatos organizativos que outras candidaturas coletivas podem combinar também de modo multivariado essas formas de interação. Essa perspectiva dialoga com o argumento de Mendonça, Gelape e Cruz (2023) para as candidaturas coletivas, ao introduzirem que frente a momentos críticos, as atrizes e atores podem produzir novas regras, não são necessariamente institucionalizadas, pelo contrário, instáveis e passíveis de influências mesmo por pequenas perturbações. Nesse raciocínio, os analistas acrescentam as dimensões instabilidade e instabilidade, as quais associam-se à ideia de *continuum*.

Nesse sentido, este trabalho contribuiu para introduzir novos recursos explicativos que enriquecem tradicionais modelos teóricos sobre as relações entre movimentos sociais e partidos, e, principalmente, iluminou pontos vulneráveis ou pouco desenvolvidos pela literatura sobre candidaturas coletivas a qual, por vezes, se desvia dos partidos. Também a busca pela síntese analítica de desenvolvimentos conceituais sobre as experiências de candidaturas e mandatos coletivos, constitui um importante ponto para um diálogo latente entre a produção científica envolta e que pode ser aprimorado. Reconhecemos ainda nossa contribuição para uma agenda de pesquisa em movimento, compartilhada por diferentes áreas de conhecimento, também enquanto objeto de recentes debates públicos travados tanto em esferas institucionais quanto extrainstitucionais.

Cabe salientar ainda algumas limitações presentes. Não podemos perder de vista que estamos lidando com um número reduzido de casos vinculados a uma mesma legenda. Ampliar os horizontes para outros partidos que também têm, com alguma expressão, lançado candidaturas coletivas, como o PT e o PCdoB, parece promissor. Com isso, a observação das influências da organização interna das legendas poderia ser aprofundada. Por conseguinte, estender a análise aos mandatos coletivos eleitos é um caminho interessante, especialmente porque as dinâmicas, estratégias e repertórios mudam não apenas com o partido, mas também com os parlamentos, adicionando novos contornos à interação.

De forma geral, compreendemos que a expansão dessa agenda de pesquisa esbarra na carência de estudos dedicados à organização interna de “pequenos partidos”, como é o caso do PSOL. Por outro lado, a vasta literatura que já explorou o PT, por exemplo, incluindo suas interações na arena governamental e legislativa com movimentos sociais ao longo do tempo, pode facilitar pesquisas sobre essa legenda.

Ainda, é preciso considerar que as categorias analíticas e conceitos que empregamos neste estudo derivam sobremaneira de uma literatura voltada para a observação de movimentos progressistas e partidos de esquerda. Embora isso não seja necessariamente um problema, pode dificultar a ampliação dos campos de visão.

Finalmente, consideramos fundamental o desenvolvimento de estudos longitudinais que se complementem, abrangendo tanto a construção de panoramas descritivos sobre candidaturas e mandatos coletivos quanto a detalhamento em estudos de casos. Com o decurso do tempo, novos formatos e propostas para essas experiências eclodem, como é o caso do “mandato-escola” (Mesquita, 2022) em que a coletividade passa a ser expressa na reunião e formação de lideranças individuais. Isso se deve à importância de analisar as trajetórias de interação e intersecção entre movimentos sociais e partidos políticos ao longo do tempo, levando em conta suas mudanças e evoluções. Essas e outras muitas perspectivas podem aperfeiçoar o conhecimento prático e teórico sobre essas inventividades políticas com o qual este estudo buscou contribuir.

REFERÊNCIAS

Abers, R. N.; von Bülow, M. **Movimentos sociais na teoria e na prática**: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? Dossiê Dinâmicas da Ação Coletiva • **Sociologias**, 13 (28), Dez, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>. Acesso em 13 maio 2024.

Abers, R. N.; Keck, M. Institutional Design in Entangled Settings: How to Make an Unfinished Law. In: Abers, R. N.; Keck, M. **Practical Authority**: Agency and Institutional Change in Brazilian Water Politics. Oxford: Oxford University Press. 2013.

Abers, R. N. Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, nº 2, p. 336-364, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912015212336>. Acesso em 13 maio 2024.

Abers, R. N.; Serafim, L.; Tatagiba, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, 57 (2), Jun., 2014, pp. 325-334. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>. Acesso em 13 maio 2024.

Abers, R.N. Ação criativa, ativismo e lutas no interior do Estado. In: Abers, R.N. (org.). **Ativismo institucional**: criatividade e luta na burocracia brasileira. Brasília: Universidade de Brasília, 2022. pp. 17-51.

Abers, R.N.; Almeida, D.C.R de.; von Bülow, M. Movements and Parties: Beyond Contentious Performances. **Partecipazione e Conflitto**, 15 n.3, 2022. pp. 970–976. DOI: 10.1285/i20356609v15i3p970.

Albala, A. Introduction: Political Parties and Social Movements in Latin America (2011–2016). In: Albala, A. (Org). **Civil Society and Political Representation in Latin America (2010–2015)**. New York City: Spring. 2018. pp. 1-30.

Alison, M.B. **A construção da imagem pública nas redes sociais**: um estudo do caso dos presidentes da América Latina no uso do Instagram. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. 2022.

Almeida, D. R. de; Lüchmann, L. Movimentos sociais e representação eleitoral: o fenômeno das candidaturas e dos mandatos coletivos. In: Tatagiba, L.*et al.* (orgs). **Participação e ativismos**: entre retrocessos e resistências. Porto Alegre, RS: Zouk, 2022, pp. 129-156.

Almeida, D. R. de; Andujas, B. **Candidaturas e Mandatos Coletivos no Brasil**: O que são e como funcionam? (2023). Disponível em: <https://resocie.org/wp-content/uploads/2023/09/Cartilha-Candidaturas-Mandatos-Coletivos.pdf>. Acesso em 13 maio 2024.

Almeida, D. R. de. **Representação como participação**: os mandatos coletivos no Brasil. Revista de Sociologia e Política, v. 31, p. e024 (2024a). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-98732331e024>. Acesso em 13 maio 2024.

Almeida, D. R. de. Candidaturas Coletivas: Uma Nova Forma de Interação entre Movimentos Sociais e Partidos Políticos. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, 67(2), 1–41 (2024b). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.2.320>. Acesso em 13 maio 2024.

Almeida; C.A.; Lüchmann; L. Ribeiro, E. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 237-263. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200009>. Acesso em 13 maio 2024.

Alonso, A. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, junho, 2017, p. 49-58, 2017. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Alonso_AM_62_2837619_APoliticaDasRuas.pdf. Acesso em: 13 maio 2024.

Agenda Marielle. Candidatas Eleitas da Agenda Marielle Franco 2022. Disponível em: <https://candidatas.agendamarielle.com/>. Acesso em 13 maio 2024.

Andujas, B.G. **Candidaturas coletivas de mulheres**: análise da campanha eleitoral nas capitais da Região Sul do Brasil em 2020. 117p. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2022a.

Andujas, B.G. **Candidaturas coletivas de mulheres**: novas formas de participação e representação política. V Encontro Internacional Participação, Democracia E Políticas Públicas. 26 a 29/04/2022, UFRN, Natal (RN). Disponível em: <https://tinyurl.com/4v26fh8s>. Acesso em 13 maio 2024.

Andujas, B.G. **Ativismo Feminista, Representação Política e Mandatos Coletivos**. 47º Encontro Anual da ANPOCS, 2023: Campinas, SP. 2023a. Disponível em: Acesso em 14 maio 2024.

Andujas, B.G. Fatores de sucesso em candidaturas coletivas de mulheres. **Almanaque** v. 7. n. 2, 2023b. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/almanaque/article/view/43192>. Acesso em 14 maio 2024.

Andujas, B.G.; Lopes, C.T. **A tessitura dos estudos sobre mandatos coletivos no Brasil**: uma revisão sistemática. 14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Desigualdades e Justiça Climática: desafios da Ciência Política no Sul Global. Salvador, Bahia, agosto 2024. Trabalho No prelo.

Anria, S. Introduction. In: Anria, S. **When movements become parties**: the Bolivian MAS in comparative perspective. Cambridge University Press, 2019. pp. 1-29.

Araújo, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Rev. Sociol. Polit.** (24), Jun 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000100013>. Acesso em 14 maio 2024.

Arcary, V. **Nove notas sobre o Congresso do PSOL**. Qual o maior perigo que ameaça o PSOL? Revista Fórum, 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniaio/2023/10/2/nove-notas-sobre-congresso-do-psol-145132.html>. Acesso em 14 maio 2024.

Avritzer, L. O associativismo na cidade de São Paulo. In: Avritzer, L. **A participação em São Paulo**. Editora UNESP, 2004.

Ayoub, P.M.; Wallace, S.J.; Millán, C.Z. Triangulation in social movement research. In: della Porta, D. (Org). **Methodological practices in social movements research**. Oxford: Oxford University Press, 2014. pp. 67-97.

Barros, A.T de.; Nascimento, W. da S. Mulheres partidárias atuação militante e participação nas atividades dos partidos. **Revista Agenda Política**, v. 9, n. 1, p. 186–225, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31990/agenda.2021.1.7>. Acesso em 14 maio 2024.

Blee, K. M.; Currier, A. How local social movement groups handle a presidential election. **Qualitative Sociology**, 29(3), 261–280, 2006.

Carone, R. R. Atuação do movimento feminista no legislativo federal: caso da Lei Maria da Penha. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 105, pp. 181-216, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-181216/105>. Acesso em 13 maio 2024.

Braga, M do S. S.; Speck; B.W. Lentas teóricas dos estudos sobre o sistema de representação política brasileiro. In: Batista, M.; Ribeiro, E.; Arantes, R. (orgs). **As teorias e o caso**. Santo André, SP : EdUFABC, 2021. pp.59-97.

Brasil. PEC nº 379/2017. **Inserir parágrafo ao art. 14 da Constituição Federal para possibilitar o mandato coletivo no âmbito do Poder Legislativo**. (2017). Disponível em: <https://tinyurl.com/bdduzpta>. Acesso em 13 maio 2024.

Brasil. PL nº 4.475/2020. **Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer regras para o registro e para a propaganda eleitoral de candidaturas promovidas coletivamente**. (2020a). Disponível em: <https://tinyurl.com/53e9rd3y>. Acesso em 13 maio 2024.

Brasil. PL nº 4.724/2020. **Dispõe sobre o exercício coletivo do mandato eletivo no Poder Legislativo**. (2020b). Disponível em: <https://tinyurl.com/bp59a7ud>. Acesso em 13 maio 2024.

Brasil. PL nº 1.422/2021. **Dispõe sobre o mandato coletivo**. (2021a). Disponível em: <https://tinyurl.com/bp59a7ud>. Acesso em 13 maio 2024.

Brasil. PL nº 1.593/2021. **Altera as Leis N°s 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer a previsão de candidaturas coletivas nas eleições proporcionais, nos termos em que especifica**.(2021b). Disponível em: <https://tinyurl.com/pbv69a38>. Acesso em 13 maio 2024.

Brasil. Resolução nº 23.675, de 16 de dezembro de 2021. **Altera a Resolução-TSE nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a escolha e o registro de candidatas e candidatos para as eleições**. (2021c) Disponível em: <https://tinyurl.com/r9nej7su>. Acesso em 13 maio 2024.

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2022: resolução do TSE regulamenta federações partidárias**. (2022a) Disponível em: <https://tinyurl.com/33e4shmt>. Acesso em 14 ago. 2023.

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. **Calendário eleitoral resumido - Eleições 2022**, (2022b). Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/calendario-eleitoral-resumido>. Acesso em 04 abr. 2023.

Brasil. PL nº 4.438/2023. **Altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral** (2023a). Disponível em: <https://tinyurl.com/mtrz72af>. Acesso em 13 maio 2024.

Brasil. **Sessão: 173.2023, Orador: Bibó Nunes, PL-RS** (2023b). Disponível em: <https://tinyurl.com/y68fnepk>. Acesso em 13 maio 2024.

Brasil. **Sessão: 173.2023. Orador: Marcel van Hattem, NOVO-RS** (2023c). Disponível em: <https://tinyurl.com/yc5spfny>. Acesso em 13 maio 2024.

Brasil. **Portal de Dados Abertos do TSE**. 2023d. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em 09 ago. 2023.

Brasil. **Estatísticas eleitorais**. 2023e. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home?session=204326210511028>. Acesso em 09 ago. 2023.

Brasil. PEC nº 9/2023. **Altera a Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022, quanto à aplicação de sanções aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições, bem como nas prestações de contas anuais e eleitorais**. 2023e. Disponível em: <https://tinyurl.com/4kthz9a6>. Acesso em 14 maio 2024.

Brasil. **Partidos políticos registrados no TSE**. 2023f. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse>. Acesso em 14 ago. 2023.

Brasil. Portal do TSE. **Filiação partidária da eleição**, 2023g. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/partido?p10_menu=TEMPO_FILIACAO&clear=RP&session=305285983089228. Acesso em 27 maio 2024.

Brasil; F. de P. D.; Anelli, F.R.; Bechtluft, R.P. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 26, n. 85, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/81772>. Acesso em: 13 maio. 2024.

Bringel, B. **15-M, Podemos e os movimentos sociais**: trajetórias, conjuntura e transições. Novos Estudos Cebrap, nº 103, p. 59-77, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201500030003>. Acesso em 13 maio 2024.

Brito, L.; Siqueira, M. De. Inexpressividade para eleger, suficiência para representar: uma análise sobre o perfil das candidaturas coletivas e o eleitorado natalense nas eleições municipais de 2020. **Revista Fides**, V. 14, N. 1, P. 266-292, 14 Jun. 2023. Disponível em: <http://revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/672>. Acesso em 13 maio 2024.

Campos, B. L. **Juntas em um único número na urna?** Uma análise das experiências de mandato coletivo no Brasil (2016-2020). 2021. 235f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Campos, B. L.; Matos, M. Juntas em um único número na urna? As experiências de mandato coletivo e o desafio à política partidária tradicional e personalista no Brasil (2016-2020). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 40, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.40.263122>. Acesso em 13 maio 2024.

Carlos, E. Movimentos Sociais e Sistema Político nas Teorias dos Movimentos Sociais. **Interseções**, v. 17 n. 1, 2015a. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/irei.2015.18042>. Acesso em 13 maio 2024.

Carlos, E. Cooperação e Conflito na Relação Movimentos Sociais e Estado. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 16 - Nº 35 - Jan./Abr. de 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p321>. Acesso em 13 maio 2024.

Creswell, J.W.; Creswell, J.D. Métodos mistos. In: Creswell, J.W.; Creswell, J.D. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Penso, 2021. pp. 310-354.

Costa, J.F.A. Participação política institucional. In: Costa, J.F.A. **Só a luta muda a vida: um estudo sobre lutas sociais e mandatos coletivos na atual crise da democracia brasileira**. Tese (Doutorado – Psicologia Social). Universidade de São Paulo, 2022. pp. 187-215.

Costa, J.F.A. Iniciativas de apoio a candidaturas e mandatos coletivos como formas de reinvenção da participação política institucional no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 14, n. 41, p. 557–584, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7988141>. Acesso em 13 maio 2024.

Costa, L.D.; Codato, A. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República. In: Marengo, A. (org). **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Editora da UFRGS, 2013. pp. 107-134. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788538603849>. Acesso em 14 maio 2024.

Costa, M.A. **Candidaturas compartilhadas e mandatos coletivos: do ativismo à presença político-institucional de mulheres negras nas eleições de 2020**. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/56009>. Acesso em 13 maio 2024.

Della Porta, D.; Diani, M. The study of social movements: recurring questions, (partially) changing answers. In: Della Porta, D.; Diani, M. **Social movements: an introduction**. Blackwell Publishing, 2006, pp.11-42.

Della Porta, D. The Re-emergence of a Class Cleavage? Social Movements in Times of Austerity. In: Della Porta, D. **Social movements in times of austerity: Bringing capitalism back into protest analysis**. Polity Press, 2015. pp.15-44.

Della Porta, D. In Depth Interviews. In: Della Porta A, D. (Org). **Methodological practices in social movements research**. Oxford: Oxford University Press, 2014a.

Della Porta, D. Social Movement Studies and Methodological Pluralism: An Introduction. In: Della Porta, D. (Org). **Methodological practices in social movements research**. Oxford: Oxford University Press, 2014b.

Della Porta, D. *et. al.* Movement Parties in times of (anti-) austerity: an introduction. In: Della Porta, D. *et. al.* **Movement parties against austerity**. Polity Press, 2017, pp. 1-28.

Drisko, J.; Maschi, T. Qualitative Content Analysis. In: Drisko, J.; Maschi, T. **Content analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2016. pp. 81-119.

Domingues, L.B. Junho de 2013 e o ciclo global de protestos. In: Domingues, L.B. **Junho de 2013: atores, práticas e gramáticas nos protestos em Belo Horizonte**. 2019. 204f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. pp. 11-50.

Faria, F de. Epistemologia emancipatória de coletivos políticos. **Simbiótica**, Vitória, v.7, n.3(jul.-dez./2020). Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33692>. Acesso em 13 maio 2024.

Fisher, D. R. Youth political participation: Bridging activism and electoral politics. **Annual Review of Sociology**, v. 38, p. 119–137, 2012.

Flick, U. Estratégias de amostragem. In: Flick, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Bookman Companhia Editora, 2004a. pp.76-88.

Flick, U. Entrevistas semiestruturadas. In: Flick, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Bookman Companhia Editora, 2004b. pp.89-108.

Fonseca, H.d’A. M.; Gonçalves, R. G. Mandatos cidadãos e possibilidades contra hegemônicas de políticas disruptivas. **IV Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**; 10 a 13/09/2019, UFRGS, Porto Alegre (RS). Disponível em: https://www.pdpp2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=12. Acesso em 13 maio 2024.

Fonseca, H.d’A. M. Reflexões sobre um mandato coletivo e feminista na política legislativa de Belo Horizonte: representação política feminina e seus desdobramentos na ação política local. v. 6 (2020): **Anais do VI Simpósio Gêneros e Políticas Públicas**. pp. 398-418. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p398>. Acesso em 13 maio 2024.

Gatto, M. A.C.; Russo, G.A.; Thomé, D. **+Representatividade**, Relatório de Pesquisa, São Paulo, Instituto Update, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/ytm5eau2>. Acesso em 13 maio 2024.

Gentil, V. M. **Um lugar ao sol: o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL – e novos arranjos políticos da nova esquerda**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

Gold, T.; Peña, A. M. Protests, signaling, and elections: conceptualizing opposition-movement interactions during Argentina’s anti-government protests (2012-2013). **Social Movement Studies**, 2018. pp. 1-22.

Goldstone, J. Introduction: bridging institutionalized and noninstitutionalized politics. In: G Goldstone, J. (Org.). **State, Parties, and Social Movements**. Davis: University of California. 2003, pp. 1-24.

Gohn, M das G. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 16, núm. 47, enero-abril, 2016, pp. 125-146. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189145380007>. Acesso em 13 maio 2024.

Gohn, M. das G.; Maldonato-Mariscal, K. Social movements. In: Howaldt, J.; Kaletka, C. **Encyclopedia of Social Innovation**. Edward Elgar Publishing Limited, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4337/9781800373358>. pp.197-204.

Hanna, P.; Mwale, S. ‘I’m not with you, yet I am...’ virtual face-to-face interviews. In: Braun, V.; Clarke, V.; Gray, D. **A practical guide to textual, media and virtual techniques**. Cambridge, UK; New York, NY : Cambridge University Press, 2017. pp. 256-272.

Heaney, M.; Rojas, F. Introduction. In: Heaney, M.; Rojas, F. **Party in the Street: The Antiwar Movement and the Democratic Party after 9/11**. New York: Cambridge University Press, 2015. pp. 1-13.

Hutter, S.; Kriesi, H.; Lorenzini, J. Social Movements Interactions with Political Parties”. In: Snow, D. *et al.* **The Blackwell Companion to Social Movements**. Oxford: Wiley, 2019, pp. 322-37.

Iennaco; J. de P.; Rezende, D. L. **Mandatos coletivos no Brasil: representação como ativismo?** 14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Desigualdades e Justiça Climática: desafios da Ciência Política no Sul Global. Salvador, Bahia, agosto 2024. Trabalho No prelo.

Inácio, L.A. **Entre as ruas e o parlamento: o caso das Muitas e os dilemas dos novos atores políticos do Brasil pós-2013 na construção de uma viabilidade eleitoral**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2019.

Instituto de Estudos Socioeconômicos- Inesc. **Análise das Candidaturas Coletivas nas Eleições de 2020**. Brasília, INESC, 2020. Disponível em: <https://inesc.org.br/analise-das-candidaturas-coletivas-nas-eleicoes-de-2020/>. Acesso em 13 maio 2024.

Inesc. **Candidaturas Coletivas nas Eleições 2022**. Brasília, INESC, 2022. Disponível em: <https://inesc.org.br/candidaturas-coletivas-nas-eleicoes-2022/>. Acesso em 13 maio 2024.

Kitsched, H. Movements Parties. In: Katz, R.; Crotti, W. (eds.) **Handbook of Party Politics**. London, New Delhi; Thousand Oak, Sage Publications, pp. 278–290

Lavalle; A.G.; Houtzager, P.; Castello, G. Representação Política e Organizações Cívicas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. 2006, n. 67, pp. 49-103. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200004>. Acesso em 13 maio 2024.

Lavalle, A.G. *et al.* Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In: Lavalle, A.G. *et al.* (orgs). **Movimentos sociais e institucionalização** políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v4cnf/pdf/lavalle-9788575114797.pdf>. Acesso em 13 maio 2024.

Lopes, C. T. **Mandatos coletivos e mandatos compartilhados**: um olhar a partir da representação política no Poder Legislativo. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas. Belo Horizonte, 2021.

Lopes, M. S.; Carneiro, I. C. A paridade entre os gêneros na direção do PSOL do Ceará: avanços e limites. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rf.v9i2.43673>. Acesso em 14 maio 2024.

Lüchmann, L.; Almeida, C.; Gimenes, E.R. Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil. **Dados**, rev. ciênc. Sociais, 59 (3), Jul-Set, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201692>. Acesso em 13 maio 2024.

Macedo, I. **Movimentos de renovação política elegem mais de 30 deputados e senadores**. Congresso em Foco. Disponível em: <https://tinyurl.com/nh6v456m>. Acesso em 13 maio 2024.

Machado, C. *et al.* Partidos políticos e inclusão: candidaturas coletivas, negros, mulheres e indígenas. In: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Sistematização das normas eleitorais**: eixo temático VIII: partidos políticos. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022. 176 p. (Coleção SNE. Fase II; v. 9) pp. 69-92. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/10325>. Acesso em 13 mai. 2024.

Mair, P. Representative versus **Responsible Government**. Working Paper. Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung, Köln. Max Planck Institute for the Study of Societies, Cologne September, 2009.

Mair, P. El final de la participación popular. In: **Gobernando el vacío**: la banalización de la democracia occidental. Madrid: Alianza Editorial, pp. 35-60, 2013.

Magarian, B. **Ideias, presença e ação**: mandata coletiva Juntas na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Getúlio Vargas, São Paulo, 2021.

Magarian, B. Os mandatos coletivos no Brasil à luz do conceito de *institutional by-pass*. **Rev. Sociol. Polit.** 31, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-98732331e003>. Acesso em 13 maio 2024.

Mansbridge, J. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent “Yes.” **The Journal of Politics**, 61(3), 1999. pp. 628–657.

Marques, G. P. **Megafonizar as lutas**: a experiência de radicalidade democrática das muitas e da Gabinetona em Belo Horizonte. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. 2019.

Marques, M. de S.; Marx, V. Os Coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. **Simbiótica**, Vitória, v.7 n.3 jul-dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33691>. Acesso em 13 mai. 2024.

McAdam; D.; Tarrow, S.; Tilly, C. What's the problem? In: McAdam; D.; Tarrow, S.; Tilly, C. **The Dynamics of Contention**. Cambridge University Press, 2004. pp. 3-88.

McAdam; D.; Tarrow, S.; Tilly, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova** (76), 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>. Acesso em 13 maio 2024.

McAdam; D.; Tarrow, S. Ballots and Barricades: On the Reciprocal Relationship between Elections and Social Movements. **Perspectives on Politics**. 2010;8(2):529-542. doi:10.1017/S1537592710001234.

McAdam; D.; Tarrow, S. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político de contestação. **Sociologias**, ano 13, n 28, set/dez. 2011, p. 18-51. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300003>. Acesso em 13 mai. 2024.

McCarthy, J.; Zald, M.N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **American Journal of Sociology**, volume 82, issue 6, may, 1977. Disponível em: <https://users.ssc.wisc.edu/~oliver/SOC924/Articles/McCarthyZald1977.pdf>. Acesso em 13 mai. 2024.

Melluci, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova** (17), Jun, 1989. • Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>. Acesso em 13 mai. 2024.

Meneguello, R.; Amaral, O. Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **BSP Occasional Papers**, v. 2, p. 1-25, 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/ycue8txy>. Acesso em 13 mai. 2024.

Meneguello, R. *et al.* **Mulheres e negros na política**: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros. Campinas: UNICAMP/CESOP, 2012. 106 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5119>. Acesso em 14 maio 2024.

Mendonça, R. F.; Bustamante, M. Back to the Future: Changing Repertoire in Contemporary Protests. **Bulletin of Latin American Research**, v. 39, n. 5, p. 629-643, 2020.

Mendonça, R. F.; Gelape, L.; Cruz, C. E. C. Collective Candidacies and Mandates in Brazil: Challenges and Pitfalls of a Gambiarra. In: Bua, A; Bussu, S. (eds). **Reclaiming Participatory Governance**: Social Movements and the Reinvention of Democratic Innovation. Abingdon: Routledge, 2023. pp. 154-169.

Mesquita, T. V. de L. “**Não somos políticas de gabinete, viemos dos movimentos**”: Mandatas Coletivas e a produção de um sujeito político parlamentar feminista negro e LGBTI+ no campo feminista contemporâneo. 46º Encontro Anual da Anpocs, 2022.

Meza, H.; Tatagiba, L. Movimentos sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012). **Opinião Pública**, v. 22, n. 2, 2016, pp. 350-384. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912016222350>. Acesso em 13 maio 2024.

Miguel, L.F.; Feitosa, O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. **Dados** 52 (1), Mar., 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000100006>. Acesso em 14 maio 2024.

Miranda, B. P. **Democracia, participação popular e desenvolvimento**: os mandatos coletivos nas câmaras municipais. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade. Universidade Federal De Itajubá. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/3943>. Acesso em 13 maio 2024.

Mische, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 05-06, p. 134-150, dez. 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 mai. 2024.

Moraes, A. **Representante de Movimento Nacional dos Mandatos Coletivos vai à Brasília por regulamentação dos mandatos coletivos**. Jornal Empoderado, Afro News, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/2va9hfdv>. Acesso em 13 maio 2024.

Oliveira, M.S. de. Movimentos sociais em interação com partidos políticos. In: Oliveira, M.S. de. **Movimento para as instituições**: ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de Brasília. 2016. pp.36-79.

Oliveira, H. S. de. **PSOL - Relação da origem no desenvolvimento de sua organização, participação eleitoral e atuação parlamentar**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8912>. Acesso em 14 maio 2024.

Oliveira, L. de M.; Macedo, R.G. Movimentos de renovação política no Brasil: O engajamento da sociedade civil na era digital. **Agenda Política**. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos Volume 8, Número 2, São Carlos, 2020, pp.107-123. Disponível em: <https://doi.org/10.31990/agenda.2020.2.6>. Acesso em 13 mai. 2024.

Panke, L.; Iasulaitis, S. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opin. Pública** 22 (2), Maio-Ago, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912016222385>. Acesso em 14 maio 2024.

Pereira, C. F. Mapeando ações e encaixes institucionais LGBTI+ nos partidos políticos. In: Pereira, C. F. **Movimentos LGBTI+ e partidos políticos**: a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil. Tese (doutorado em ciência política). Brasília: UnB. 2022. pp. 141-172

Pereira, M.M. Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** (31). Jan-Abr, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220203108.pp.301-3337>. Acesso em 13 mai. 2024.

Pereira, M.M. Movimentos Sociais, Partidos Políticos e Políticas Públicas: Princípios e dimensões analíticas a partir do caso das relações entre movimento LGBTQ+ e PT. **Novos Estudos CEBRAP**, 41, 03, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300202200030002>. Acesso em 13 mai. 2024.

Perez, O. C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opin. Pública**, 25 (3) • Sep-Dez, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253577>. Acesso em 13 maio 2024.

Perez, O.C.; Silva Filho, A.L.A. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. **Latitude**, Maceió-AL, Brasil, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/lt.2017.n.1.2812>. Acesso em 13 maio 2024.

Perlin, G. et al. Representação feminina na câmara dos deputados: Aspectos da atuação legislativa ideológico-propositiva. **Anais da VII Jornada de Pesquisa e Extensão**, Câmara dos Deputados Brasília – DF, 2016. Disponível em: <https://soac.camara.gov.br/index.php/Jornada/VIIJPE/paper/viewFile/158/14>. Acesso em 14 maio 2024.

Piccio, D. The impact of social movements on political parties. In: Bosi, L.; Giugni, M.; Uba, K. (Orgs). **The Consequences of Social Movements**. Cambridge University Press, 2016. pp. 263-284.

Pirro, A. L. P.; Gattinara, P. C. Movement parties of the far right: The organization and strategies of nativist collective actors. **Mobilization**, v. 23, n. 3, (2018). p. 367–383.

Phillips, A. De uma política de ideias a uma política de presença. Dossiê - Mulheres na Política, Mulheres no Poder, **Rev. Estud. Fem.** 9 (1), 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100016>. Acesso em 13 mai. 2024.

PSOL. **Estatuto do Partido Socialismo e Liberdade**, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/mry5c7rs>. Acesso em 14 maio 2024.

PSOL. Estatuto da Federação PSOL/REDE, 2022. Disponível em: <https://psol50.org.br/file/2022/06/ESTATUTO-FEDERACAO-PSOL-E-REDE.pdf>. Acesso em 14 mai. 2024.

PSOL. **Programa**, s.d. Disponível em: <https://psol50.org.br/partido/programa/>. Acesso em 14 mai. 2024.

PT. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/33kj4eu4>. Acesso em 14 maio 2024.

Rais; D.; Magarian, B. **Mandatos coletivos**: entre a experiência e o vácuo legislativo. Revista eletrônica de direito eleitoral e sistema político - REDESP : vol. 5, n. 1 (jan./jun. 2021). Disponível em: <https://tinyurl.com/5xhts2jm>. Acesso em 13 mai. 2024.

Rios, F. Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016). In: Lavallo, A. G. et al (orgs). **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 255-283. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v4cnf/pdf/lavalle-9788575114797-08.pdf>. Acesso em 29 jan. 2024.

Rede. **Estatuto da Rede Sustentabilidade**, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p97bu>. Acesso em 14 mai. 2024.

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade. Raps. **Mandatos coletivos e compartilhados**: inovação na representação legislativa no Brasil e no mundo. 2ª ed. Rev. São Paulo: Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável, 2019. Disponível em: https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/11/mandatos_v5.pdf. Acesso em 08 maio 2024.

Revolução Solidária. Quem somos. s.d. Disponível em: <https://www.revolucaosolidaria.net/quem-somos>. Acesso em 14 maio. 2024.

Rezende, D.; Sarmiento, R.; Tavares, L. Mulheres nos partidos políticos brasileiros: uma análise de estatutos partidários e sítios eletrônicos. **Revista Debates**, 14(3), 43–69. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.108752>. Acesso em 14 maio 2024.

Rodrigues, C. Nexos Políticas Públicas. **Inclusão e debate racial nos partidos políticos brasileiros**. Disponível em: <https://tinyurl.com/3k6n37kv>. Acesso em 13 maio 2024.

Rodrigues, T. Partidos-movimento: As Relações entre Partidos Políticos e Sociedade Civil no limiar do século XXI. Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2017.

Rodrigues, C., Campos, B.L.; Abreu, M. S.de. **Da Representação Descritiva à Representação Interseccional?** uma Análise a partir dos Mandatos Coletivos no Brasil. In: 12º Encontro da ABCP. Evento Online, 2020. pp. 1-16.

Rodrigues, C.; Abreu, M. S.de. “Marielle virou semente”: A eleição de Áurea Carolina e Talíria Petrone como resistência às violências sofridas por corpos de mulheres negras. **Compólitica**, Brasília, 15 a 17 de maio de 2019. Disponível em: https://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT5/gt5_Rodrigues_Abreu.pdf. Acesso em 13 maio 2024.

Rodrigues, C.; Freitas, V. G. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, p. 1-54, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917>. Acesso em 13 maio 2024.

Rodrigues, C.; Pereira, M. M. **Disputando o partido, enfrentando opositores**: efeitos políticos dos movimentos negro e LGBTQ+ nos governos Lula e Dilma (2003-2014). *Opinião Pública*, 28(3), 2022. pp. 635–677. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912022283635>. Acesso em 13 mai. 2024.

Sales, A. L. L. de F.; Fontes, F.F.; Yasui, S. **Trends Psychol.** 26 (2), Apr-Jun, 2018. Para (Re)Colocar um Problema: A Militância em Questão. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-02Pt>. Acesso em 13 mai. 2024.

Sampaio, R.C.; Lycarião, D. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Escola Nacional de Administração Pública, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Acesso em 13 maio 2024.

Sanchez, B.R. **As interações entre os movimentos feministas e o Congresso Nacional brasileiro**: uma proposta de análise. Trabalho preparado para apresentação no VII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 8 a 12 de maio de 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/3r6ek3aa>. Acesso em 13 mai. 2024.

Santos, V.M.V. dos. **Representação política de mulheres no Brasil no contexto das mandatas coletivas ‘Pretas por Salvador’(BA) e ‘Juntas’(PE)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37315>. Acesso em 13 maio 2024.

Saward, M. **Performative representation**. In: Castiglione, D.; Pollak, J. **Creating political presence: The New Politics Of Democratic Representation**. Chicago, Chicago University Press. 2019, pp. 276-298.

Secchi, L.; Leal, L. (coord.). **As candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020**: análise descritiva e propostas para uma agenda de pesquisa sobre mandatos coletivos no Brasil. Relatório de Pesquisa. Brasília. Editora IABS, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.5281/zenodo.4423739>. Acesso em 08 maio 2024.

Secchi, L.; Cavalheiro, R. A.; Baumgarten, C. V. Collective Mandates in Brazil: Democratic Innovations to Boost Participation in Legislature”. **Representation: Journal of Representative Democracy**, 2023.

Segurado, R.; Chicarino, T.; Chaia, V. Mandato coletivo: a candidatura da Bancada Ativista nas eleições de São Paulo (2018). In: Massuchin, M. *et al.* (Orgs.). **Comunicação e política: interfaces em esferas regionais** – São Luís: EDUFMA, 2019. 308 p, pp. 43-63. Disponível em: <https://tinyurl.com/4wb664pb>. Acesso em 13 maio 2024.

Silva, M. K.; Oliveira, G.de L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.28, set./dez. 2011, p. 86-124. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300005>. Acesso em 13 maio 2024.

Silva, W.Q. da; Secchi, L.; Cavalheiro, R.A. Mandatos coletivos e compartilhados no Brasil: análise descritiva de inovações democráticas no poder legislativo. **Revista Debates**, 15(1), 2021, pp.168–190. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.110367>. Acesso em 13 maio 2024.

Tarrow, S. Introduction. In: Tarrow, S. **Movements and parties: critical connections in American political development**. Cambridge, Cambridge University Press (2021a). pp. 1-26.

Tarrow, S. The Hybridization of the Party System. In: Tarrow, S. **Movements and parties: critical connections in American political development**. Cambridge, Cambridge University Press (2021b). pp. 148-170.

Tatagiba, L. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas O caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões. **Colombia Internacional**, 71, 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/colombiaint/16744>. Acesso em 13 maio 2024.

Tatagiba, L. *et al.* **Participação, Ativismos e Democracia** - Uma trajetória contenciosa. In: Tatagiba, L.*et al* (orgs). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2022, pp.11-34.

Trotta, L. C. Participação social e pluralidade: mandatos coletivos como nova forma de fazer política. v. 6 (2020): **Anais do VI Simpósio Gêneros e Políticas Públicas**. pp. 1293-1315. Disponível: <https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p1293>. Acesso em 13 maio 2024.

Van Biezen, I.; Saward, M. Democratic theories and party scholars: why they don't talk to each other, and why they should. **Perspectives on Politics**, v. 6, n. 1, 2008. p. 21- 35. <https://doi.org/10.1017/S1537592708080043>.

Van Cott, D. L. Introduction: Toward a comprehensive theory of ethnic party formation and performance. From movements to parties in Latin America: the evolution of ethnic politics. In: Van Cott, D. L. **Radical Democracy in the Andes**. New York: Cambridge University Press, 2005. pp. 1-21.

Xerez, S. de F. **A viabilidade jurídica dos mandatos eleitorais coletivos na ordem político-constitucional brasileira pós-88**. 2019. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito Curso de Direito. Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/49364>. Acesso em 13 maio 2024.

Willis, J.W. General Guidelines for Qualitative Research. In: _____. **Foundations of qualitative research**. Sage Publications, 2007a. pp. 185-224.

Yin, R.K. How to Know Whether and When to Use the Case Study as a Research Method (Chapter 1). In: Yin, R.K. **Case study research: design and methods**. Fifth edition. SAGE Publications, 2014.

Young, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. 2006, n. 67, pp. 139-190. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200006>. Acesso 14 maio 2024.

Zaremborg, G.; Almeida, D.R. de. 2021. Blocking anti-choice conservatives: feminist institutional networks in Mexico and Brazil (2000–2018). **International Feminist Journal of Politics**, v. 23, n. 4, 2021. pp. 600–624.

APÊNDICE A – GUIA DE ENTREVISTA

BLOCO I – Trajetória política (tempo estimado 20 minutos)

1. Onde e como você começou a sua trajetória na política? Qual foi o primeiro movimento/coletivo? E o segundo? E o terceiro? Qual(is) você participa atualmente?

(Caso não apareça na resposta) Quanto tempo? Como chegou no movimento/coletivo? Qual sua papel/atribuição/contribuição?

2. Quanto ao vínculo partidário, quando você se filiou ao PSOL? O que motivou a escolha dessa legenda para se filiar?

2.1 O histórico de pertencimento ao grupo/movimento/coletivo influenciou sua atividade partidária, ou vice-versa? Você acredita que a sobreposição desses vínculos foi positiva ou negativa? Por quê?

3. Você já foi filiada a outra legenda? Se sim, qual e por quê? Se não, por quê?

4. Você já havia concorrido anteriormente? Se sim, quantas vezes, para qual(is) cargo(s), quando e por qual(is) legenda(s)?

BLOCO II – Candidatura coletiva (tempo estimado 40 minutos)

1. Qual é a sua opinião sobre as candidaturas coletivas? O que elas representam para o sistema político e para a política institucional? Por quê?

1.1 Qual é o papel das candidaturas coletivas no fortalecimento ou enfraquecimento da identidade e autonomia dos movimentos sociais diante a política formal?

2. Quando e sob quais condições a candidatura coletiva foi construída? Como foi feita a escolha das integrantes da candidatura e da porta-voz? Vocês já se conheciam previamente?

2.1 A composição do grupo permaneceu a mesma desde a sua formação? Se houve mudanças, quais foram e por quê?

3. Como se deu o processo de escolha da legenda para a disputa eleitoral? Houve alguma discordância entre vocês e como foi resolvida?

3.1 Todas as integrantes eram filiadas ao PSOL, se filiaram depois, ou a filiação partidária não foi um critério para a definição da candidatura?

3.2 Como você percebe o papel do partido político para a democracia brasileira?

4. Como foi a seleção ou a recepção do PSOL quanto à candidatura coletiva? Como foi essa articulação?

4.1 Como você percebe a aderência ou não da estrutura partidária do PSOL à experiência da candidatura coletiva?

4.2 Em outro partido você acredita que isso seria diferente? Como?

5. Como foram definidas as estratégias de campanha? Como foi o processo de negociação das verbas de campanha?

5.1 E como foram definidas as principais propostas? Houve influência do grupo/movimento/coletivo para a definição das bandeiras de campanha? Como está o pertencer ao movimento estando dentro da institucionalidade?

5.2 Como seu o acesso aos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)?

5.3 Quais foram os principais desafios e aprendizados adquiridos durante a campanha?

6. Atualmente existem algumas propostas de regulamentação sobre as candidaturas coletivas tramitando no Congresso Nacional. Como você avalia esse processo?

7. Na sua opinião, o que leva uma candidatura coletiva ao êxito na disputa eleitoral? Você pretende integrar outra candidatura coletiva futuramente?

7.1 Na sua opinião, o capital associativo contribuiu para vantagens eleitorais?

8. Gostaria de destacar algum outro ponto a partir das questões levantadas?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-la(o) a participar de nosso estudo intitulado “Candidaturas coletivas no Brasil: encontros e desencontros entre movimentos sociais e partidos políticos nas eleições legislativas de 2022”, que possui como objetivo analisar as candidaturas coletivas no contexto das eleições gerais de 2022, com foco na interação entre movimentos sociais e partidos políticos. A pesquisa, utilizando a abordagem qualitativa, consistirá na realização de entrevistas junto às(aos) participantes do estudo e posterior análise dos dados.

Trata-se de uma pesquisa desenvolvida por Cláudia Torres Lopes, mestranda em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do professor Cristiano Santos Rodrigues vinculado ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Gostaríamos de solicitar a sua colaboração, concedendo-nos uma entrevista (tempo estimado para realização de até 60 minutos).

Cabe informar que, ainda que reduzidos, existem riscos envolvidos na pesquisa. Os riscos incidem sobre os possíveis constrangimentos ou custos reputacionais que podem ser causados a você, no caso da identificação pública de suas respostas. Como forma de minimizá-los, as informações serão mantidas sob sigilo e caso você deseje, poderá requisitar que seu nome seja substituído por um pseudônimo nos produtos da pesquisa. Não interessa ao estudo o nome de registro das(os) participantes e esse não será divulgado por nenhuma razão. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial.

Como voluntária(o), a qualquer momento da realização da pesquisa, você poderá receber os esclarecimentos adicionais que julgar necessários, interromper a entrevista a qualquer momento ou recusar-se a responder determinada pergunta, sem nenhum tipo de constrangimento ou prejuízo. Caso haja autorização para gravação de áudio e/ou vídeo da entrevista, informamos que o material será transcrito e armazenado por 5 (cinco) anos, em um dispositivo de memória de uso restrito da pesquisadora. Após esse período, a gravação será destruída.

Esclarecemos inexistem qualquer tipo de despesa para participar da pesquisa e que você não receberá recompensa financeira, de conveniência, de vantagem política, ou de qualquer outra natureza por sua colaboração voluntária. Em caso de danos provenientes da pesquisa, poderá buscar indenização nos termos da Resolução CNS 466/12.

Em caso de dúvidas éticas, procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética e Pesquisa (COEP) da UFMG no endereço Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar,

sala 2005, Campus Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, ou pelo telefone (31) 3409-4592 ou ainda pelo endereço eletrônico coep@prpq.ufmg.br.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Entrevistas” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todas(os) as(os) participantes.

Para dúvidas ou esclarecimentos, gentileza entrar em contato com os responsáveis pelo estudo, por meio do telefone (31) 97505-4608 ou pelos endereços eletrônicos ctorreslopes25@gmail.com e/ou cristianor@gmail.com.

Pesquisador responsável (orientador): Cristiano Santos Rodrigues
Departamento de Ciência Política - Programa de Pós-Graduação em de Ciência Política/
Universidade Federal de Minas Gerais
Telefone: (31) 98921-3571
E-mail: cristianor@gmail.com

Pesquisadora (mestranda): Cláudia Torres Lopes
Departamento de Ciência Política - Programa de Pós-Graduação em de Ciência Política/
Universidade Federal de Minas Gerais
Telefone: (31) 97505-4608
E-mail: ctorreslopes25@gmail.com

Eu, (nome completo por extenso), após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “Candidaturas coletivas no Brasil: encontros e desencontros entre movimentos sociais e partidos políticos nas eleições legislativas de 2022” em atenção ao que dispõe este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Entrevistas, declaro estar ciente e de acordo, permitindo que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados.

(Local), (dia) de (mês) de 2023.

Assinatura da(o) Participante

APÊNDICE C – DETALHAMENTO OPERACIONAL DAS ENTREVISTAS

Item	Data	Duração	Plataforma
Entrevista A	17/08/2023	50 min	Zoom
Entrevista B	17/08/2023	01h07min	Zoom
Entrevista C	21/08/2023	01h09min	Zoom
Entrevista D	14/09/2023	01h04min	Google Meet
Entrevista E	15/09/2023	01h30min	Google Meet
Entrevista F	18/09/2023	01:05min	Google Meet
Entrevista G	28/09/2023	51min	Google Meet
Entrevista H	03/10/2023	01h11min	Google Meet
Entrevista I	05/10/2023	01h54min	Google Meet

